

Luiz Roberto Paiva de Faria

Trabalho e subjetividade de mulheres de uma
comunidade: fatores de risco e proteção

Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCamp

2009

Luiz Roberto Paiva de Faria

Trabalho e subjetividade de mulheres de uma
comunidade: fatores de risco e proteção

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Psicologia como Ciência e Profissão.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Raquel Souza Lobo Guzzo

Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCamp

2009

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t155.94 Faria, Luiz Roberto Paiva de.

F224s Trabalho e subjetividade de mulheres de uma comunidade: fatores de risco e proteção / Luiz Roberto Paiva de Faria. - Campinas: PUC-Campinas, 2009. x, 192p.

Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.

Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui anexos e bibliografia.

1. Psicologia comunitária. 2. Trabalho - Aspectos psicológicos. 3. Subjetividade. 4. Comunidade. 5. Sujeito (Filosofia). 6. Psicologia social. I. Guzzo, Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós- Graduação em Psicologia. III. Título.

22ed. CDD - t155.94

Luiz Roberto Paiva de Faria

Aprovado em 04 de Fevereiro de 2009

Banca Examinadora

Presidente Prof.a. Dr.a. Raquel Souza Lobo Guzzo

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva

Prof.a. Dr.a. Marilene Proença Rebello de Souza

Prof.a. Dr.a. Doraci Alves Lopes

Prof.a Dr.a. Mirian Faury

Dedicatória Óbvia...

*Se esse trabalho é sobre mulheres, esse
trabalho é feito para a mulher da minha vida:*

Márcia T. A. Del - Campo.

Agradecimentos

Este trabalho não foi feito apenas com o tema “mulheres”. Muitas mãos femininas o sustentaram, apontaram caminhos, rabiscaram os manuscritos, abraçaram a minha alma, me enlevaram e me levaram a passeio... e agora vão julgá-lo.

Por isso, quero agradecer às mulheres brasileiras e aos homens também, porque o meu trabalho é fruto de financiamento público, feito desta sociedade e para esta sociedade.

Espero ter contribuído para que possamos conquistar uma realidade satisfatória a todos.

Agradeço aos funcionários da Diretoria de Assistência Social da Prefeitura de Campinas, em especial às mulheres, as profissionais Leila, Nilza e Ângela por terem me aberto o espaço de trabalho. E às mulheres do núcleo que me concederam entrevista.

Agradeço aos meus queridos colegas de pós-graduação, em particular os que ficaram mais juntos... Adinete, Isabela, Mara, Toninho e Fernando.

Nisso, um agradecimento muitíssimo especial aos amigos Toninho e Fernando por me acolherem em suas casas no início do doutorado. Eu quase virei palmeirense!!!

Agradeço à minha família a paciência quando eu não pude estar presente: Minha esposa Márcia e nossos filhos que latem e miam; Audrey Christina, Jimmy Cebola, Maylon Anderson e Ibis Christina. Eles são a maior fonte de afeto que alguém pode ter...

Agradeço à minha orientadora pela confiança, pela presença, pelo carinho com que me recebe, pela dedicação e preocupação. Torno-me repetitivo, mas não canso de dizer que é uma honra fazer parte da sua equipe. Tenha certeza de que você é muito amada...

Agradeço ao Professor Doutor Fernando Gonzalez Rey por sua amizade e exemplo.

Você deixou marcas na minha subjetividade...

Agradeço às Prof.as. Dr.as. Patrícia Trópia e Cláudia Mazzei por suas considerações na minha qualificação. Com certeza, foram muito esclarecedoras. E aos Professores

Doutores Eduardo Pinto e Silva, Marilene Proença Rebello de Souza, Mirian Faury e Doraci Alves Lopes pelos apontamentos e acolhida durante a defesa.

Agradeço aos funcionários da Secretária de Pós da Pontifícia Universidade Católica de Campinas: Dareide, Elaine, Eliane e Maria Amélia. A gente não sabe o que faria sem vocês. Também agradeço aos demais funcionários, bibliotecários, faxineiros, cantineiros, atendentes, operadores de manutenção... Deixe que não venham para se ver o que acontece!!!

Agradeço aos meus amigos, em especial a Déborah, pelo carinho.

E agradeço ao CNPq pelo apoio técnico e financeiro.

<u>Sumário</u>	<i>Página</i>
Lista de Abreviaturas	<i>5</i>
Resumo	<i>6</i>
Abstract	<i>7</i>
Resumen	<i>8</i>
Apresentação	<i>9</i>
Justificativa.....	<i>12</i>
Capítulo I - Fundamentação teórica.....	<i>23</i>
1.1. O trabalho como ponto de partida.....	<i>24</i>
1.2. Consciência.....	<i>45</i>
1.3. A subjetividade e o contexto do trabalho.....	<i>57</i>
1.4. Risco e proteção e sua relação com a emancipação humana...	<i>65</i>
1.5. Objetivos.....	<i>73</i>
Capítulo II - Procedimento de coleta de informações.....	<i>75</i>
Capítulo III - Resultados	<i>94</i>
Capítulo IV - Referência.....	<i>136</i>
Anexos	<i>143</i>
Anexo I - Termo de consentimento para os Participantes.....	<i>144</i>
Anexo II - Perguntas Orientadoras do método e definição dos eixos	<i>145</i>
Anexo IV - Entrevistas	<i>148</i>
Anexo V - Mapa de Exclusão	<i>174</i>
Anexo VI - Memorial	<i>177</i>

Lista de abreviaturas

SEADE	Fundação sistema estadual de análise de dados
PUCSP	Pontifícia universidade Católica de São Paulo
CEDEST	Centro de Estudos de Desigualdades Sócio-Terroriais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
PMC	Prefeitura Municipal de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CIATEC	Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnonologia de Campinas
CIAC	Centro Integrado de Apoio à Criança
DAS	Diretoria de Assistência Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNS/MS	Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

FARIA, L.R.P. (2009). *Trabalho e subjetividade de mulheres de uma comunidade: fatores de risco e proteção*. Tese de doutorado, PUC-Campinas, XI +195 p.

Resumo

A presente tese tem como objeto de estudo a relação estabelecida entre as condições de trabalho (e não-trabalho), o seu sentido subjetivo e as condições de desenvolvimento das famílias. Para investigar estas categorias partiu-se teoricamente de quatro eixos de análise: o trabalho, a consciência, fatores de risco e proteção ao desenvolvimento humano e a teoria histórico-cultural da subjetividade, sempre sobre uma ótica marxista da realidade. Participaram da pesquisa sete mulheres moradoras de um bairro da periferia de Campinas, com idade entre 20 e 59 anos, residentes ali há pelo menos um ano e usuárias do programa social VivaLeite - um programa do governo estadual de transferência de renda, que garante à família, com menos de um salário mínimo, a oferta de leite à criança de até três anos. A técnica de construção da informação foi baseada na abordagem histórico-cultural, usando-se um roteiro de entrevista semidirigido. As participantes foram entrevistadas nos meses de maio, junho e julho de 2007, ao longo de onze encontros, cuja participação foi gravada e transcrita para análise. Como resultado das quatro categorias foi constatado: a) a vivência do trabalho alienado cria mais do que desigualdade social; cria condições de desumanização na vivência do trabalho; b) o movimento da consciência em si aparece quando elas percebem a condição desigual de vida, mas não conseguem colocar esta consciência de condição desigual de vida à serviço de uma ação reivindicatória; c) a relação de gênero, condição importante que emergiu nas entrevistas, aparece como fator de opressão e está subordinada à condição de classe e d) o desenvolvimento humano, como conseqüência de toda a cadeia de relações no interior do capitalismo e a dificuldade inerentes a um processo educativo nestas condições impõem limites que criam o círculo vicioso de opressão e desigualdade, particularmente nas relações de gênero, mas de modo geral nas relações de classe. Projeto financiado pelo CNPq

Palavras-chave: Psicologia social; Subjetividade; Trabalho; Risco e proteção

FARIA, L.R.P. (2009). *Trabalho e subjetividade de mulheres de uma comunidade: fatores de risco e proteção.* (A Community women's Work and Subjectivity: risk factors and protection). Doctorate thesis, PUC-Campinas, XI + 195 p.

Abstract

The study object of this thesis is the relationship between working conditions (and non-working), its subjective meaning, and family development conditions. Four analysis axes were theoretically assessed in order to explore these categories: Work, consciousness, risk factors and protection to human development, and the historical-cultural theory of subjectivity, always on a Marxist reality point-of-view. Seven women living in a Campinas outskirts district took part in the research, aged between 20 and 59 years, residing there for at least one year and using the VivaLeite Social Program - a State Government Program for the transfer of income, which assures to families with less than a minimum salary, the offer of milk to up to three-year old children. The information build-up technique was based on the historical-cultural approach, utilizing a semi-directed interview script. Participants were interviewed in May, June, and July 2007, along eleven meetings, and their participation was recorded and transcribed for analysis. The result of the four categories is as follows: a) The experience of alienated work produces more than social inequalities; it creates inhuman conditions in work ambience; b) Conscience motion itself appears when they perceive the unequal life condition, but cannot place this unequal life condition conscience to benefit a claiming action; c) The genre relationship, an important issue that popped up during the interviews, appears as an oppression factor and is subject to the class condition, and d) Human development, as a result of the whole relationship chain within capitalism and difficulty inherent to an education process in such conditions inflict limits that create the vicious circle of oppression and inequality, especially in genre relationship, but in class relationship in general.

Project funded by the CNPq (National Research Council)

Key words: Social psychology; Subjectivity; Work; Risk, and Protection

FARIA, L.R.P. (2009) *Trabalho e subjetividade de mulheres de uma comunidade: fatores de risco e proteção*. (“Trabajo y Subjetividad de mujeres de una comunidad: factores de riesgo y protección.”) Tesis de doctorado, PUC-Campinas, XI + 195 p.

Resumen

En esta tesis discutimos las diversas formas que asume el trabajo en la constitución de la subjetividad de las personas y la forma en que la relación entre subjetividad y trabajo tiene un impacto en la dinámica de la familia, percibida como factores de protección y de riesgo. Consideramos aquí la importancia dialéctica de lo social en la constitución del sujeto. Y, de esta forma, podríamos decir que la sociedad se constituye en sujetos en interacción así como el sujeto se constituye en la sociedad en la que participa. Asumiendo esta posición, tenemos dos desdoblamientos práctico-teóricos. El primero es que la dinámica social es parte esencial de la psicología. El segundo es que la expresión fundamental de la subjetividad es instrumento básico de cambio social. Y, por lo tanto, le corresponde a la psicología asumir su papel. Sujeto, Comunidad y Liberación, de esa forma, se constituyen como categorías necesarias para la comprensión de esta realidad social emergente y adquieren un valor importante para los psicólogos que buscan transformaciones en su contexto. Así discutimos tres ejes fundamentales de análisis: la constitución de sujeto (inicialmente a partir de González Rey), la definición de riesgo y la participación de la categoría trabajo en la emancipación del sujeto. A partir de la implicación de la relación capital/trabajo, verificamos diferentes modos de constitución familiar y, por lo tanto, de condiciones de desarrollo. Las descripciones de esa dinámica, influenciadas por las condiciones de trabajo, fueron las que se consideraron en la evaluación del trabajo como factor de riesgo o factor de protección para el desarrollo de los niños y adolescentes. Proyecto financiado por el Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq).

Palabras clave: Sujeto; Comunidad; Psicología de la Liberación; Riesgo y Protección a la infancia.

Apresentação

O presente trabalho surgiu como evolução da dissertação de mestrado, cuja temática geral era também a vida no capitalismo e seu impacto na psicologia. Porém o tema foi a orientação profissional e as representações sociais de emprego, trabalho e profissão em adolescentes (Faria, L. R. P, 2003). Quando diante da tarefa de escrever uma tese, queria que esta tratasse ainda das questões da subjetividade e trabalho. A introdução no grupo de pesquisa de estudos sobre a Ontologia do ser social proposta por Lukács chegou como uma luva às pretensões que este grupo tinha, em especial eu tinha para o levantamento de problemáticas no seio do capitalismo.

No contato com o trabalho comunitário do grupo o perfil da linha de raciocínio que eu deveria seguir foi tomando forma, e foi assim que cheguei às questões de gênero.

Ao pensar no meu trabalho estruturei o texto da maneira que apresentamos a seguir.

No primeiro capítulo, eu divido em quatro eixos de discussão. No primeiro item, eu resgato o sentido do trabalho dentro do princípio marxista, orientando a discussão em três linhas: a relação do ser humano com a natureza, a relação do ser humano com outros seres humanos e a relação do ser humano com os instrumentos. Adicionalmente, eu discuto um aspecto da relação do ser humano com seus pares, que é a relação de gênero.

Quando eu passo ao segundo item, eu discuto o processo de consciência, primeiro em Hegel, que sustentou o conceito de consciência em Marx, depois o conceito marxista de consciência.

O item seguinte é a discussão da subjetividade, e aqui o marco teórico é puramente de Gonzalez-rey. Discuto a concepção histórico-cultural, os elementos para uma teoria da subjetividade, a configuração subjetiva e o sentido subjetivo.

Quando eu falo de risco e proteção, o meu referencial é o do grupo de pesquisa que estou inserido. Assim, apresento o percurso do grupo de pesquisa até essa formação

que temos hoje, o conceito de risco e proteção e sua vinculação com a idéia de emancipação humana.

O capítulo seguinte é onde apresento o método que usei, o delineamento de pesquisa, os instrumentos de trabalho, e finalmente as salva-guardas éticas.

No capítulo de análise de resultado, eu relato o que as entrevistadas me responderam e faço as considerações teóricas que sustentam esta tese.

Justificativa

Penso que toda produção de um pesquisador conta um pouco de sua história. Mais do que isso, a produção conta um pouco o que é seu produtor. Por isso, creio ser importante demarcar o impacto que tem a subjetividade como categoria de estudo psicológico na minha vida pessoal, profissional e para o contexto social.

Seguramente, o tópico que garante certa delineabilidade ao campo psicológico é a procura sistemática, dentro do campo científico, de entender tal e qual singularidade do elemento humano que torna o funcionamento da nossa realidade alguma coisa particular. Sim, estou sendo genérico, posto que isto tem vários desdobramentos e aspectos que constroem o corpo de teorias e conhecimentos psicológicos. Todavia, é essa singularidade presente na produção do elemento humano, presente no “jeito” de ser de cada um, que torna o meu trabalho como cientista uma história única.

Na contramão deste pensamento, a dinâmica capitalista modela um funcionamento social em que estão presentes a impessoalidade, a serialidade, a padronização, a generabilidade, etc. E são vários os trabalhos que demonstram a tentativa de alienar da produção humana o seu produtor, de reduzir sujeito a objeto. Os efeitos desta subtração me chamaram a atenção já nos primeiros trabalhos acadêmicos e evoluíram para um projeto de vida que inclui humanizar as relações sociais e pessoais a partir de ditames subjetivos. Quem é o sujeito que trabalha, e como o trabalho faz o sujeito ser quem ele é, parece ser o eixo fundamental deste projeto de vida, na qual esta tese se apresenta como mais uma etapa.

Ao pensar meu projeto de pesquisa de doutoramento, me coloquei na posição mais frágil da relação capital/trabalho, posto que esta relação histórica e dinamicamente

se deu separando a intelectualidade e a racionalidade do trabalho de sua execução, transformado o trabalhador numa peça, num objeto manipulável esvaziando a “humanidade” presente neste atividade laboral.

Creio, portanto, que o trabalho não se apresenta como atividade em si mesma. Ele é, antes de tudo, uma espécie de comunicação, que se coloca por intermédio do homem¹ para contar um pouco de sua história, de sua dinâmica, de seu funcionamento. Há, desde modo, dois aspectos a serem considerados teoricamente, ao tratar o trabalho como linguagem: o primeiro é o caráter filogenético, por assim dizer, ao contar um pouco da história e dinâmica do ser humano, enquanto espécie, e assim revelar detalhes da vida social do ser humano refletida no trabalho. O segundo é o caráter ontogenético, e dito deste modo, assinalar a diferenciação marcada no estilo de trabalhar de cada um de nós. Aqui também contamos uma outra história, demarcamos uma alteridade e afirmamos o nosso espaço. É notório que, a despeito de haver uma organização social do trabalho e dentro desta dinâmica, onde o dono dos meios de produção decide as fases do processo de trabalho, por mais banal que este seja, é possível reconhecer um modo particular de execução, em pormenores, seja no tempo da tarefa, seja na forma da execução, seja na interpretação dos resultados ou da significação deste trabalho para o trabalhador - há sempre uma apropriação da tarefa.

Se o caráter filogenético marca um conjunto de fenômenos sociais que participam da análise do trabalho como aspecto da atividade humana necessário ao seu estudo, seu aspecto ontogenético resgata o conjunto de fenômenos psicológicos que pretendemos estudar.

De fato, o trabalho humano é peculiar, tanto pela forma, quanto por seu conteúdo. Tal peculiaridade se revela, tal como já assinalamos, também por uma

¹ Estaremos usando o gênero masculino dos substantivos sempre que quisermos nos referir ao ser genérico humano e esta é somente uma preferência estilística.

organização social peculiar. Diante do quadro social que se apresenta, uma nova relação entre os sujeitos se configura. Uma realidade social que hoje se demonstra injusta, coloca o sujeito na condição de sujeito e não permite que a essência daquilo que prezamos como subjetividade possa se expressar. Tais condições merecem a nossa reflexão. E ação. Delas, a reflexão e a ação não podem nos furtar.

Nesse sentido, é preciso reconhecer finalmente que algo de social constitui o sujeito. E que este estabelece uma relação dialética com aquilo que chamamos de social. De outro modo, poderíamos dizer que a sociedade constitui-se de sujeitos em interação, mas o sujeito constitui-se da sociedade de que participa. Assumindo esta posição, temos três desdobramentos prático-teóricos; o primeiro é o de que a dinâmica social tem um impacto estrutural na formação de seus sujeitos, e portanto, a dinâmica social é parte essencial da psicologia. A segunda é a de que a expressão fundamental da subjetividade, por hora alijada por uma dinâmica social opressora e hegemônica, é instrumento básico de mudança social. E, portanto, cabe à psicologia assumir o seu papel. E o terceiro é o de que no aprofundamento do estudo do trabalho é necessário retomar uma conciliação entre a genuinidade do sujeito, fazer revelar sua originalidade, ao mesmo tempo não perdendo sua condição de fato social, histórico e integrador. Ou nos termos acima colocados, na relação insubstituível de seu aspecto filogenético e ontogenético.

No âmbito da minha vida profissional, sobretudo como orientador “vocacional”, percebi sob várias perspectivas estas duas grandes forças constituintes da subjetividade se manifestar, tanto na dinâmica do trabalho, quanto na sua estrutura. E perceber que na sua estrutura diversos mecanismos de opressão, alienação expressiva e de cooptação ao sistema hegemônico não contribuía para uma vida digna – e, portanto, também não garantiam saúde psicológica – foi uma excelente motivação para a realização deste trabalho.

Do ponto de vista científico, este trabalho segue a tendência, já iniciada no mestrado e compartilhada com o grupo de pesquisadores da qual eu me aconcheguei. De fato, a palavra é essa mesma: aconchego. Esta tendência é a de que a psicologia deve se posicionar histórica e teoricamente diante das questões contemporâneas, sendo assim uma psicologia crítica, no sentido de fazer avançar, criar novas estruturas e garantir qualidade de vida no nível social e saúde psicológica no nível subjetivo. Esse binômio sujeito-social faz com que eu me aconchego – em lugar de me acomodar – junto com meus colegas dentro de um eixo de trabalho pronunciadamente definido que:

a) entende o ser humano como ser ativo, estruturalmente capaz de pensar e agir sobre o seu ambiente, reinventando-o e reinventando-se;

b) entende o ser humano como ser histórico e, portanto, comprometido com o seu fazer, com sua prática.

c) entende o ser humano numa relação dialética com o seu meio, constituindo-se numa processualidade histórica e psicológica.

d) entende a psicologia como instrumento de conhecimento do ser humano a partir da sua processualidade, numa indissociabilidade entre sujeito e sociedade. O conhecimento desta processualidade é mister da psicologia para contribuir ao ser humano qualidade de vida e saúde psicológica.

É neste sentido que consideramos o sujeito como categoria importante para atingirmos nossas intenções. Minha atenção se dirige a um sujeito teórico, não consensual, que povoa o mundo acadêmico, e sobre o qual se debruçam os estudiosos em psicologia, a fim de decifrá-lo. Fruto de uma tendência essencialista, este sujeito é separado de seu contexto afim de que possamos observá-lo livre de outros determinantes – extraíndo-lhe a essência – e produzindo saber psicológico generalizável. Junto com a solução extraímos um problema. O sujeito/objeto da psicologia não se reduz à sua essência. No processo de desenvolvimento das suas capacidades e condições, estabelece

vínculos que o modificam, e que modificam em conjunto a sua essência. Em contrapartida, a sua essência cria um tipo de vínculo único, exclusivo, e possível somente por ser aquela a essência humana, e não outra.

O sujeito teórico é parte do sujeito concreto. Mas o contrário não é verdadeiro. O sujeito real, da qual falamos, que mesmo somos nós, é bem mais, e porque não dizer, oposto, ao sujeito teórico.

Produto e produtor dos vínculos de que participa, o sujeito que encontramos é alguém que expõe uma realidade complexa e divergente. Apesar disso, constitui-se de uma mesma realidade, esta em constante evolução e transformação. Esse é o sujeito que queremos assinalar nesta dissertação.

Concomitante ao sujeito concreto, a categoria subjetividade é outro elemento discutido na psicologia. Sujeito e subjetividade considerados de forma isolada dão o tom da discussão sobre o conhecimento psicológico abarcado por seus autores. Diferentes concepções de sujeito e de subjetividade conduzem à compreensões psicológicas distintas e, por conseguinte, distintas contribuições para a construção do saber sob diversos matizes e graus de impacto.

Aqui, sujeito é tido como uma condição humana complexa que se expressa numa autêntica humanidade, que o torna ator e testemunha de sua história. Segundo Gonzalez Rey (2002):

“A categoria ‘sujeito’ é indispensável para compreender o caráter processual da subjetividade, pois ela representa o indivíduo ativo, concreto, comprometido de forma simultânea com a sua história e com o momento atual de sua existência social, relação dentro do qual se definem seus processos posteriores, assim como o sentido subjetivo de suas ações atuais, aos quais se

convertem também em elementos de sentido e significação do momento atual que caracteriza o seu desenvolvimento.” (p.32)

Se o sujeito é considerado uma condição, a subjetividade é considerada um processo que integra o “interno”, ou seja, emoções, aptidões, potencialidades, e outras categorias tidas como internas, e o “externo”, produto dos vínculos que o sujeito estabeleceu ativamente, bem como das forças sociais que agem sobre ele. Esse é o recorte que faz Gonzalez Rey (1997) acerca da subjetividade. Ele considera a subjetividade como elemento processual, portanto resultado de forças interagentes e que estão em sincronia com uma história da humanidade e prática social, e com características próprias do sujeito em que a subjetividade se expressa.

No que se refere às forças sociais que integram a formação do sujeito é preciso entendê-lo em seu contexto social, em seus espaços comunitários. Uma comunidade integra elementos além do coletivo. Pessoas vivendo no mesmo espaço podem conferir à coletividade certo grau de rotinas implícitas e explícitas que necessariamente os une, mas que não os coloca em uma sintonia grupal, em uma demanda coletiva. Uma análise muito apropriada, neste sentido, é a de N. Elias (1994). Vivemos numa sociedade de indivíduos: criamos uma organização implícita através de regras e rotinas de convivência, e explícitas através de leis e normas, que sistematicamente delimitam espaços subjetivos, como se o mundo social constituísse um mundo particular, privado. Esse é o personagem do ideal liberal - um sujeito livre para decidir o seu caminho, livre do outro, e consonante com este apenas por um gesto solidário.

A coletividade, ao estabelecer um sistema de regras e rotinas, cria um conjunto de significações para o sujeito. Este conjunto é o que chamamos de espaço de sentido. E a circulação de sentidos, criados por essas rotinas, por esse modo de vida, caracteriza o grupo social, segundo suas qualidades, necessidades, e crenças tornando-o homogêneo

enquanto tal, porém sujeito às próprias vontades e originalidades dos seus membros. Em certo sentido, portanto, uma comunidade pode muito bem ser um recorte da realidade social. E deste modo considerado, caracterizar tal e qual grupo como uma comunidade é um artifício operacional. Um grupo social pode instituir-se comunidade como forma de resistência à opressão, na medida em que nos organizamos segundo valores quantitativos, e isso é uma prática exclusiva. A comunidade, então, na contracorrente desta tendência, procura inspirar valores qualitativos e deste modo precisa de práticas inclusivas.

Esse é o nosso marco diferencial sobre comunidade e, principalmente, sobre a prática comunitária. Uma comunidade revisa os seus valores, compreende seu tempo histórico, interfere nas relações, e muda o enfoque de produção de sentidos.

Então qual o papel do trabalho como elemento construtor da subjetividade?

O trabalho é uma fato social. Sua demanda ocorre em função de uma necessidade forjada ou natural, que organiza, mantém e/ou otimiza as condições de vida cotidiana. O que o torna peculiar é o fato de, ao atender as necessidades humanas, organizar também o tipo de vínculo, portanto, a intersubjetividade, que as pessoas tem umas com as outras. Além dos vínculos diretos, o trabalho também organiza os vínculos institucionais através dos quais a subjetividade é processada, e pela qual encontra expressão. Conforme sintetizou Carvalho (1995) com base na doutrina marxista, o trabalho é:

“1) atividade humana de inter-transformação com a natureza.

2) parte de um projeto concebido idealmente até encarnar-se em resultado prático-material que expressa objetivamente a subjetividade do produtor.

3) processo que implica tanto na realização da identidade, como em mercadoria, coisa a ser vendida em troca de acesso à sobrevivência.

4) *atividade de dupla natureza:*

a) *Material, intencional, voltada para a realização de um produto necessário aos homens, e que envolve instrumentos e procedimentos. Esta natureza do trabalho pode ser chamada de trabalho concreto, expresso através do processo de trabalho.*

b) *Modo de transformação desta atividade em mercadoria, voltada para a realização dos interesses do capital, enfim, o modo como o trabalho é explorado. Esta natureza do trabalho pode ser chamada de trabalho abstrato, expresso através do tempo comprado pelo capital ao trabalhador” (p. 68).*

Há algo que une o sujeito à esfera social pelo trabalho. É a parte do trabalho que, demandando do sujeito as decisões sobre o modo de sua execução garante-lhe uma identidade, e pertencimento. O modo de executar é uma demanda do sujeito, o que executar é uma demanda social.

Em nossa dissertação de mestrado (Faria, 2003) afirmamos:

“Podemos considerar o seguinte: o trabalho é aquilo que deve ser feito. O emprego é onde o trabalho (aquilo que deve ser feito) deve ser feito. A profissão é o status de quem faz o trabalho (aquilo que deve ser feito). Quem determina o trabalho não é o profissional, mas aquele que demanda o trabalho, o capitalista. De outro modo, poderíamos dizer que quem determina o que deve ser feito não é quem faz, mas quem manda fazer. Aquele a quem nos referimos como capitalista, diante do que Kilinnik (1998) denominou de

Terceira Revolução Industrial, se vê diante do fato de que o trabalho (aquilo que deve ser feito) precisa cada vez menos do profissional (quem faz), e portanto desaparece cada vez mais o emprego (onde é feito).” (p.65).

A estrutura social que se trama, neste contexto, é a de relações de produção tão arcaicas quanto no início do capitalismo, baseado no trabalho excedente e na acumulação de capital, sem um elemento, a venda da força de trabalho, cada vez mais prescindida. Ao mesmo tempo, gere-se um novo modo de acumulação de riqueza baseado no lucro virtual, os juros. Assim, o trabalho, como a base do sistema capitalista, tem cada vez mais nova importância na estruturação da organização social, tal como ela é hoje.

Resta-lhe tão somente o seu poder expressivo. Neste sentido, o trabalho (antes elemento de alienação do trabalhador pelo capitalista) figura como elemento libertador, quando resgata o seu sentido comunitário e reúne o produtor/trabalhador com os resultados de seu trabalho.

Falta esclarecer os vínculos entre um projeto de pesquisa que procura investigar os aspectos libertadores do trabalho e um grupo de pesquisa que elegeu os fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil como eixo de investigação.

Ao longo do trabalho realizado pela prof.a. Dr.a Raquel Guzzo dentro deste grupo de pesquisa, foi ficando claro que não há como abordar os problemas de crianças e adolescentes dentro da escola apenas analisando a relação entre alunos e professores e a sua mediação – os métodos de ensino. Tanto a comunidade escolar, como os métodos adotados por ela são determinados e determinantes de uma relação particular que tem

² Kiliminik (1998) definiu a terceira revolução industrial como uma economia globalizada onde a comunicação se faz mais rápida, onde a tecnologia tende a renovar processos de trabalho e prescindir cada vez menos do trabalho humano, e onde o Estado intervém menos nas economias, cumprindo um papel apenas de procurador dos grandes capitais, negociando grandes blocos comerciais de livre comércio.

determinação, também, em outros campos, tais como a família, a igreja, os meios de comunicação, os valores sociais que circulam no dia a dia de cada um de seus membros. Assim, o que se verificou até aqui é que é necessária uma ação mais ampla do psicólogo a fim estimular uma rede de proteção social ao desenvolvimento infantil, que se reflete numa organização social mais justa para todos, crianças e adultos.

É preciso, deste modo, compreender os indicadores de risco social em três níveis distintos: o individual, onde é trabalho do psicólogo identificar os fatores de risco ao desenvolvimento da criança; o familiar, onde as relações de desenvolvimento sócio-emocional encontram uma estrutura básica; e o comunitário, onde os valores e as políticas sociais impactam a família. Assim, as ações conseqüentes também se dão em três níveis: ao nível da criança, promovendo atividades lúdicas estimuladoras de uma ação e pensamento autônomos; ao nível da família, promovendo a discussão acerca dos problemas relacionais e sua resolução; e ao nível da comunidade, intervindo na organização de práticas comunitárias, fazendo-o refletir sobre o seu cotidiano e contradições, e ajudando na formulação de políticas públicas protetoras da infância.

Aqui a categoria “trabalho” encontra ressonância quando a conjuntura social modela uma relação do ser humano com sua família através da relação que estabelece com o trabalho. Vale dizer, quando ele reproduz em casa, os modelos de relação presentes no trabalho concreto, seja no emprego da força de trabalho, seja na relação que o mercado de trabalho engendra para ele, incluindo-o ou excluindo-o.

Fundamentos

1.1. A categoria Trabalho como ponto de partida

Há três aspectos que precisam ser ressaltados quando se procura definir o conceito de trabalho: a relação do ser humano com a natureza, a relação do ser humano com os demais, e a relação do ser humano com o instrumento. Concomitante a isto, temos uma questão conseqüente, que é a da relação de gênero presumida no trabalho.

No primeiro caso, o trabalho se constitui numa relação que medeia o ser humano com a natureza operando sobre ela transformações conduzidas segundo a sua necessidade e a vontade. Nesta primeira abordagem de análise, não podemos dizer que as operações efetuadas na natureza são apenas fruto da necessidade de sobreviver.

A complexidade do trabalho humano inclui outras motivações que se estendem também para a relação do ser humano com os demais. E neste caso, o trabalho se constitui em uma base de sustentação das relações sociais, derivando daí as discussões sobre a formação da identidade pessoal a partir das demandas sociais.

Um terceiro elemento de discussão refere-se a relação do ser humano com os instrumentos de trabalho, derivando dela a elaboração da técnica numa abordagem mais restrita e a estruturação da sociedade numa abordagem mais ampla, posto que quem detém os meios de produção por conseguinte determina o modo de produção.

O último elemento refere-se a uma face estrutural da relação do ser humano como o trabalho que se traduz também em uma forma de opressão e alienação, que é a divisão sexual do trabalho.

A relação do ser humano com a natureza.

A relação do ser humano com a natureza é o próprio trabalho. Engels (2004) coloca o *status* do trabalho na formação da natureza do próprio ser humano, na sua condição de ser humano, ser distinto de outras espécies. Em um artigo, originalmente escrito em 1876, sobre a transformação do macaco em homem, ele destaca o trabalho não apenas como consequência das necessidades do ser humano diante da natureza, mas motor da evolução, colocando o trabalho como elemento distintivo do ser humano na relação com a natureza. Essa distinção é dada por características eminentemente humanas. São elas:

a) a intencionalidade do trabalho: a intervenção do ser humano sobre a natureza é dirigida a um fim, um resultado esperado. Por exemplo, a devastação de um campo verde é uma ação que tem como intuito o preparo do solo para o cultivo de soja (Engels, 2004:1876, p.26).

b) o planejamento do trabalho: a intervenção do ser humano sobre a natureza é pensada, imaginada, e gera conhecimentos que são repetidos sistematicamente a fim de aprimorar os resultados, o que leva a uma terceira característica:

c) a generalização do trabalho: a intervenção do ser humano sobre a natureza com o fim de produzir riqueza capaz de gerar a vida pode ser transformado em conhecimento a ser disseminado.

Esta distinção do ser humano na sua relação com a natureza pelo trabalho tem uma importância crucial para a explicação da estrutura do trabalho dentro da economia política do capitalismo, posto que a apropriação do trabalho pelo capitalista aliena o ser humano de sua natureza, o desfigura, o desumaniza. Ao discutir o trabalho alienado, Marx (2005) assinala: alienado a quê? Ao produto de seu trabalho:

“O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo externo sensível. Este é o material onde se realiza o trabalho, onde ele é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz coisas...” (Marx, 2005, p. 112)

Mas assim como a natureza fornece os meios de existência do trabalho, no sentido de que o trabalho não pode viver sem os objetos nos quais se exercita, da mesma forma ela proporciona os meios de existência em sentido mais restrito, a saber, os meios de existência física do próprio trabalhador” (p.113).

Em *O Capital*, Marx (1983) também assinala essa relação funcional com a natureza, pois:

“... por sua própria ação, media, regula, e controla o seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural (...). Ao atuar, por meio deste movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza”. (p. 149).

A natureza que o ser humano transforma se concretiza no produto de seu trabalho, no qual ele se vê colocado ali. Mas na relação de produção ao modo capitalista, o trabalho se descola do produto, se aliena deste pois:

“...o mundo exterior sensível torna-se cada vez menos um objeto que pertence ao seu trabalho ou um meio de existência em sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador” (Marx, 2005, p. 113).

Marx analisa três elementos principais a partir desta relação do ser humano natura, dentro da economia política do capitalismo. A primeira é a da relação do

trabalhador com o produto do seu trabalho como um objeto estranho a ele e que o domina. Portanto, produto e produtor não estabelecem uma relação imediata, que vai para além do seu valor de uso. Isto significa dizer que a transformação da natureza não teve apenas a finalidade de satisfazer as necessidades imediatas do ser humano; ela tem a finalidade de estabelecer relação com os outros seres humanos, através do produto de seu trabalho, o valor de troca. A separação, no produto do trabalho, do valor de uso com o valor de troca é uma face oculta da alienação do trabalho.

A segunda forma de alienação do trabalho é a auto-alienação, ou seja é a relação do trabalho com o ato da produção do trabalho, como coisa estranha a si, como elemento desconectado da sua finalidade, trabalho pelo trabalho, tarefa sem foco no produto - mas na produção. Essa forma de trabalho alienado é trabalho como flagelo, posto que o trabalho se reduz à venda da força de trabalho.

Há ainda uma terceira forma que Marx assinala, e que decorre das duas formas anteriores. É a alienação de sua natureza *genérica* e aqui é necessário explicar o que é isso. O seu caráter genérico é aquilo que o qualifica enquanto gênero, que qualifica o ser humano como gênero humano, assim como as outras espécies animais tem na sua condição animal o seu gênero animal. No intercâmbio imediato com a natureza, ser humano e animal têm na sua atividade vital os elementos para torná-lo gênero humano e animal respectivamente. Todavia, Marx considera que o ser humano é uma criatura genérica de natureza distinta dos animais porque enquanto o animal não se diferencia da sua atividade vital, o ser humano estabelece com ela (a atividade vital) uma relação volitiva, consciente. Na relação imediata com a transformação da natureza, o ser humano sabe-se enquanto da espécie humana e sabe-se diferente das outras espécies justamente porque foi capaz de estabelecer com a sua atividade vital uma forma específica de relação. Assim, o ser humano cria o gênero humano e a idéia de gênero humano, de ser pertencente à espécie humana - ele e os outros seres humanos que com ele vivem - e o

faz pelo trabalho, na relação inequívoca de planejar o trabalho, de projetar-se nele. E assim...:

“... já que o trabalho aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica em meio da vida individual”. (Marx, 2005, p.116).

Como consequência, o trabalho alienado transforma o ser genérico em ser individual, transforma o ser humano em estranho a si, em suma, aliena o ser humano de seus pares, contrapondo-os uns aos outros.

A relação do ser humano com os outros seres humanos

É neste campo, da relação do ser humano com a natureza, que o trabalho, como atividade humana, cria o fato social. Ao estabelecer uma relação do ser humano com a natureza, a partir da produção da vida, o ser humano cria uma relação particular com os outros seres. Assim, conforme salienta Lukács (1979) o trabalho funda o ser social. A forma como o ser humano se relaciona com o trabalho gera um tipo específico de sociedade. E é a estrutura de como este ser se coloca no mundo a partir do pensamento de Marx que vai interessar a Lukács (1979), quando este procura focar uma ontologia para o ser social. Sua ontologia não é sua própria, mas aquela delineada pelo Marx filósofo, que entremeadada à discussão de Hegel, procura esmiuçar uma relação entre sujeito e objeto.

A esse respeito, o autor nos diz:

“Essas tendências (de investigação concreto-ôntica) encontram sua primeira expressão adequada nos manuscritos econômico-filosóficos, cuja originalidade inovadora reside, não em último lugar, no fato de que, pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias de produção e da reprodução da vida humana, tornando assim possível uma descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas” (Lukács, 1979, p.15).

Sua contraposição à ontologia de Hegel ou de Feüerbach foi a de partir de uma realidade histórica e social concreta, ou seja, de uma realidade material para descrever a essência do ser.

Em Marx, o sujeito se objetiva no trabalho, na sua relação com a natureza, porque essa relação não é uma relação mecânica, mas ação planejada. A isso, Lukács vai enfatizar como um ato de posição teleológica, expresso através do trabalho, o em-si do ser social.

O ser social expresso em Marx, e analisado por Lukács, se torna social não somente por se relacionar com natureza. O natural do ser humano não se exclui ao ser colocado à baía da discussão sobre sua própria natureza social, mas vai além dela, ou nos termos de Lukács:

“O ser social - em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares - pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antíteses que se excluem, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados “domínios do espírito”. (Lukács, 1979, p.17)

Todavia, sua sociabilidade, sua natureza social se impõe através daquilo que o ser humano cria na sua relação com a natureza, pelo trabalho. Segundo Nogueira (2006), a partir de Lukács...

“é através do trabalho que o ser social busca a produção e a reprodução da sua vida societal, que ele cria e renova as próprias condições de sua reprodução.” (Nogueira, 2006, pg. 165).

Aqui o que transforma a relação do homem com a natureza em social é a relação que se dá com os outros seres humanos, onde se ressaltam dois aspectos amplamente discutidos por Marx: a teoria do valor e, a partir da instauração do trabalho necessário e seus produtos, a divisão social do trabalho.

A forma como essa relação vai sendo constituída é a base pela qual se assenta a estrutura social à cada época. A esse respeito, Marx e Engels (1993, p.42) entendem que o social é dado a partir do fato de que a produção da vida, a de si no trabalho e a alheia na reprodução, é cooperação de vários indivíduos. E segue afirmando:

“(...) um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão constantemente ligados a um determinado modo de cooperação e a fase industrial estão constantemente ligados a um determinado modo de cooperação e a uma fase social determinada, e que tal modo de cooperação é, ele próprio, uma “força produtiva”; segue-se igualmente que a soma de forças produtivas acessíveis aos seres humanos condiciona o estado social e que, por conseguinte, a “história da humanidade” deve sempre ser estudada e elaborada em conexão com a história da indústria e das trocas”. (Marx e Engels, 1993, p.42).

Mas, a que Marx se refere, quando postula uma teoria do valor para estabelecer vínculos sociais entre os seres humanos?

Dentro da economia política e analisando a estrutura social dada pela conjuntura histórica de sua época, Marx, ao evidenciar o trabalho como elemento fundante de uma ontologia do ser social, também o situa dentro desta mesma estrutura. Assim, ele vai analisar as condições de formação da mercadoria, a participação do trabalho neste processo e a transposição histórica de produto do trabalho em mercadoria. A relação com a formação da mercadoria foi tão básica para a compreensão do lugar do ser humano alienado na estrutura do capitalismo, que Marx dedicou o primeiro capítulo do *Capital* a analisar a mercadoria como resultado de uma sociedade capitalista. E assim delineia suas primeiras características: mercadoria é objeto externo ao ser humano e pelo qual ele satisfaz suas necessidades (Marx, 1983, p. 45). A satisfação das necessidades, em primeiro momento individuais, secundariamente coletivas, é a relação de uso que se estabelece com os objetos e que são modificados pelo trabalho precisamente para atender tais necessidades. Marx ainda ressalta que a descoberta dos sentidos e necessidades de cada objeto é dada por um processo histórico. Essa análise é importante porque o valor de uso de um objeto se constitui no “conteúdo material da riqueza” (Marx, 1983, p. 46). Todavia, o valor de uso é valor, ao mesmo tempo, de troca e é a consideração deste valor que coloca os seres humanos em interação e produzem sua forma social de organização.

E neste sentido o valor é dado pela quantidade de trabalho acumulado em um objeto, ao produzir o seu valor de uso. O que é necessário restabelecer aqui no vínculo com uma ontologia do ser social é que somente o trabalho é capaz de gerar, a partir dos objetos, um valor de uso *social*. E como é o trabalho o elemento que cria uma identidade social do ser humano em relação a natureza, percebemos que esta vinculação é dada pelos produtos que a ação do trabalho cria, agregando valor social, portanto valor de troca.

Dentro de um processo de trabalho, as diferentes posições e utilidades dos produtos por ele criados, geram, a partir da organização social a cada época, uma distribuição dos papéis sociais dentro do processo produtivo e isso também revela o caráter social do trabalho. Segundo Marx e Engels (1993, p. 28) é o grau de sofisticação desta distribuição social do trabalho que indica o grau de desenvolvimento da organização econômica de uma nação, ou seja:

“As diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes da propriedade: ou, em outras palavras, cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho”. (Marx e Engels, 1993, p. 29)

Mas isso também gera em si as suas contradições. Tonet (2005) ao analisar a relação entre a educação e o processo de emancipação humana em bases marxianas mostra que a divisão social do trabalho, à medida que se torna complexo, separa também o trabalhador dos produtos de seu trabalho, posto que o capitalista detém os meios de produção (os instrumentos e processos) e assim detém também, os produtos. Esses existem para o capitalista como valor de troca e para o trabalhador como “essência” vazia, fruto do caráter alienado do trabalho. O autor ressalta assim as três contradições fundamentais da divisão social do trabalho no capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho; a contradição entre interesses individuais e interesses coletivos, e a terceira é a alienação que separa produto e produtor, que separa do trabalho seu elemento produtor de sentido (Tonet, 2005, p.64).

A relação do ser humano com os instrumentos de trabalho.

Por instrumentos de trabalho estamos nos referindo a uma parcela dos meios de produção, ou nas palavras de Marx (1983):

“Meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (Marx, 1983, p. 150).

Ao meio de trabalho, agrega-se também a força de trabalho, que é a porção de esforço humano colocado a serviço da transformação dos objetos de trabalho em produto, e os objetos de trabalho que são as coisas a serem transformadas:

“No processo de trabalho a atividade do ser humano efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto (...). O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado.” (Marx, 1983, p.151).

Marx (1983) coloca a relação entre o ser humano e instrumento em destaque na construção do gênero humano, o que foi considerado por Lukács (1979). Orientado por esta premissa, Lukács (1979, p.17) pôde estabelecer a tese de que o trabalho define ontologicamente o ser social, através de um “pôr teleológico”. Mas o que é um “pôr teleológico”? O trabalho do ser humano implica em duas características essenciais: a primeira é que o ato de trabalho é intencional, ele é dirigido a um fim específico, mas é antes de tudo um ato de planejamento. A segunda característica essencial é que, estabelecendo um intercâmbio imediato com a natureza, ele modifica elementos desta

para obter um produto, a partir do seu planejamento prévio. A execução do seu planejamento tem conseqüências tanto para a natureza, já que ele estabelece com ela uma relação de uso, como com os outros seres humanos, na medida em que cria novos meios de vida e novos conhecimentos sobre a natureza. E aqui destacamos este elemento por considerar que a relação dada pelo instrumento pelo qual o ser humano se coloca diante da natureza define também um lugar social, uma forma de organização social que cria, pelo trabalho, um papel social.

Desta maneira, a organização social dentro de uma ordem capitalista repercute na gênese do ser social criando condições peculiares no processo de trabalho. Marx (1983, p. 154) atenta para este fato, destacando dois aspectos em especial: o primeiro é de que, no capitalismo produto e processo de produção pertencem ao capitalista. Desta maneira, a força de trabalho representa produto a ser vendido ao capitalista sob a forma de salário, assim como todos os elementos presentes na produção de uma mercadoria. E o segundo aspecto relevante é de que, pertencendo a força de trabalho ao capitalista mediante pagamento, este procura controlar o tempo de trabalho necessário a produção de uma mercadoria, a fim de produzir mais-valia. O que torna o processo de trabalho algo peculiar dentro do modo capitalista é o fato de que ao não pertencer mais ao trabalhador o produto de seu trabalho o valor de uso tem uma relação qualitativamente diferente com a força de trabalho - a força de trabalho é parte dos insumos necessários para a produção de um artefato e que serão contabilizados para que o produto gere lucro e dinamize o capital. A força de trabalho que se coloca em um produto, por esses termos, não é para produzir um artigo que o trabalhador irá trocar por outros de seu interesse, ou vender e obter dinheiro por ele. A força de trabalho é ela própria um produto a ser vendido para produzir salário, do ponto de vista do trabalhador. Por isso, a relação do trabalhador com o valor de uso e o valor de troca é uma relação alienada, posto que esses

valores são atributos da mercadoria e a mercadoria não lhe pertence mais. Assim Marx anuncia:

“Mesmo do ângulo dessa relação meramente formal - na forma geral da produção capitalista, a qual o modo menos desenvolvido dessa produção tem em comum com o mais desenvolvido -, os meios de produção, as condições objetivas de trabalho, a saber, material de trabalho meios de trabalho (e meios de subsistência), não se apresentam subsumidos ao trabalhador; este é que aparece a eles subsumido. Não é o trabalhador que os usa, mas eles que o usam. E são, por esse meio, capital. Capital emprega trabalho. Não são meios para o trabalhador gerar produtos, seja na forma de meios de subsistência imediatos seja na de meios de troca, na de mercadorias. Ao contrário, o trabalhador é para eles meio tanto de lhes conservar o valor, quanto de criar mais-valia, isto é, serve-lhes para crescê-lo, para sugar trabalho excedente.”
(Marx, 1987, p.)

Além dos aspectos já considerados da dinâmica interna do processo de produção, quais sejam, as características do trabalho alienado, a relação entre meios de trabalho e força de trabalho, valor de uso, valor de troca e mais-valia, outro elemento relevante deste contexto refere-se à própria produção de mais valia. Na medida em que a revolução dos meios de trabalho se deu através do desenvolvimento de máquinas, já o processo de trabalho sofre novo impulso e isso traz drásticas mudanças ao trabalhador, á vida cotidiana do trabalhador e do trabalho.

A análise de Marx a este respeito evidenciou os seguintes elementos como conseqüências da revolução industrial, e como forma de extrair do trabalho mais-valia e, portanto, capital:

a) a apropriação de trabalho infantil e feminino como forma a desvalorizar a parte de trabalho vivo no processo produtivo. E comenta:

“O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do ser humano por toda a família. Ela desvaloriza, portanto, sua força de trabalho”. (1983b, p.23)

b) o prolongamento da jornada de trabalho.

A utilização da tecnologia e do uso das máquinas conduziu um processo de aceleração do processo produtivo que, de um lado, precarizou a condição da venda de força de trabalho, e de outro aumentou a demanda do capitalista por mais força de trabalho no processo produtivo. Assim descreve Marx esse processo:

“O dono do dinheiro cessou de ser comprador de mercadoria, e o trabalhador, de ser vendedor de mercadoria. O dono do dinheiro funciona agora como capitalista. Consome a mercadoria que comprou, e o trabalhador a fornece, pois o uso de sua força de trabalho *é* seu próprio trabalho. Por meio da transação anterior, *o trabalho* mesmo se tornou parte da riqueza objetiva. O trabalhador o executa, mas o trabalho *pertence* ao capital e agora *é* deste apenas função (...). Nesse processo, portanto, o trabalho se *materializa* de maneira direta, transforma-se *de imediato* em capital, depois de já se ter incorporado ao capital, *formalmente*, pela primeira transação.” (Marx, 1987, pg.)

O trabalho assim incorpora uma força que não se guia por si mesma, por seus fins, mas se justifica pelo desejo do capitalista de produzir mercadoria em quantidade e

qualidade cada vez maiores, o que implica em uma quantidade cada vez maior de trabalho acumulado. Todavia, o trabalho acumulado é novamente dividido a um grau também cada vez mais sofisticado.

O trabalho acumulado e maximizado pelo capitalista se traduz no contexto das relações sociais de trabalho em nova forma de divisão social do trabalho. Mas aqui a importância desta derivação é que, como pontua o próprio Marx nos manuscritos econômico-filosóficos (Marx, 2005, p. 161) a divisão do trabalho é a expressão social do trabalho no interior da alienação. A isso cabe esclarecer que a alienação é a separação entre o ser humano e a natureza, inclusive a sua própria e tudo que demanda o processo de trabalho, tal como já pontuamos. E desta maneira, o caráter expressivo do trabalho se consome em regras do processo de trabalho, determinado pelo capitalista e não por suas necessidades fundamentais:

“Uma vez que o trabalho constitui apenas expressão da atividade humana no seio da alienação, da manifestação da vida como alienação da vida, a divisão do trabalho não passa do estabelecimento alienado da atividade humana como uma atividade genérica real ou como a atividade do homem enquanto ser genérico”.

O conceito de trabalho alienado é de suma importância no contexto das idéias que defendemos aqui. Se o trabalho tem um caráter humanizador, se o trabalho humano se realiza pela relação dialética entre ele e a natureza, então o trabalho alienado faz exatamente o oposto; separa o ser humano de sua natureza, objetivando-o, destituindo do trabalho seu conteúdo humanizador.

É nesse sentido que Mello (1994) salienta o trabalho como construtor de uma identidade, se considerarmos que o trabalho é um elemento estruturante da sociedade atual. E assim incorremos num risco:

“Se admitimos, como H. Lefebvre, que a consciência dos homens depende de sua vida real, e que essa vida real se dá no cotidiano, podemos dizer que o trabalho aprisiona fortemente a construção das subjetividades de um

modo duplo: numa hierarquia dada socialmente que atribui valores diferentes para as ocupações - uma prisão que situa e coloca em classes os indivíduos - e numa disciplina que adentra os sentidos e os corpos dos indivíduos para o trabalho, como quer Foucault.” (Mello, 1994, p.29)

Neste sentido, Tonet (2004) é enfático ao discorrer sobre o trabalho como uma via de emancipação humana. Para o autor, a emancipação é um exercício de liberdade. Essa liberdade só pode ser usufruída em uma sociedade livre, qual seja em uma sociedade em que desejos e aspirações humanas não são subjugadas por uma ordem social. E essa sociedade só pode ser uma sociedade comunista. O trabalho como base da riqueza material e como elemento fundador do ser social modifica-se no interior de uma sociedade comunista. O autor ressalva que só é possível uma sociedade “livre” se ela foi capaz de produzir riqueza suficiente para a satisfação da necessidade de todos. E esta condição, material por excelência, já está dada - o capitalismo já produz riqueza humana suficiente para o bem comum. Assim, o trabalho, que continuaria sendo a base material da sociedade, consubstanciar-se-ia em uma atividade de exercício livre. A necessidade que se impõe é uma necessidade social. A isto Marx (1984) chamou de trabalho associado. E Tonet (2004) resgata o sentido do trabalho associado como base de uma sociedade emancipada. Em linguagem marxiana, a base de uma sociedade emancipada é: a) o fim da privatização dos meios de produção e b) o resgate da natureza subjetiva do trabalho, ou seja, da indissociabilidade entre sujeito, processo de trabalho e produto. Marx afirma:

“Com efeito, o reino da liberdade só começa ali onde termina o trabalho imposto pela necessidade e pela coação de fins externos; situa-se, pois, por sua própria natureza, para além da órbita da produção material propriamente dita. Do mesmo modo que o selvagem tem que lutar com a

natureza para satisfazer suas necessidades, para buscar o sustento da sua vida e reproduzi-la, também o homem civilizado tem que fazer o mesmo sejam quais forem as formas sociais e os possíveis sistemas de produção. Na medida em que se desenvolve e se desenvolvem com ele as suas necessidades, amplia-se este reino de necessidade natural mas ao mesmo tempo também se ampliam as forças produtivas que satisfazem aquelas necessidades. A liberdade, neste terreno, só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente este seu intercâmbio com a natureza, coloquem-no sob o seu controle comum, em vez de deixar-se dominar por ele como um poder cego e o realizem com o menor dispêndio possível de forças e nas condições mais adequadas e mais dignas de sua natureza humana. (Marx, 1974, pg. 942).

Se o cenário do trabalho configura, de alguma maneira, uma forma particular de relação do ser humano com seus pares, e é isso que nos interessa, então o contexto do trabalho precisa ser investigado a fim de construir alternativas na formação de nossas crianças e jovens.

A divisão sexual do trabalho: a relação de homens e mulheres no sistema produtivo.

Por divisão sexual do trabalho entendemos, como nos termos de Nogueira (2006), uma produção de sentido social e não produto do destino biológico (p. 16). É uma produção que coloca homens e mulheres em lugares distintos no processo produtivo, não em termos de efetivação da tarefa, mas em lugares sociais distintos refletidos no papel social que assumem dentro do contexto de suas vidas. Disso resultam

posições de discriminação, lugares privilegiados de mulheres ou homens (ocupações reguladas por gênero) e relações familiares configuradas a partir da atividade profissional.

Nogueira (2006) investiga deste leque de efeitos da divisão sexual do trabalho os aspectos acima destacados, através da relação de trabalho de mulheres em call centers. Já sua escolha revela uma dessas faces da divisão do trabalho: a profissão é majoritariamente ocupada por mulheres (p. 43).

Isto tem como consequência a dupla discriminação a que sofre a mulher dentro dos espaços sociais a que ocupa. De um lado o tipo de jornada que enfrenta, o salário que percebe e as relações implícitas nos ambientes de trabalho. Do outro, a distribuição do trabalho doméstico, da relação com os filhos e cônjuge, onde se revela a relação de poder. Assim, Nogueira (2006) procura demonstrar a) que a crescente precarização do emprego tem levado cada vez mais mulheres para o mercado de trabalho, e a profissão de teleoperadora, herança do ofício de telefonista, tem sido uma via de acesso fácil à jovem trabalhadora, b) que o trabalho doméstico, contudo, continua sendo responsabilidade da mulher, enquanto que o ser humano assume papel coadjuvante; c) que o trabalho feminino tem uma parcela fundamental no orçamento doméstico; e d) que a perspectiva de uma nova consciência da condição de gênero se anuncia, através da pesquisa por ela realizada, por meio da educação dos filhos mais igualitária, ainda que sob influência da cultura patriarcal que domina as diversas relações sociais.

Para apresentar outros elementos ao debate de relação e gênero, selecionamos adicionalmente três autores: Paulilio, M. I. S. (2004); Guimarães, N. A. (2001) e Fleck, A. C. & Wagner, A. (2003). Estes trabalhos procuraram investigar especificamente os traços de gênero que dominam o cotidiano - e dentre estes traços como a condição feminina aparece em seus diversos graus de autonomia e emancipação.

Paulilio (2004) ao pesquisar o trabalho familiar entre trabalhadora rurais engajadas em diversos movimentos ligados ao direito à terra, mostra como a apropriação

do próprio conceito de gênero pode ser uma prerrogativa de poder e desarticulação dentro do processo de emancipação da mulher no interior das relações sociais. Paulilio (2004) busca como pressuposto teórico a historiadora Joan Scott (1990), pelo qual “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p.22).

O cenário da pesquisa é o cotidiano dos movimentos Sem-Terra. Neste contexto de luta pela terra, foram analisados três diferentes movimentos de mulher, onde se verificou como se dá a hierarquização das questões de classe e gênero nos diversos grupos, buscando perceber quais as representações que legitimam a postura adotada; e conjuntamente, procurou identificar os pontos fortes de consenso e os de ruptura destes movimentos sociais (Paulilo, p. 239).

Entre as constatações estão as seguintes:

a) Nos movimentos em que se coloca a questão da luta de classes como uma prioridade, o modelo de ativismo militante é machista. Tem-se o consenso da igualdade de gênero mas não se discute o qual desigual é esta igualdade. O jeito feminino é condenado veladamente, enquanto o jeito masculino de militância é louvado. Há ainda mais cargos de direção ocupados por homens do que por mulheres, porque o trabalho doméstico fica a cargo das mulheres.

b) Nos movimentos em que se coloca a questão do gênero, nem sempre há consenso e coesão posto que a luta das mulheres enfrenta o desafio de aglutinar também questões de classe.

E como discussão de consenso e rupturas, as próprias trabalhadoras resumem os objetivos das lutas, segundo suas prioridades: a) o MST reforma agrária; b) as

mulheres dos sindicatos rurais, a agricultura familiar e, c) os movimentos de mulheres autônomas, a saúde.

Neste contexto analisado, a questão do trabalho doméstico se dilui na própria relação do trabalho necessário a sobrevivência. Isto porque o trabalho feminino produtivo dificilmente tem visibilidade, haja vista que nem sempre a produção é destinada ao comércio. A mesma partida de queijo pode tanto servir ao consumo da família quando pode ser colocada à disposição para venda. Todavia, o trabalho doméstico continua a ser responsabilidade das mulheres.

Também corroboram estes dados Fleck e Wagner (2003) e Guimarães (2004). Fleck e Wagner (2003) pesquisaram três famílias onde a mulher constituía a principal provedora de sustento familiar, analisando a posição da mulher no contexto das decisões familiares e das relações com o trabalho doméstico. Nos três casos, encontrou uma representação clássica e idealizada do ser humano no interior das relações familiares, as mulheres eram responsáveis pela educação dos filhos e administração da casa, suas posições econômicas dentro do orçamento não se traduziam posicionalmente na relação de poder, e em função de estarem afastadas do ambiente doméstico, também tinham dificuldades no exercício das funções de autoridade. Na relação conjugal, apresentavam problemas de relacionamento íntimo e afetivo. Guimarães (2004) mostra, a partir de pesquisa desenvolvida por análises de dados estatísticos do ministério do trabalho da região do ABC paulista, como que as relações de gênero e raça foram as mais impactadas e as que mais carecem de uma planificação do poder público no sentido de sanar tais precariedades de emprego e renda.

A primeira observação da autora refere-se ao fato de que nos últimos quinze anos, a precarização da oferta de trabalho levou ao crescimento brutal do setor de serviços e do mercado informal. Concomitante a este dado, apresenta as estatísticas da fundação SEADE que mostram que no mesmo período o desemprego atinge

majoritariamente mulheres, brancas ou negras, e homens negros. A desigualdade em relação a oferta de emprego tem, para a autora, uma diversa explicação para cada categoria analisada. No caso de homens negros, o caso é de desqualificação, de dificuldade de acesso à formação educacional exigida para o cumprimento das tarefas solicitadas pelo mercado. Para tal condição, exige do poder público acesso a ensino de qualidade como forma de combater a desvantagem salarial. No caso de mulheres negras, além de sofrerem com a formação educacional, mesmo que em menor grau, ainda há as questões ligadas a hegemonia do gênero masculino sobre o feminino, o que leva a mulher a posições hierárquicas subalternas e, portanto, menores salários. Neste sentido sugere a autora que, além das medidas aplicadas aos homens negros para o combate da desigualdade salarial, também é necessária a ação de outros gestores locais, tais como os fiscais de trabalho e os sindicatos, a fim de reverter essa situação. Por fim, as mulheres brancas, que tiveram mais facilidade de acesso a escolarização são vítimas das “formas precárias de relações de trabalho e à discriminação de sexo” (Guimarães, p.90). E neste caso, políticas envolvendo os gestores das empresas seriam um fator de proteção das condições de trabalho destas mulheres.

As pesquisas acima citadas ilustram um tipo de relação que, como diz Nogueira:

(...) “expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo (p. 212).”

As contradições apresentadas no seio da sociedade capitalista, onde as relações de produção alienam o trabalhador de sua produção estão na ordem do dia da discussão sobre relações de gênero. É o trabalho que é elemento aglutinador do ser humano com a

natureza e a partir dela, da relação com outros homens. É o trabalho o fundamento do ser social, porque é a maneira como o ser humano e se relaciona com esta natureza que ele cria a sua forma particular de existir como ser humano, como ser natural. E resgatar o novo sentido do trabalho, num processo de esclarecimento, de mudança a partir das condições materiais da sociedade é impregna nas relações um modo livre de existir socialmente.

1.2. Consciência em processo

Vimos na sessão anterior que Marx situa a sociabilidade a partir do trabalho. E que a consciência de si é um fator distintivo e gerador de uma forma específica de manejo da atividade vital: o planejamento e a execução de tarefas do ser humano que transformam ao seu próprio gozo a natureza. Nesta sessão portanto, apresentamos como o conceito de consciência foi apropriado por Marx, discorrendo um pouco sobre o conceito de consciência de Hegel, que foi a base filosófica de Marx para referir-se à consciência, e contrapondo-a em seguida ao conceito tal qual foi pensado por Marx. Procuraremos demonstrar a importância da consciência em processo, que ao inscrever o sujeito em uma determinada ordem social pode, então, promover e lhe garantir um grau maior de apreensão sobre ela. E como conclusão deste roteiro de idéias que aqui defendemos, convidaremos o leitor a pensar no processo de consciência como elemento de promoção de saúde mental, como fator de proteção ao desenvolvimento humano. O objetivo desta sessão é procurar uma aproximação entre a categoria “consciência” e a categorias “risco” e “proteção”. Sigamos em frente, então...

A consciência hegeliana: a morada do espírito absoluto

Começemos pelo seguinte: qual a ambição da filosofia? A ambição da filosofia é empreender uma reflexão radical capaz de explicar o ser, o ente. Os diversos filósofos se debruçaram, ao fundo ou claramente, sobre a busca incessante de uma causa primeira, de uma explicação primeira sobre a existência do mundo representado pelo ser, pelo ente. Não estamos com isso afirmando uma regra geral que coloca Filosofia como sinônimo de ontologia. Contudo, a Filosofia de Hegel é basicamente ontológica. O

princípio que procura explicar o que o Universo é conduz o pensamento hegeliano. Hegel ao debruçar-se sobre o problema do que o universo é ambiciona apresentar um sistema filosófico o mais completo possível. Ele afirma, no prefácio de *Fenomenologia do Espírito* (Hegel, F. 1807/2007):

“Nada mais fácil do que julgar o que tem conteúdo e solidez; apreendê-lo é mais difícil; e o que há de mais difícil é produzir a sua exposição, que unifica ambos.” (p. 27)

Esta “exposição” é a explicação da causa primeira do universo, da natureza. Assim, ele parte de três categorias: o Universo que ele vai chamar de Natureza, a idéia ou razão e a sua evolução que ele denomina Espírito. É neste ponto que entra a primeira menção de Hegel sobre a consciência. Seu primeiro capítulo ao discorrer sobre a Fenomenologia do Espírito é, pois, justamente sobre a consciência. Num preâmbulo à consciência, o autor apresenta a preocupação de que a busca da verdade primeira, o Absoluto, deve levar em conta o modo de conhecer a coisa em si. Para isso, ele propõe que a busca da verdade seja uma busca incessante sem medo de que as impressões sobre ela se traduzam na própria verdade. Para Hegel, a consciência é a *consciência de algo*, é a realidade sensível à mim, a natureza que me chega:

“A consciência *distingue* algo de si e ao mesmo tempo *se relaciona* com ele; ou exprimindo de outro modo, ele é algo *para a consciência*. O aspecto determinado desse *relacionar-se* - ou do *ser algo para uma consciência* - é o *saber*.” (Hegel, F., p.77)

E o método dialético lhe parece útil para alcançar seu fim:

“Esse movimento dialético que a consciência exercita em si mesma, tanto em seu saber como em seu objeto, enquanto dele surge o novo objeto verdadeiro para a consciência, é justamente o que se chama de experiência.” (Hegel, F., p.80)

Aqui é importante assinalar que a busca da verdade é, para Hegel, na ciência, a história da consciência da experiência, porque a consciência é o primeiro movimento do ser humano para obter conhecimento. Num movimento dialético entre o ser que conhece e a coisa a ser conhecida situa-se o elemento que acessa o Absoluto, mas não completamente. O absoluto apenas se “resolve” no empreendimento radical da filosofia. Empreendimento radical que é o esforço do filósofo de não se render à experiência sensível, de caminhar em direção ao Absoluto.

Por isto, Hegel ao descrever a consciência o faz como uma experiência em processo, porque como vimos, a consciência é sempre consciência de algo, é uma relação de conhecimento que se estabelece entre o ser humano e a natureza. A sua relação com esta experiência coloca o ser humano em três níveis: a consciência em si, a consciência de si e a consciência para si.

No primeiro nível, a consciência em si é a experiência sensível ou nas palavras de Hegel...:

“O saber que, de início ou imediatamente, é nosso objeto, não pode ser nenhum outro senão o saber que é também imediato: - *saber do imediato* ou do *essente* (...). O conteúdo concreto da *certeza sensível* faz aparecer imediatamente essa certeza como *o mais rico* conhecimento, e até como um conhecimento de riqueza infinda, para o qual é impossível achar limite.” (Hegel, 2007, p.85).

Todavia, Hegel argumenta que o conhecimento sensível logo não explicará realmente nada porque aquilo que percebemos é parte daquilo que é universal. Portanto nossa verdade é parcial e nossa consciência, que é o meio pela qual conhecemos a verdade, precisa avançar e fazer avançar.

O segundo nível da consciência é a consciência de si. O filósofo explica que quando a consciência acessa a verdade por meio da percepção, ela já logo é

“bombardeada” pela experiência vivida com o objeto. O ser de que se fala, objeto da consciência, é em si mesmo *saber*. Mas não é completamente saber. É na razão e na reflexão sistemática que a experiência sensível torna-se conceito. É como se a consciência fosse capaz de “descolar-se” de si mesma para procurar enxergar a sua universalidade. Hegel assim se refere a ela:

“Nos modos precedentes da certeza, o verdadeiro é para a consciência algo outro que ela mesma. Mas o conceito desse verdadeiro desvanece na experiência (que a consciência faz) dele (...). O conceito do objeto se suprassume no objeto efetivo; a primeira representação imediata se suprassume na experiência e a certeza vem a perder-se na verdade.”
(Hegel, 2007, p.135)

Com a consciência de si, o objeto estabelece um novo patamar de incursão com a verdade. É a elaboração diretiva da verdade como conceito em si mesmo. Vejamos mais claramente como Hegel coloca esta proposição. À guisa de um esclarecimento de termos filosóficos, o autor chama de *conceito* o movimento do saber e de *objeto* o saber em si, também denominado de *EU*. Assim, Hegel afirma:

“Chamemos *conceito* o que é o *objeto-em-si*, e objeto o que é como objeto ou *para-um* Outro (...). Com efeito, o *Em-si* é a consciência, mas ela é igualmente aquilo *para o qual* é um Outro (o Em-si): é para a consciência que o Em-si do objeto e seu ser-para-um-Outro são o mesmo. O Eu é o conteúdo da relação e a relação mesma.” (Hegel, 2007, p. 135).

Assim, a consciência de si é um saber de si mesmo, ou seja, é o conceito do objeto no objeto e também o saber de que se depreende deste objeto. É quando, então, pede-se da consciência que se afaste para apreender a universalidade na particularidade. Esta é a consciência-para-si. É a consciência que procura estabelecer uma intelegibilidade

sobre a verdade, não mais aquela imediata e dada pelo sentido e experiência, mas a mediata que, por meio do conceito alcança a verdadeira Razão.

Não nos interessa neste momento avançar sobre todo o sistema hegeliano. O que nos interessa aqui é que este sistema posteriormente sustenta alguns princípios da teoria econômico-filosófica de Marx. É importante, contudo, salientar que o sistema filosófico hegeliano se funda na idéia pura ou, nos termos hegelianos, no Puro Saber. Ao fim do exercício da razão, e entre a consciência em si e o puro saber, um movimento dialético de diversos níveis, conforme já citado, encadeia o processo de conhecer a verdade. Para uma síntese do sistema hegeliano, ver figura 1.

A consciência, portanto, tem um papel fundamental no movimento do ser humano em direção à natureza. Todo o sistema filosófico hegeliano, em função disso, e em verdade, por causa da conjuntura de seu tempo, foi uma força crucial na elaboração dos destinos da burguesia emergente de sua época. O sistema hegeliano de Puro Saber coloca como verdade última a expressão divina. Antes dela, as instituições inclusive o Estado. A este respeito, Arantes (1999) comenta:

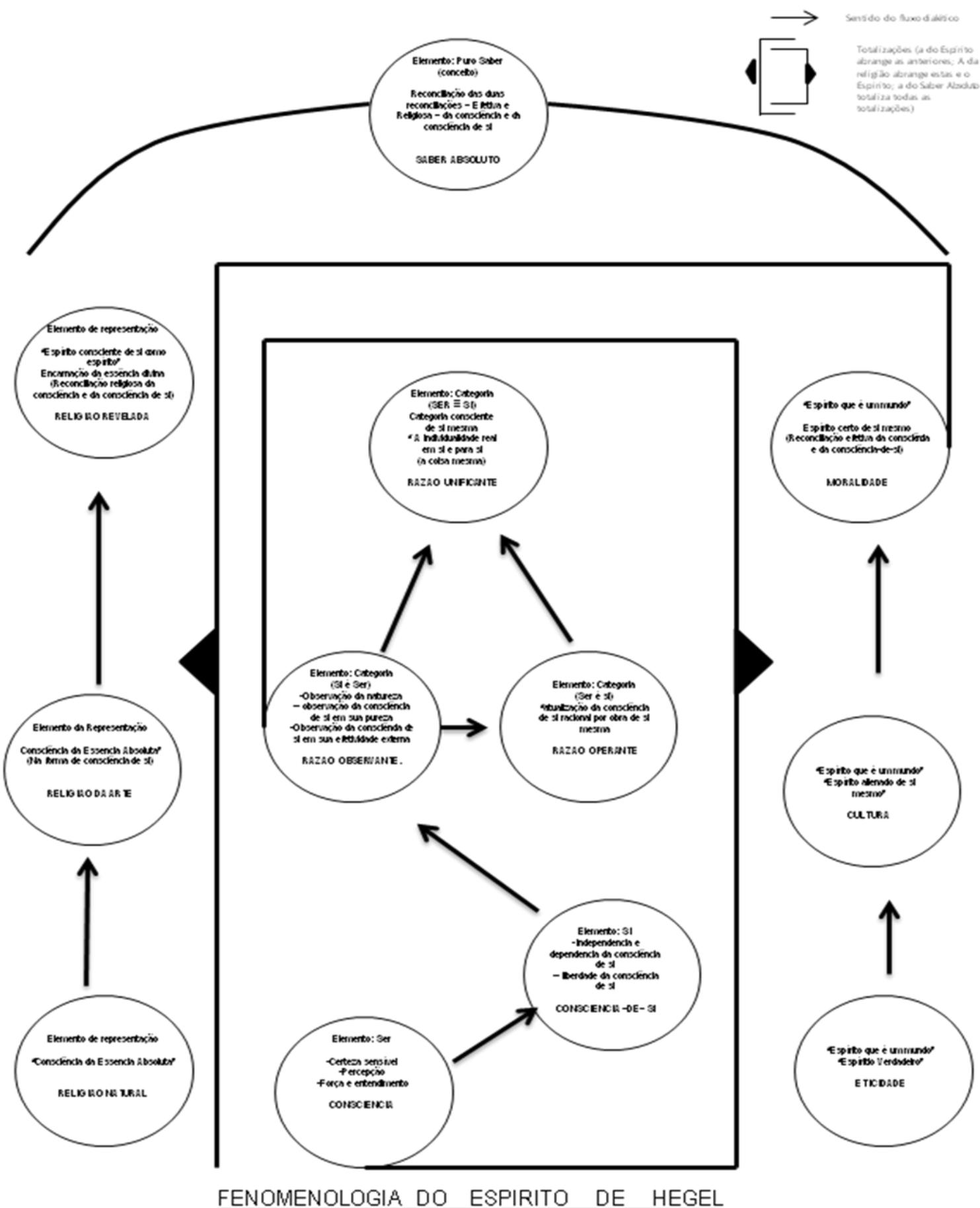


Figura 1. Sistema Filosófico de Hegel

Fonte: Hegel, G. W. F. (1807/2007). Fenomenologia do Espírito. Petrópolis: Vozes. p. 550-551

“Logo após a morte de Hegel, sua obra foi saudada entusiasticamente por alguns e violentamente criticada por outros. O primeiro sinal de divisão entre seus próprios adeptos encontra-se no livro de David Friedrich Strauss (1808-1874), *a vida de Jesus*, publicada em 1835, quatro anos após a morte do filósofo. A partir daí, dividiram-se os hegelianos em direita ortodoxa e esquerda radical. A primeira cristalizou-se, adotando o conteúdo doutrinário do hegelianismo, sobretudo a tese política de que o Estado é a mais alta realização do espírito absoluto (...).

A esquerda hegeliana adotou o método dialético e aplicou-o à análise dos problemas políticos, invertendo o conteúdo das doutrinas de Hegel e opondo-se ao regime dominante da Alemanha da época” (Arantes, 1999, p.18)

A crítica da esquerda hegeliana repousa sobretudo ao fundamento do Estado como fonte da Verdade e também revê a posição sobre a qual a verdade se expressa como Razão. Para Feuerbach, por exemplo, encontra-se na natureza, não em uma verdade expressa em Deus.

Esses são os fundamentos sobre os quais Engels e Marx irão assentar sistematicamente suas idéias para uma teoria econômico-filosófica da natureza. Nos debruçemos a analisar, como Marx se apropria destas idéias para falar de consciência.

A consciência marxista: é preciso transformar o mundo

A marca de Hegel está em Marx por toda a sua obra. É certo que a construção do pensamento de Marx e Engels segue uma evolução do pensamento filosófico à época, e dele extrai a diferença do que os teóricos marxistas comumente chamam de obra de

juventude e maturidade de Marx. De Hegel mesmo, Marx toma como fundamento a sua dialética e em decorrência disto o conceito de processualidade. É uma processualidade que está presente na história, na natureza, na consciência... A natureza da consciência marxista tem origem em Hegel, na qual a consciência é a síntese entre espírito e mundo, é o ser humano confrontado a sua natureza, da qual se realiza por meio da Razão. Porém como dizia o próprio Engels:

“Marx e eu fomos, sem dúvida alguma, os únicos que salvaram da filosofia idealista alemã a dialética consciente, incluindo-a na nossa concepção materialista da natureza e da história. (Engels, 2002, pg.06)”

A consciência marxista é a consciência do ser social, numa relação dialética com o gênero humano. E é, sobretudo, uma consciência em processo.

Dado o elemento materialista da consciência, o processo de tomada de consciência só se dá em condições concretas. Marx e Engels (1993) assim assinalam:

“Não é possível libertar os homens, enquanto não estiverem em condições de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivada por condições históricas, pela [situ]ação da indústria, do [co]mércio, da [agri]cultura, do [inter]câmbio (...) Marx e Engels (1993, p.65)”

Assim, um primeiro nível de consciência se expressa em Marx e Engels(1993), de maneira natural, e dado pela relação direta do ser humano com a natureza:

“A consciência é, naturalmente, antes de mais nada mera consciência do meio sensível mais próximo da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente; é ao mesmo tempo consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como um poder completamente estranho, onipotente, inexpurgável(...)” (Marx e Engels, 1993, p. 43)

O que procuramos assinalar ao tratar da categoria risco e da categoria proteção, neste primeiro nível de compreensão da realidade são as condições concretas de desenvolvimento que se colocam, diante da conjuntura imperiosa, que dificulta o acesso do indivíduo aos direitos necessários a uma vida digna, e as condições possíveis de se promover para que ele as supere. Ficar neste nível de consciência não basta para efetivamente se ter uma superação das condições de exclusão e risco social. É preciso ir além dele. Assim, consciência individual pode contribuir para o passo seguinte, que é a consciência coletiva.

Neste sentido, o trabalho se coloca como elemento por excelência na produção do ser social, portanto, na base do desenvolvimento da consciência humana. Marx e Engels (1993) situam em dois pressupostos a existência humana: a primeira na produção do ser histórico, do “ser humano” – esta é dada pelo trabalho, através da relação direta e imediata do ser humano com a natureza. A segunda é a produção do ser social através da relação entre homens, da procriação, das condições de reprodução da vida (Marx e Engels, 1993, p.42). Esse é argumento para estabelecer relação entre a produção do ser histórico, o próprio ser humano, e a produção do ser social. As condições em que o ser humano se relaciona com o trabalho modificam e produzem determinadas condições particulares de relação entre os seres humanos.

A consciência, no sentido marxiano, que é a consciência para o lugar do ser humano nas condições de produção da vida é a própria consciência de classe. É preciso lembrar que consciência é um processo dado por condições materiais e que, portanto, a consciência de classe, o reconhecimento de seu lugar na estrutura produtiva, é um processo dado por condições materiais, implicadas nas próprias contradições da estrutura produtiva.

Esse é um segundo nível de consciência: a consciência de classe. Esta, segundo Lukács (1979), é uma consciência pela qual se responde à uma tipologia da posição dos seres humanos no processo de produção:

“É a reação racional adequada que deve, dessa maneira, ser *adjudicada* a uma determinada situação típica no processo de produção” (p.17).

Este não é condição suficiente, embora necessária para que haja uma ruptura revolucionária. Neste sentido, Lukács (1979) considera ainda uma “falsa consciência”, na medida em que se consubstancia apenas reivindicatória.

Nos termos de uma ação de ruptura, a consciência de classe implica em um grau maior de consciência, se constituindo, desta maneira em um grau de proteção. É ação capaz de garantir o acesso às necessidades humanas, portanto a uma vida digna. Também é condição necessária a uma ação revolucionária, é processo a constituir-se ao longo da luta de classes. Neste sentido Lukács coloca que:

“(…) a consciência de classe é, considerada abstrata e formalmente, ao mesmo tempo uma inconsciência de sua própria situação econômica e social, determinada de conformidade com a classe” (p.20)

Marx e Engels (1993) se apropriam do conceito hegeliano de consciência em si e consciência para si, para explicitar o desenvolvimento histórico do modo de

produção da vida. Enquanto que para Hegel, a consciência é a síntese da razão, a consciência em si é o processo pelo qual se chega à razão, e a consciência para si é a consciência da consciência que dá acesso à razão. Marx (1993) coloca a consciência em termos de consciência de classe, de tal modo que temos o processo histórico que culmina da classe em si para uma consciência de classe para si, ou consciência revolucionária.

A consciência revolucionária é a consciência de classe colocada a serviço, não da classe, de modo utilitarista e circunscrito, mas de uma nova ordem social, capaz de dar conta da existência humana livre. Aqui, também, o elemento fundante é o trabalho, que medeia a relação do ser humano com a natureza. Todavia, o trabalho não se presta a uma subjugação do ser humano por outro humano, a uma relação de opressão no interior das relações sociais. A consciência revolucionária aparece aqui, ambiciosamente, como um legítimo fator de proteção social, haja visto que a consciência revolucionária é eminentemente social. É na supressão da propriedade privada, na vida com os outros, que a subjetividade se constrói.

Aqui temos um elemento importante ao considerarmos a categoria da consciência. Se as condições materiais determinam a consciência, se o trabalho é o elemento fundamental para o nascimento do ser social, então temos que, dentro do eixo de pesquisa que ora empreendemos, a consciência de si é um elemento fundamental para criarmos uma atmosfera de proteção ao desenvolvimento individual, elevando a luta para condições melhores de vida e de dignidade, e promovendo uma consciência para si, esta a serviço de condições de desenvolvimento comunitário.

Esperamos com isso entender como que o trabalho contribui para que tenhamos indivíduos capazes de se apropriarem de suas condições materiais,

modificando estruturalmente suas vidas e promovendo condições mais favoráveis de desenvolvimento.

1.3. A subjetividade e o contexto do trabalho.

A idéia de emancipação humana, conforme apresentada no capítulo anterior, e nos termos de Tonet (2005), significa uma sociedade na qual as expressões do gênero humano efetivamente se realizam e onde o trabalho possa ser o veículo de verdadeira integração entre os seres humanos.

Em uma sociedade capitalista, onde o trabalho alienado expressa a sua face mais contundente na separação do ser humano de sua natureza genérica, o estudo da subjetividade, e particularmente do trabalho como expressão da subjetividade, é um elemento importante para compreender como ele pode servir à nossa tarefa na construção de uma sociedade emancipada.

O termo subjetividade, embora possa encontrar ressonância em diversos eixos de análise psicológica, será tratado neste texto na perspectiva histórico cultural do qual Gonzalez Rey (2005) é o nosso principal interlocutor.

Para Gonzalez Rey (2005), o pensamento histórico-cultural implica numa superação do pensamento dialético, tanto o hegeliano quanto o marxista. Para o autor:

“O desenvolvimento de uma teoria histórico-cultural da subjetividade se inspira em um pensamento dialético orientado não pelas sínteses finais das contradições que perpetuam o racionalismo, tanto na dialética hegeliana quanto na marxista, mas pelo desenvolvimento contraditório de sistemas complexos que podem ser qualificados como sistemas distantes do equilíbrio e que se organizam no curso contraditório de sua própria processualidade, entre os quais se destacam a subjetividade e a sociedade. A definição de um ser humano constituído subjetivamente em

sua própria história, em que o sentido aparece como registro emocional comprometido com os significados e as necessidades que vão desenvolvendo-se no decorrer de sua história, fazem da categoria sujeito uma peça-chave para entender os complexos processos de constituição subjetiva e de desenvolvimento, tanto dos processos sociais como dos individuais” (p.234)

E é neste contexto, da psicologia soviética, particularmente pelos pressupostos de L. S. Vigotski e Rubinstein que Gonzalez Rey (2005) desenvolve os fundamentos para o seu estudo sobre a subjetividade. Facci (2004) define a abordagem histórico cultural como sendo uma abordagem cujos fundamentos marxistas enfatizam “ que mudanças históricas na sociedade e na vida material produzem mudanças na consciência e no pensamento” (p. 65-66). Ainda, segundo a autora, a abordagem histórico cultural tem como principal representante L.S. Vigotski e colaboradores, de onde Gonzalez Rey (2005) se inspira .

Assim, a subjetividade se consubstancia tanto quanto fenômeno que aparece como expressão do indivíduo sobre o cenário social, quanto como indivíduo que se forja por uma carga cultural e histórica que o transcende, fatos que se dão ao mesmo tempo, numa relação dialética entre eles.

De Vigotski e Rubinstein, Gonzalez Rey (2004) estabelece um paralelo em seus aspectos essenciais que, em linhas gerais, dão aporte ao seu estudo sobre a subjetividade. São eles:

- ✓ “Dissolução da representação da psique humana como uma entidade individual e interna

- ✓ Representação da psique como um sistema complexo cujas formas de organização não excluem o caráter processual e dinâmico do sistema como um todo.
- ✓ Superação de um conjunto de dicotomias que historicamente tinham caracterizado o desenvolvimento da psicologia, tais como as dicotomias consciente-inconsciente, afetivo-cognitivo, social-individual, etc.
- ✓ Relação entre a psique e a ação humana, que alcançou seu mais alto nível de expressão no princípio da unidade da consciência e da atividade em Rubinstein e no conceito de sentido em Vigostsky.” . (p. 24)

Os elementos essenciais para uma teoria da subjetividade.

Esclarecida a superação essencialista de subjetividade, proposta por Gonzalez Rey, podemos apresentar os principais eixos de análise que correspondem a esta forma de compreensão do tema. Assim, a teoria sobre a subjetividade se sustenta em quatro principais eixos teóricos: sujeito, subjetividade, configuração subjetiva e sentido subjetivo.

Para Gonzalez Rey (2002):

“ a subjetividade não é algo dado, que a priori determina o curso das ações humanas, como foi compreendido por um longo período de tempo desde sua determinação intrapsíquica: a subjetividade implica de forma simultânea o interno e o externo, o intrapsíquico e o interativo, pois em ambos os momentos se estão produzindo significações e sentidos de um mesmo espaço subjetivo, em que se integram o sujeito e a subjetividade social em múltiplas formas”.

Assim se distingue na caracterização da subjetividade uma “instância” ou momento em que ela “acontece” no sujeito como manifestação da cultura, da história e do contexto, e outro em que na cultura, no contexto, e na história o indivíduo imprime a sua “marca” como contribuição original. Para desenvolver o tema, Gonzalez Rey (2003) desenvolve o termo “subjetividade social” para designar o processo pelo qual a subjetividade se manifesta em uma relação complexa entre o sujeito individual, seu contexto e sua história. Assim, ele define subjetividade social como:

“ ... o sistema integral de configurações subjetivas (grupais ou individuais) que se articulam nos vários níveis da vida social, envolvendo-se de maneira diferenciada nas várias instituições, grupos e formações de uma sociedade concreta. Essas formas tão dessemelhantes guardam relações complexas entre si e com o sistema de determinantes de cada sociedade concreta, aspectos que devem ser integrados e explicados pela psicologia social” (1993, p.141)

Partindo da crítica de que a subjetividade não é algo que se internaliza, que existe de fora para dentro, ou o seu oposto, de dentro para fora, o autor rejeita a concepção essencialista da subjetividade e propõe a subjetividade como processo. E alerta:

“Trata-se de compreender que a subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual é também constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade”. (p. 78).

Tenta, dessa maneira, ressaltar a importância de se superar a visão dicotômica entre o indivíduo e o social, e integrá-los num mesmo processo de análise e construção do conceito.

Em contrapartida o lugar do conceito de sujeito também não pode ser localizado apenas no singular. O sujeito é uma unidade indissociável e original de uma organização complexa que inclui tanto uma carga emocional e cognitiva, quanto uma história e uma bagagem cultural da qual ele não pode rejeitar, mas pode transformar. É portanto um sujeito ativo-passivo, capaz de produzir história e capaz de gerar um fazer no mundo. Para Gonzalez Rey (2003):

“ O sujeito individual está constituído pela subjetividade social e, por sua vez, é um dos momentos constituintes daquela, por meio das conseqüências de suas ações criativas dentro do tecido social em que atua. O sujeito representa a singularização de uma história irrepitível, capaz de “captar” elementos de subjetividade social que somente serão inteligíveis ao conhecimento por meio de indicadores singulares nas expressões individuais”.

Desta forma, o social aparece em sua condição histórica singular.

É necessário frisar que o sujeito individual é a expressão concreta da subjetividade, é onde a subjetividade se realiza, se consubstancia. O sujeito que aparece é resultado de uma interação muitas vezes não só com o contexto social, mas também com as próprias demandas do indivíduo. Mas para a compreensão do que significa essa interação é necessário compreender dois outros aspectos da processualidade subjetiva. É o que se segue:

A configuração subjetiva e o sentido subjetivo.

Se a teoria da subjetividade procura romper com uma visão essencialista, então nos parece uma dedução lógica que os espaços sociais em que o indivíduo partilha com os outros organizam instâncias subjetivas, que se materializam pelo sujeito. A existência do sujeito é a emanação destes espaços organizados em confluência com as demandas do indivíduo. Esta não é uma instância, um estado perene, imutável, mas, justamente por seu caráter imprevisível, gera condições imprevisíveis, indescritíveis. Desta feita, Gonzalez Rey (2005) define a configuração subjetiva como :

“... as formações psicológicas complexas caracterizadoras das formas estáveis de organização individual dos sentidos subjetivos, estes também podem aparecer como o momento processual de uma atividade, sem que se organizem nesse momento como configuração subjetiva.” (p. 21)

A compreensão das estruturas da configuração subjetiva acessa o conhecimento de dois aspectos da subjetividade: a subjetividade social, da qual o indivíduo se coloca em processo na relação com os outros e subjetividade individual, com seu caráter gerador, criativo, irreplicável.

No primeiro caso, a subjetividade social expressa uma rede complexa e interativa entre o indivíduo e seu meio, e da qual participa, e que é em si mesma uma configuração da qual o sujeito apreendeu.

No segundo caso, a subjetividade individual se expressa como personalidade, esta já não entendida nos termos individualistas de uma psicologia hegemônica que dá prioridade ao sujeito sobre o seu contexto social. Aqui a personalidade é parte do sujeito e:

“... representa o conceito de sistema constitutivo da subjetividade individual, o que está integrado por diferentes configurações e sistema de configurações que, mantendo relações permanentes entre si, estão associadas de diferentes formas com as experiências do sujeito, dentro das quais, e em relação com os diferentes contextos em que estas experiências têm lugar, esses sistemas de configurações se manifestam por meio de núcleos emocionais portadores de diferentes sentidos subjetivos” (p. 262)

Diante da complexidade de tal fenômeno, e considerando o ser humano como ser ativo, concomitantemente resultado de uma rede configurativa de diversas fontes, resta-nos entender qual o caminho que percorre a subjetividade individual dentro do apanágio que o conceito de subjetividade lhe reserva. Dito de outra forma, a bem da clareza, a configuração subjetiva revela uma direção (sociedade / indivíduo) e um sentido (do social para o indivíduo ou vice-versa). O sentido subjetivo é a explicitação de uma rede de significados e apreensões do indivíduo desta rede. Não é, todavia, um conceito racionalista, posto que o sentido é ativado também pela emoção. Vale dizer, o sentido não é só pensado, mas o sentido é também *sentido*. Gonzalez Rey define o sentido subjetivo como (2003):

... a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções em um mesmo sistema, na qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro” (p. 127).

O sentido subjetivo é o fragmento de análise da subjetividade, é como ela se expressa. Como se fosse uma folha de papel o sentido subjetivo integra em seu averso e em seu reverso a mesma unidade a subjetividade social e a individual. Por sua vez, tanto subjetividade social e subjetividade individual não significam *ipso facto*,

respectivamente, o que é social e o individual. Ambos são complexos de uma realidade social e individual. A sutileza do termo fica por conta exatamente do sentido subjetivo (se do social para o individual ou vice-versa).

O conceito de subjetividade me parece útil para pensar a questão levantada no capítulo anterior sobre a alienação, dentro de uma perspectiva marxista. Ao procurar esmiuçar as possíveis relações de configuração subjetiva, ao revelar aos sentidos subjetivos do trabalho dentro de uma subjetividade social explicitamente marcada por relações de classe, desigualdade social e alienação, estamos explicitando também um tipo de configuração subjetiva “aburguesada”. Por outro lado, estamos explorando zonas de sentido que se reorganizam, que se revejam e que possam revelar alguma face oculta destas ditas relações alienadas.

1.4. Risco e proteção e sua relação com a emancipação humana.

Um pouco de história...

O trabalho de pesquisa de um professor universitário é também consequência de um processo interno, de suas divagações e convicções. Nesta sessão, temos como intenção apresentar um pouco o grupo de pesquisa que fazemos parte e do qual estes dois eixos (risco e proteção ao desenvolvimento humano e emancipação humana) refletem o desejo e a história de cada um dos seus membros.

O grupo de pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação” está formado desde 2006 e tem como líder a prof.a. Dr.a. Raquel Souza Lobo Guzzo. Algumas das principais repercussões dos trabalhos deste grupo tem sido:

“1) contribuir para o desenvolvimento de uma análise crítica da realidade a partir da perspectiva da totalidade e seus impactos sobre a formação e atuação de psicólogos em contextos educativos e comunitários; 2) desenvolvimento de atividades de intervenção psicossocial e avaliação de processos objetivos e subjetivos; 3) Desenvolvimento e implementação de um programa preventivo em escolas públicas da Educação Infantil e Ensino Fundamental - Projeto Do Risco à Proteção - Vôo da Águia; 4) Programas de orientação e assessoramento a técnicos dos equipamentos públicos em convênio da Universidade com a Secretaria Municipal de Assistência, além do acompanhamento de crianças e suas famílias construindo novos papéis para o psicólogo nestes contextos”. (Guzzo, 2006)

Todavia, o grupo foi se configurando enquanto tal, segundo relato da Prof.a. Raquel Guzzo, depois que esta chegou de seu pós-doutoramento em Rochester em 2000

e trazia na mala questões sobre o contexto educativo ligados aos conceitos de risco e proteção ao desenvolvimento humano:

“Partimos do pressuposto de que a atuação do psicólogo nos contextos educativos deveria levar em conta não somente as características das crianças e professores, mas também a compreensão mais ampla de toda a dinâmica e contextos de desenvolvimento mais imediato” (Guzzo, 2006, p.01)

Neste ano foi criado o projeto “Vôo da Águia”, uma proposta de intervenção sócio educativa que procurava criar procedimentos para obter dados amplos de caracterização da população direta e indiretamente ligada a uma escola da periferia de campinas, no qual, naquele momento, servia de sede ao trabalho do grupo.

Segundo Costa (2005) o projeto Vôo da Águia foi composto por uma equipe multidisciplinar que incluía psicólogos e pedagogos, estudantes de graduação e pós-graduação tanto da psicologia quanto da educação (Costa, p.28). Segundo relato da autora, o projeto se sustentou em três eixos: ensino, pesquisa e a extensão. No primeiro, o grupo se estruturava através de discussões semanais sob a forma de grupos de estudo que versavam sobre quatro eixos; Psicologia, políticas sociais e proteção à criança e ao adolescente; intervenção comunitária e educativa do psicólogo; história e constituição do sujeito e metodologia de pesquisa. No âmbito da pesquisa, a formulação de trabalhos tais como a dissertação de mestrado de seus membros e teses de doutoramento (Costa, 2005; Euzébios Fº, 2007; Dias, 2008; Weber, 2005; Beckman, 2007; Sant'Ana, 2008; entre outros). No âmbito da extensão, foram implementados cinco programas de intervenção: 1) Vivendo valores - consciência, identidade e atividade, cuja meta era ajudar a comunidade a entender os seus valores e criticá-los; 2) Consultoria à prefeitura - capacitação de técnicos e coordenadores da secretaria de assistência social, com esse objetivo mesmo, capacitar técnicos da prefeitura a intervir criticamente na realidade opressiva das comunidades de Campinas, particularmente a que o grupo estava inserido.

3) Consultoria à prefeitura - capacitação de professores de escolas fundamentais e de educação infantil, cuja meta é a mesma da anterior, todavia voltada aos problemas sócio-educativos enfrentados por professores e diretores de escola. 4) Fórum de pais, cuja meta era criar um espaço de reflexão e crítica para os pais poderem expressar as suas angústias diante de um cotidiano adverso; e 5) Vôo da Águia - prevenindo problemas sócio-emocionais e promovendo saúde, cuja meta era discutir os processos educacionais em diferentes contextos e públicos, acompanhando as crianças em seus diversos espaços de desenvolvimento. O projeto Vôo da Águia seguiu até 2006, quando então evoluiu para o projeto “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação”.

O envolvimento com as famílias e os desdobramentos deste projeto fez o grupo se aproximar da psicologia social da libertação, mediante leitura e estudo de autores latinoamericanos.

Conceituando Risco e proteção.

Os conceitos de risco e proteção, que não expressam um consenso, derivam intimamente de dois outros construtos importantes para a compreensão do desenvolvimento humano. Trata-se da prevenção primária e, paralelamente, o conceito de resiliência.

Lacerda Jr & Guzzo (2005) apresentam fatores de risco e de proteção como

“características ou variáveis que, se presentes em um contexto, tornam pessoas ou grupos mais vulneráveis ao desenvolvimento de desordens psicológicas, enquanto que fatores de proteção modificam ou diminuem o efeito dos fatores de risco”. (p. 244).

A demarcação do conceito de risco e proteção é importante, segundo os autores, para demarcar a direção e o sentido de programas de intervenção preventiva, seguindo ora em direção ao risco, ora em direção à proteção. Os autores ainda ressaltam uma dificuldade. Fatores de proteção podem ser percebidos pela ausência de problemas psicológicos, porém a presença de fatores de risco não indica necessariamente o surgimento de problemas psicológicos (Trombetta & Guzzo, 2002).

A prevenção primária, desta maneira, constitui um complexo campo que pode caminhar tanto no sentido de evitar riscos, como no sentido de promover condições adequadas de desenvolvimento. Referindo-se a esta perspectiva, Lacerda Jr & Guzzo (2005) descrevem o desenvolvimento do conceito a partir de Goldston (1980). Aqui o modelo de trabalho se origina a partir da saúde pública organizando três níveis de intervenção (goldston, 1980 apud Lacerda Jr & Guzzo, 2005):

- Prevenção primária - cuja ação é ampla e genérica, educativa e com vistas à evitação de agravos à saúde.

- Prevenção secundária - diretamente ligada à identificação de fatores de risco a saúde, com intervenção direta sobre estes, também numa perspectiva de evitação da doença. Neste caso, é importante o diagnóstico rápido e preciso das condições de instalação do agravo à saúde para uma adequada intervenção ambiental e comportamental.

- prevenção terciária - que procura reabilitar as condições de saúde quando já existe a notificação de agravos à saúde.

Lacerda Jr & Guzzo (2005) demonstram como é confuso o uso do termo pelos autores que tratam o tema, algumas vezes usando a prevenção primária como sinônimo de prevenção, outras usando-a em sentido específico. Cowen (1997) ao verificar as duas lógicas em prevenção primária na saúde mental, uma que enfatiza a ação sobre a doença, outra que enfatiza a ação sobre a promoção de condições de bem-estar social,

reforça o caráter mais duradouro da segunda lógica. Isto porque, na medida em que ele empreende mudanças na estrutura das instituições sociais, estas estruturas serão capazes de gerar condições promotoras de saúde mental.

E sob este olhar, para as condições ambientais e estruturais, Yunes (2003) apresenta o movimento da psicologia positiva definida como:

“Uma tentativa de levar os psicólogos contemporâneos a adotarem uma visão mais aberta e apreciativa dos potenciais, das motivações e das capacidades humanas.” (Sheldon & King apud Yunes, 2003, p. 75).

Neste sentido, a promoção de fatores de proteção parece ser um caminho mais eficiente do que meramente o controle de fatores de risco. Todavia, a consideração do que é fator de risco e do que é fator de proteção, não deve ser tomado de modo seco, apriorístico, posto que uma condição de risco pode no momento seguinte ser considerado fator de proteção. (Cowan, Cowan e Schulz, 1996).

O outro conceito que se agrega à noção de risco e proteção é o conceito de resiliência. Por resiliência, tem-se uma gama considerável de conceitos, já que diversos estudos têm sido empreendidos nesta direção (Rutter, 1987; Cyrulnik, 2002; Moraes e Rabinovich, 1996; Koller e Polleto, 2005). De todo modo, o que há de comum entre estes estudos é o de que a resiliência é uma capacidade adaptativa que ajuda a promover o desenvolvimento pleno do indivíduo. Moraes e Rabinovich (1996, p. 11) descrevem três fontes de resiliência no desenvolvimento infantil: atributos ambientais, psicológicos ou idiossincráticos. São esses os mesmos elementos que Koller e Polleto (2005) se utilizam através da abordagem ecológica de desenvolvimento para resgatar o sentido de promoção do desenvolvimento da criança. A resiliência, neste sentido, é uma manifestação das condições de risco. Assim, risco é uma condição que ameaça o pleno desenvolvimento do indivíduo e, como isso, é importante a capacidade deste indivíduo

de usar bem os recursos pessoais e materiais que têm para superar as condições vulneráveis de desenvolvimento. Para estas autoras, o risco é sempre um processo e não pode ser considerado de modo isolado, podendo em determinados momentos se tornar fator de proteção. Uma dificuldade na escola, por exemplo, pode ajudar a criança a desenvolver um maior repertório diante de dificuldade semelhante em outro momento da sua vida escolar. Por isso mesmo que fatores de risco trazem dentro de si o germe de fatores protetores, pois são fatores estimulantes. Por outro lado, as condições materiais desfavoráveis de desenvolvimento são em si mesmas fatores de risco e tão somente risco, posto que não estão sob o controle direto de quem sofre sua influência.

A este respeito, alguns estudos demonstram que os efeitos das condições de risco dependem de vários fatores, entre eles número de vezes a que a criança foi exposta ao risco, tempo de exposição ao risco, significado do risco para a criança e seu impacto psicológico/emocional, contexto de exposição – tudo isso pode ser mais danoso do que uma única exposição grave (Engle, Castle & Menon, 1996). No entanto, os autores também concordam que isso também depende da capacidade do indivíduo de absorver recursos do ambiente e colocá-los a serviço de uma superação. Pesce e cols (2004) demonstram que potencializar esta capacidade do indivíduo em obter recursos do meio e saber utilizá-los na hora certa, é uma forma de promover um estado resiliente para o indivíduo. Com isso, se consegue fortalecer as estruturas psicológicas em condições negativas e, desse modo, promover e prevenir condições de agravo a saúde mental. Seus estudos demonstram também como as condições materiais têm importância cabal na capacidade do indivíduo superar ou não as condições desfavoráveis de vida.

Retomando a idéia de que o indivíduo está inserido em um sistema, o que pretendemos defender aqui a partir da idéia de um eixo marxista, é o de que os fatores promotores de resiliência, de desenvolvimento saudável, implicam em gerar uma contradição capaz de mover o indivíduo em direção à superação de uma sociedade

alienada, de uma realização plena de suas capacidades e possibilidades de desenvolvimento, e por tanto pela busca de uma nova ordem social. A partir do que os estudos sobre Prevenção Primária e resiliência indicam, o que pretendemos aqui é correlacioná-los com uma sociedade emancipada e, portanto, justa.

Emancipação como fator de proteção.

Assim como risco e proteção, o termo Emancipação é diverso e exige uma direção. Aqui usamos o termo para designar um estado de desenvolvimento humano que possibilite o uso pleno de suas capacidades e possibilidades, conforme propôs Marx, ao pensar na superação da forma de sociabilidade capitalista. Tonet (2003) é simplesmente enfático, neste sentido. Emancipação é sinônimo de comunismo! Mas porque o autor coloca esta relação em forma de igualdade. E o que o comunismo tem a ver com risco e proteção.

Feitoza (2004) faz uma revisão teórica do termo para situar a Educação Popular entre os instrumentos de transformação social e superação das desigualdades presentes no seio de uma sociedade capitalista. Segundo o autor...

“Emancipar-se só é possível, no contexto de sociedades democráticas, por exigir um exercício anterior de noções como liberdade, igualdade, autonomia e desalienação, pois para exercer a emancipação, é necessário viver em sociedade, usufruindo direitos civis, políticos e sociais, nos âmbitos individual e coletivo, o que se desdobra em questões morais e éticas” (p.01).

A partir dessa definição, o autor vai demonstrando que a emancipação humana é conseqüência da forma como o ser humano, a cada tempo histórico se apropria do conceito de liberdade.

No interior das relações de produção, a liberdade só é possível com a superação de uma sociedade de classe. Assim, Engels afirma:

“A liberdade, pois, é o domínio de nós próprios e da natureza exterior, baseado na consciência das necessidades naturais” (Engels, 2003, p.115).

A liberdade é, então, segundo Engels uma auto determinação, e só pode ser obtida se diante da necessidade de se produzir os meios à reprodução da vida, essa relação não transforme o ser humano em escravo de seus produtos.

Essa forma de sociabilidade tem como conseqüência as diversas manifestações que se observam no nosso cotidiano, que se traduzem na exploração do homem pelo homem. Diante disso, as inevitáveis conseqüências no campo da saúde, das relações interpessoais, se tornam um risco ao desenvolvimento humano. Tonet (2003) relembra que numa relação emancipada o homem define melhor os recursos que quer dispor da natureza e assim produzir riqueza em quantidade necessária a todos, sem que isso signifique o pleno desenvolvimento das capacidades humanas, consciente e organizadamente orientadas. (Tonet, 2005, 124)

1.5. Objetivos

Ao longo de minha fundamentação, procurei assinalar o quanto que questões de base, tal como a estruturação do trabalho dentro de um modo de produção capitalista, implica em uma sociedade desigual. Ao mesmo tempo, procurei ressaltar o tipo de sujeito que se forma nesta estrutura, um sujeito **para** esta estrutura. Aqui se relacionam quatro categorias que constituem os eixos desta tese com os respectivos movimentos conforme se segue:

- a) Trabalho cujo movimento que se expressa é o do alienado ao não alienado;
- b) Consciência cujo movimento é do em si ao para si;
- c) Relações de gênero, cujo movimento que se verifica vai da relação opressiva à emancipatória e da diferença de status quo à equidade e equivalência de papel social.
- d) Desenvolvimento humano, que se expressa em situações de risco à situações de proteção ao desenvolvimento.

Assim, nosso trabalho de pesquisa procura *estabelecer a relação entre as condições de trabalho (e não-trabalho), o seu sentido subjetivo e as condições de desenvolvimento das famílias.*

Para alcançar tal objetivo procurei *identificar o significado de trabalho para algumas mulheres que enfrentam condições precárias de vida, falta de trabalho e ainda se responsabilizam integralmente pela educação dos filhos.* Dentro deste quadro, dei especial atenção a *identificar as conseqüências deste significado de trabalho no desenvolvimento das famílias e sua condição de vida.*

Com isso, esperamos demonstrar ao longo do texto que só existe uma forma de modificar as estruturas de relação de gênero: a luta contra uma sociedade de classes. Desta maneira, nossa tese se configura em demonstrar que fatores de proteção ao desenvolvimento humano, cujas conseqüências se verificam tanto nas relações de gênero

quanto nas relações familiares, tem relação direta com a superação das formas atuais de relação de produção.

Procedimento de coleta de informações.

Apresentação.

O melhor modo de apresentar o método é, sem dúvida, procurar descrevê-lo como quem conta um feito, ou como quem dá uma receita. É preciso, pois apresentar também de modo muito bem justificado, o porquê de cada ingrediente, como ele apareceu ali e como ele se configurou importante na feitura de sua proeza.

Ora, meu feito, neste caso é contar como que subjetividade e trabalho se relacionam para prover um desenvolvimento eficiente e emancipador, nos termos propostos por Marx.

Há diversos modos de fazê-lo e uma consideração acerca da literatura de pesquisa em ciências humanas e sociais se faz necessária. A escolha de um método é, sem sombra de dúvida, uma opção epistemológica, haja visto que a produção do conhecimento se dá pela posição assumida pelo pesquisador diante do problema investigado.

Triviños (1987) caracteriza três importantes enfoques da pesquisa em ciências sociais, que tem um caráter distintivo básico exatamente na posição que ocupa o pesquisador: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. É na relação estreita entre sujeito e objeto que a produção do conhecimento vai se tecendo, constituindo um modo particular de saber.

O positivismo surge como uma consideração subjetivista da relação do sujeito com o objeto. Cabe esclarecer que o objeto que aqui nomeamos é objeto natural, a natureza concreta pela qual o homem se depara. Triviños (1987) assinala cinco concepções anunciadas por Comte (apud Triviños, 1987) para o termo positivo; o real em oposição ao quimérico; o útil em relação ao ocioso; o certo em relação ao incerto; o preciso em relação ao vago e o positivo em oposição ao negativo. Alcançam-se tais

objetivos ao assumir a posição cética em relação ao objeto, ao isolá-lo em partes elementares a fim de organizá-lo num todo definível.

Essa, certamente, é uma posição confortável e foi necessária ao desenvolvimento das ciências naturais, todavia singularizada por um momento histórico que lhe deu as condições necessárias ao seu nascimento e florescimento.

Outra posição assumida pelo pesquisador é a de que o objeto não se revela como essência, mas apenas como existência objetivada. Essa é a posição fenomenológica pela qual o que dirige a atenção dada ao objeto é a intencionalidade, posto que “não existe objeto sem sujeito” (p.43) é posição idealista, em que a relação como o objeto é descritiva, já que não há acesso à essência da natureza. É possível conhecê-la somente por seus efeitos, por seus caprichos, por seu acontecer. Portanto, seu veículo é a razão. É por ela que o objeto se objetiva no sujeito que a descreve.

O problema que se coloca nesta posição é o do relativismo, na medida em que a relação entre sujeito e objeto é desigual, e o sujeito garante sua primazia. Essa, contudo, é uma posição importante para as ciências humanas e naturais, na medida em que coloca o homem em lugar de assumir tal responsabilidade sobre o processo de conhecimento e por questionar a redutibilidade do objeto a sistemas mais complexos.

O terceiro enfoque do autor às pesquisas naturais é aquele assumido por Marx e seus seguidores de primeira hora. A posição marxista é respondente ao idealismo, na medida em que reconcilia objeto e sujeito numa mesma fluidez, na produção do conhecimento, em condições concretas, materiais. Esta disposição em contrários, na qual o sujeito é a negação do objeto e ao mesmo tempo é a razão de seu existir, e vice-versa, é chamada por Marx de *Dialética Materialista*. Assim o é porque o objeto não se resolve na elaboração do espírito humano, a razão, constituindo o sujeito, mas, ao contrário, o objeto se revela nas condições concretas, fazendo revelar o sujeito e suas contradições com o objeto.

Essa é a posição que pretendemos assumir ao descrever como que se articulam num mesmo cenário sujeito e objeto, através das categorias trabalho e sujeito. Essa era uma preocupação constantemente apresentada por Marx (1984), ao constituir o trabalho como elemento constitutivo da essência humana. Para Marx, o trabalho se colocava não apenas como condição material para o desenvolvimento social, mas também como condição transcendental de existência. Ao exercício do trabalho, o homem produzia história, produzia as condições necessárias ao gênero humano e, portanto, produzia a si mesmo.

É, portanto, necessário ressaltar que, ao fazer uma opção pelo enfoque marxista, eu estou fazendo uma opção por um método dialético e materialista de análise das condições de relação entre sujeito e objeto. E que isso significa que ao abordar o meu objeto de análise, o trabalho, estarei implicando o sujeito nele.

Um próximo desdobramento desta opção é que ao fazer tal empreendimento implicativo do sujeito no objeto, estou necessariamente optando por trabalhar dados que não são de natureza matemático-numérica, nem tampouco estou procurando classificar, hierarquizar ou organizar a relação presente entre sujeito e objeto. Todavia, reconheço que o objeto se materializa no sujeito e vice-versa, numa relação propositiva e continuamente construída, tal qual é a própria construção do conhecimento.

Gonzalez-Rey (2005), ao propor as bases para um processo de construção do conhecimento por um enfoque qualitativo fundamenta alguns princípios epistemológicos que acredito serem pertinentes para o uso de uma abordagem desta natureza. São eles:

- a) o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, que é o reconhecimento da produção do saber em processo, numa implicação necessária do sujeito com o objeto.
- b) A legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico, reconhecendo nos detalhes do gênero

humano uma cadeia de conhecimento reconhecíveis, cognoscíveis da realidade estudada.

- c) A posição dialógica do processo de conhecimento como estratégia necessária à implicação do sujeito sobre o objeto.

Assim colocado, falta discorrer sobre as técnicas.

Denzin & Lincoln (1998) assinalam os anos 23-30 como um marco histórico importante para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, através da “escola de chicago”. A partir deste marco histórico, os autores situam a pesquisa qualitativa como sendo o lugar de múltiplas metodologias e práticas de pesquisa, esmiuçando o processo de pesquisa em cinco fases distintas:

- a) o pesquisador como sujeito multicultural, incluído nisso a sua história e tradição de pesquisa, seus concietos e preconceitos, sua ética e política de pesquisa.
- b) As perspectivas e paradigmas teóricos
- c) As estratégias de pesquisa da qual se depreende ...
- d) Os métodos de coleta e análise e
- e) As estratégias interpretativas dos dados e de comunicação dos mesmos.

Ao considerar a pesquisa qualitativa utiliza-se da metáfora da bricolagem (p.03) como recurso para descrever as diversas maneiras de abordar um dado qualitativo. Por outro lado, ao assumirmos uma posição marxista, estamos também admitindo que as partes “coladas” pela pesquisa são colocadas em um processo único, em um *continuum* de pesquisa que se estabelece entre pesquisador e objeto de pesquisa, deixando clara a posição de que a pesquisa se realiza numa relação implicada sujeito-objeto.

Neste caso, a técnica é um recurso dialógico que implica sujeitos com o seu objeto. No curso de nossa pesquisa, é assim que procederemos. Através de encontros planejados e consentidos pelos participantes/informantes iremos explorando o universo do trabalho que lhes implicam, os sentidos que lhes sugerem e os resultados desta implicação.

A descrição do planejamento.

O cenário .

Campinas é uma cidade grande. Situa-se como a segunda maior cidade do Estado de São Paulo (PNAD,2007). Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), Campinas tem uma população total de 969.369 habitantes. Ainda segundo a mesma estatística, deste total. 516.777 habitantes tem rendimento de até três salários mínimos, sendo que 299.855 habitantes (30,94%) declaram não ter renda alguma. Ao mesmo tempo, 3% da população percebem mais de 20 salários mínimos.

Campinas é dividida por regionais, sendo elas norte, noroeste, sudoeste, leste e sul, que por sua vez abriga as UTB´s, Unidades Territoriais Básicas. A nossa atuação está circunscrita à regional noroeste.

Em 2004, a prefeitura municipal de Campinas, em parceria com o Instituto Pólis, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo através do Centro de Estudos das Desigualdades Sócio-territoriais (CEDEST) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), desenvolveram estudos com o objetivo de traçar o perfil da população quanto ao acesso aos bens públicos, aos direitos básicos e às condições de vida digna, designado mapa de exclusão social.

Por exclusão social, o estudo considera:

“um processo amplo e multidimensional que aparta determinados grupos reduzindo as garantias dos direitos sociais, interditando e obstruindo os canais de acessos às riquezas produzidas coletivamente, como os benefícios e as qualidades de vida urbana” (PMC, 2004, p.08).

O índice de Exclusão social aqui apresentado por este mapa, considerando as diversas variáveis acima, varia de -1 a +1 sendo o limite negativo o grau máximo de dificuldade de acesso aos bens públicos, à riqueza social e ao desenvolvimento humano digno, e o limite positivo o seu oposto.

A região noroeste, neste estudo, apresenta variada discrepância nos itens de população, quanto nos itens mais gerais como o índice geral de exclusão social. Sendo assim, a região noroeste apresenta uma população de aproximadamente 288.597 habitantes, o que corresponde a 29,8 % da população total de Campinas. O bairro mais populoso é o Novo Campos Elísios, com 67.854 habitantes, correspondente a 7% da população total, enquanto que o bairro menos populoso é aquele considerado chácaras (CIATEC), com 235 habitantes.

Considerando os diversos aspectos do estudo com indicadores de exclusão social, os resultados apontam a região noroeste como sendo aquela que mais necessita da atenção do poder público local, conforme se pode ver no mapa 1, bem como daqueles que produzem conhecimento para influir nas políticas públicas para a inclusão social.

Unidades Territoriais Básicas (UTB) Município de Campinas

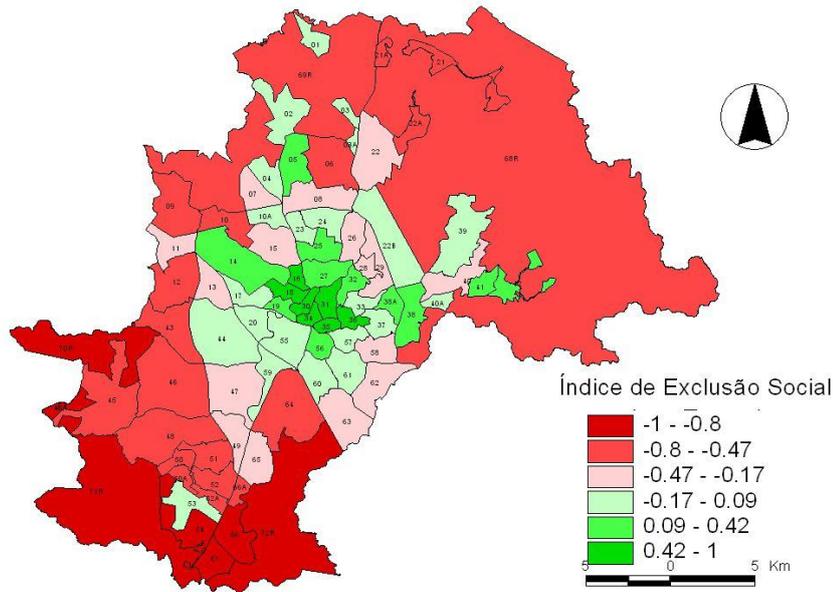


Figura 1. Índice de Exclusão Social de Campinas

3.2. A situação econômica

A região aqui considerada apresenta pelo mapa de exclusão social um índice extremo de desigualdade socioeconômica em relação aos bairros mais desenvolvidos do perímetro metropolitano (-1,00). Segundo estimativa da Prefeitura Municipal de Campinas os índices de desemprego seguem a tendência nacional e estadual, quanto ao comportamento estatístico. Ainda assim, os índices são menores no município do que no Estado. Em 2006, a taxa de desemprego no estado era de 15,3% contra os 11,7% do município. A discrepância de gênero também era maior no contexto estadual do que no contexto local. Assim a diferença na taxa de desemprego em nível estadual era de 6,6% a mais de mulheres desempregadas em relação aos homens, enquanto que no município essa diferença é de 3,3%. Segundo o boletim informativo da Agemcamp (2007):

“... as mulheres, principalmente por ter que conciliar as atividades produtiva e reprodutiva, possuem mais desvantagens do que os homens na busca por trabalho. Na Região Metropolitana de Campinas, a situação não é diferente: enquanto a taxa de desemprego total feminina é de 14,2%, a masculina é de 9,1%.

No que se refere ao recorte de gênero, o número de mulheres responsáveis pelo domicílio é, em média, 22,98 % do total de domicílios no perímetro metropolitano. No entanto, esse número aumenta à medida que a análise do mapa de exclusão vai se aproximando de bairros mais centrais, onde a média é em torno de 39% do total de domicílio, conforme se observa no mapa de contrastes de mulheres responsáveis pelo domicílio (figura 2).

Unidades Territoriais Básicas (UTB) Município de Campinas

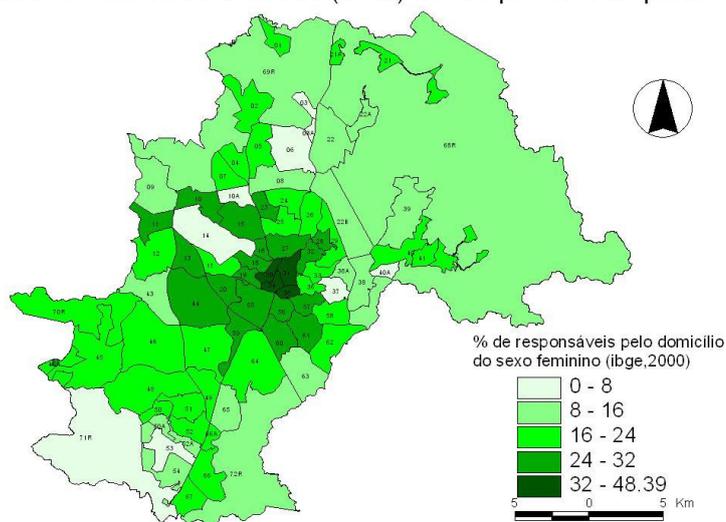


Figura 2. Responsáveis pelo domicílio do sexo feminino. Fonte: Mapa de exclusão (PMC,2004)

Considerando que o índice de exclusão é positivo para os bairros que apresentam maior média, os bairros centrais dão às mulheres maiores condições de acesso ao desenvolvimento profissional destas. Esses dados são coerentes com outro dado, o de mulheres responsáveis pelo domicílio sem rendimento. Para os bairros com maior índice

de exclusão social, a média percentual de mulheres sem rendimento é de 21,03%. Nos bairros centrais, onde o índice de exclusão social é menor, a média é 3,6%. Para uma melhor compreensão observe a figura 3:

Unidades Territoriais Básicas (UTB) Município de Campinas

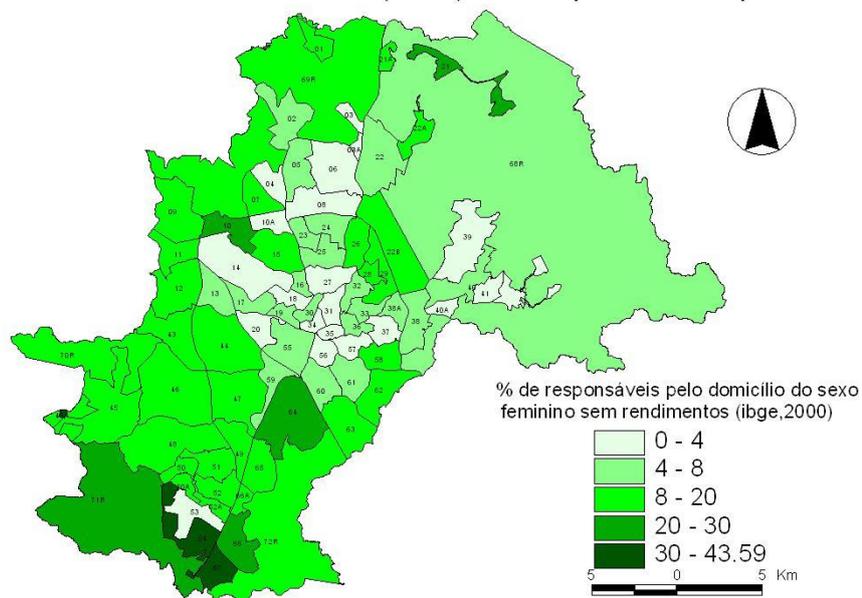


Figura 3. Responsáveis pelo domicílio sem rendimentos. Fonte: PMC (2004)

Há ainda um outro dado, no que se refere às mulheres responsáveis pelos domicílios: aquelas que não são alfabetizadas. Enquanto que nos bairros mais pobres, o percentual é de 18,00 % em média, nos bairros centrais, o índice é próximo de zero. Este dado também reforça a idéia de que o acesso ao desenvolvimento pessoal e profissional é precarizado.

Se observarmos ainda os dados apresentados pela Fundação Dieese de SP (Dieese, 2008) vemos que a participação feminina tem uma representação eqüitativa à masculina, sem que isso signifique igualdade de condições de salário e trabalho. Segundo boletim estatístico de março de 2008, a participação feminina vem crescendo nos últimos dez

anos no Estado de SP: em 1998 era de 22,4% enquanto que em 2007 o percentual é de 27,4%. No entanto, o rendimento médio das mulheres equivalia em 2007 a 67,5% dos ganhos médios dos homens ocupados.

Guimarães (2001), em pesquisa anterior aos dados apresentados acima, investiga a mobilidade no mercado de trabalho e o perfil do “novo” trabalhador diante das reestruturações produtivas impostas pelo capital. A primeira observação da autora refere-se ao fato de que nos últimos quinze anos, a precarização da oferta de trabalho levou ao crescimento brutal do setor de serviços e do mercado informal. Concomitante a este dado, apresenta as estatísticas da fundação SEADE que mostram que no mesmo período o desemprego atinge majoritariamente mulheres, brancas ou negras, e homens negros. A desigualdade em relação a oferta de emprego tem, para a autora, uma diversa explicação para cada categoria analisada. No caso de homens negros, o caso é de desqualificação, de dificuldade de acesso à formação educacional exigida para o cumprimento das tarefas solicitadas pelo mercado. Para tal condição, exige do poder público acesso a ensino de qualidade como forma de combater a desvantagem salarial. No caso de mulheres negras, além de sofrerem com a formação educacional, mesmo que em menor grau, ainda há as questões ligadas a hegemonia do gênero masculino sobre o feminino, o que leva a mulher a posições hierárquicas subalternas e, portanto, menores salários. Neste sentido sugere a autora que, além das medidas aplicadas aos homens negros para o combate da desigualdade salarial, também é necessária a ação de outros gestores locais, tais como os fiscais de trabalho e os sindicatos, a fim de reverter essa situação. Por fim, as mulheres brancas, que tiveram mais facilidade de acesso a escolarização são vítimas das “formas precárias de relações de trabalho e a discriminação de sexo” (Guimarães, p.90). E neste caso, políticas envolvendo os gestores das empresas seriam um fator de proteção das condições de trabalho destas mulheres.

As pesquisas acima citadas ilustram um tipo de relação que, como diz Nogueira

:

(...) “expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo (p. 212).”

As contradições apresentadas no seio da sociedade capitalista, onde as relações de produção alienam o trabalhador de sua produção estão na ordem do dia da discussão sobre relações de gênero. É o trabalho que é elemento aglutinador do ser humano com a natureza e a partir dela, da relação com outros seres humanos. É o trabalho o fundamento do ser social, porque é a maneira como o ser humano e se relaciona com esta natureza que ele cria a sua forma particular de existir como ser humano, como ser natural. E resgatar o novo sentido do trabalho, num processo de esclarecimento, de mudança a partir das condições materiais da sociedade é impregna nas relações um modo livre de existir socialmente.

Os participantes.

Definimos como participantes mulheres desempregadas com pelo menos um filho, em situação de risco social, ou seja, renda incipiente e condições precárias de moradia e alimentação. A escolha deste perfil deveu-se ao fato de que a) as mulheres deste bairro respondem pela manutenção de suas famílias; b) apesar disso, vivem condições de subemprego e, portanto, não conseguem garantir o sustento e o pleno desenvolvimento de seus filhos. As participantes se voluntariaram para a entrevista mediante consulta durante a reunião do projeto Vivaleite. E foram entrevistadas (em grupo ou sozinhas, de acordo com a possibilidade do momento) no transcorrer de sete

encontros durante os meses de junho, julho e agosto de 2007, nos intervalos da entrega do leite.

As sete mulheres entrevistadas tinham entre 20 e 59 anos. Apresentamos a seguir um pouco de cada uma delas:

A participante 1 (P1) mora no bairro há 15 anos, tem 42 anos, tem 1 filha de 19 anos e um neto de 1 ano e meio. Seu marido está aposentado por problemas de saúde e ela está desempregada, e tem dificuldades para voltar ao mercado de trabalho, também por problemas de saúde. Recorre ao projeto para receber leite para o neto.

A participante 2 (P2) tem 59 anos uma filha e tem cinco netos. Está no projeto para pegar leite para o neto. Está no bairro há 12 anos. Não foi possível colher maiores dados sobre a vida dessa participante.

A participante 3 (P3) tem 46 anos, tem sete filhos, o mais velho de 27 anos e o mais novo tem oito. Recebe o leite do programa para a irmã, porque vem no posto de saúde, ao lado do Centro Integrado, para pegar seus remédios. Faz tratamento para problemas nos nervos. Tem o primário e trabalhou só antes de casar. Disse que agora é dona de casa e que isso é o seu ofício. Os filhos trabalham e ajudam no orçamento doméstico.

A participante 4 (P4) tem 20 anos e uma filha. Mora com os pais e não vive com o marido, nunca viveu. Agora está solteira. Os pais ajudam a criar a sua filha. Mora no bairro há dois anos.

A participante 5 (P5) tem 22 anos e dois filhos. Está separada do marido e mora com os pais, que também ajudam a criar os netos. Também está no bairro há dois anos.

A participante 6 (P6) tem 43 anos e mora no bairro há 10 anos. Está desempregada há mais de cinco anos. Tem seis filhos e está solteira. O marido não ajuda. A filha menor tem 03 anos, motivo pelo qual usa o projeto Vivaleite.

A participante 07(P7) tem 39 anos, e tem uma filha. Usa o projeto para pegar leite para o neto. Mora no bairro há 14 anos, e está desempregada faz dois anos.

Procedimento.

Conforme já relatei, cheguei ao bairro por intermédio da Diretoria de Assistência Social da região Noroeste de Campinas, através do vínculo de trabalho que o grupo de pesquisa mantém com esta Diretoria. Primeiramente apresentado à Psicóloga do Centro Integrado de Atendimento a Criança do bairro Floresta, fui convidado para participar como ouvinte nas reuniões semanais que os técnicos realizavam com as mães das crianças atendidas. Nos meses subseqüentes, passei a freqüentar as reuniões de distribuição do leite.

O projeto Vivaleite é gerenciado pela Diretoria de Assistência Social e usa o Centro Integrado de Atendimento a Criança como espaço de encontro das mães do bairro que necessitam desta assistência. No entanto, apesar de selecionadas em torno de 25 mães, o número de mulheres atendidas por dia e o número de leites por mulher varia por dois motivos: o número de pacotes de leite é variável por semana, e o número de mulheres que comparecem também é variado. A diretoria de assistência social estabeleceu que fossem as próprias usuárias do projeto a receber e distribuir o leite entre elas, ficando a cargo da diretoria apenas definir quem participaria do projeto e orientar sobre a organização da distribuição. A distribuição ocorria duas vezes por semana, quando então elas definiam quem iria coordenar a lista de presença, a contagem dos pacotes de leite e a distribuição. Quando o leite chegava, as mulheres contavam a quantidade de mães presentes, e dividiam pela quantidade de pacote de leite recebido, distribuindo, então, a quantidade estabelecida. No caso de número inexato, as que chegaram primeiro recebiam um leite a mais da quantidade excedente.

Durante essa distribuição, enquanto as mulheres esperavam a chegada do carro da prefeitura que transportava o leite, eu abordava-as acerca do projeto de pesquisa. Depois de apresentar os objetivos do projeto, e aceito o convite, eu entregava o termo de consentimento livre e esclarecido em atendimento às normas éticas e começava a entrevista, normalmente com uma ou duas mulheres ao mesmo tempo, devido ao tempo exíguo em que elas permaneciam no Centro. Feita todas as entrevistas, os depoimentos foram transformados em arquivos de áudio, em formato mp3, e transcritos em tabelas conforme anexo 3. Posteriormente, eles foram categorizados conforme os critérios de construção dos instrumentos e deles foram extraídos uma síntese de acordo com a intenção de cada pergunta.

O instrumento

O instrumento constitui ferramenta fundamental para o êxito dos objetivos da pesquisa e, para tanto, procurou-se elaborar um estudo piloto, a fim de clarificar quais dimensões deveriam ser explorada e quais questões deveriam ser apropriadas a cada uma delas. Como procedimento, elaborei um roteiro de eixos teóricos e dimensões, entrevistei uma pessoa com o perfil necessário à pesquisa. O resultado segue em anexo. O produto do estudo piloto foi um novo roteiro que procurou abordar os diversos aspectos investigados na pesquisa com os eixos e dimensões, e as possíveis questões, conforme anexo III.

As definições de cada eixo e dimensões propostas foram as seguintes:

A) Trabalho - procura definir os conceitos e os impactos do trabalho através das seguintes dimensões:

A.1 - Significado - qual o conceito de trabalho para o respondente a partir de sua experiência concreta.

A.2 - Sentido - qual o impacto do trabalho na vida do respondente

A.3 - História - qual o desenvolvimento da formação deste conceito na vida do respondente.

B) Sujeito/ subjetividade - Qual o grau de impacto do trabalho no seu autoconceito através das seguintes dimensões:

B.1 - Identidade - Como ele se vê e o quanto o trabalho é elemento vital para o respondente. Ou seja, o quanto que o trabalho contribui para ele ser aquilo que ele é.

B.2 - Perspectiva - O quanto que o trabalho contribui para ele ser aquilo que ele deseja ser.

C) Consciência/ Conscientização - Grau de conhecimento da estrutura social do trabalho e sua posição dentro dela, através da seguinte dimensão:

C. 1- indicadores/elementos - Reconhecimento dos elementos da estrutura social do trabalho através da posição no processo de trabalho, da relação de classes e da mais-valia.

D) Fatores de Risco/Proteção - Elementos de desenvolvimento em relação ao trabalho, em dois sentidos; pessoal e social. Identificados pelas seguintes dimensões:

D.1- Elementos de Sacrifício: indicando o reconhecimento de uma relação desigual na estrutura social do trabalho.

D.2- Relação com a família: indicando os fatores que impactam o desenvolvimento dos filhos, através de valores sociais, afetivos e materiais.

D. 3- Relação com projetos de vida: indicando o impacto que o trabalho tem na formação da identidade ocupacional dos filhos

D.4- Limites e possibilidades materiais – Indicando a relação entre o trabalho e os seus objetivos (obtenção de realização pessoal e material).

Com base nestes critérios foi elaborado um roteiro de entrevista para as participantes, conforme anexo 4.

Considerações éticas sobre a pesquisa com seres humanos.

Conforme apresenta o novo código de ética do psicólogo (CFP, 2005), uma conduta ética expressa...

“ um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo”. (p.05).

Sendo assim, pensar em uma ética dentro desta pesquisa implica em impor à pesquisa não apenas um planejamento que respeite o cidadão que nos serve de fonte de informação, mas também um comprometimento tal que devolva ao cidadão conhecimento. Ao mesmo tempo, que este conhecimento se coloque à serviço de uma sociedade mais justa.

Ao fazer o planejamento da pesquisa, atentamos para os termos que a legislação nos estabelece, conforme se segue.

A legislação federal, através do conselho nacional de saúde, preceitua a seguinte conduta na pesquisa com seres humanos, através da resolução nº 196/96:

“ As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais.

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:

a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes ([autonomia](#)). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade;

b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos ([beneficência](#)), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;

c) garantia de que danos previsíveis serão evitados ([não maleficência](#));

d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária ([justiça](#) e equidade).” (CNS/MS, 1996)

Assim, os princípios que garantem a eticidade, quais sejam, a *autonomia*, a *beneficência*, a *não maleficência* e a *justiça* e *equidade* inspiraram a resolução do CFP 16/2000 que norteia a pesquisa em psicologia com seres humanos. Estes foram os princípios que também nortearam esta tese.

Em seu preâmbulo, a resolução apresenta os seguintes termos:

“Art. 1º - Toda pesquisa em Psicologia com seres humanos deverá estar instruída de um protocolo, a ser submetido à apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa, reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde, como determina a resolução MS 196/96 do CNS.” (CFP, 2000, p.01)

Esta consideração deverá ser atendida, através de um egrégio conselho de ética desta universidade, com vistas a avaliar o projeto de pesquisa que aqui apresento, com os critérios de investigação exigidos para a qualidade da mesma. Estes critérios se orientam pelo artigo 2º da mesma resolução e implicam em um projeto que atenda às seguintes etapas:

- a) Objetivos - com a intenção da pesquisa, onde se procura responder alguma questão relevante para o conhecimento psicológico
- b) Uma justificativa - onde se procura clarificar a relevância da questão levantada para o conhecimento psicológico
- c) Um procedimento - onde se apresente de modo claro o planejamento adotado para se chegar ao objetivo
- d) Salva-guardas éticas - para oferecer garantias aos participantes da pesquisa, quanto a voluntariedade, clareza de procedimentos e informações, sigilo e devolução das informações.

Tanto o texto que aqui está sendo apresentado, quanto as salvaguardas éticas foram observadas neste trabalho, sob a forma de um termo de consentimento livre e esclarecido que se encontra anexo à tese.

No que se refere à avaliação do risco, a resolução introduz o conceito de risco mínimo para procedimento que não sujeitem os participantes a riscos maiores do que os

encontrados em suas atividades cotidianas. Todavia, salvaguarda que procedimento que avaliem situações traumáticas não devem ser classificadas como risco mínimo e deve ser introduzido um instrumento de medida do dano (escalas que avaliem a ansiedade causada pela intervenção do pesquisador). Neste sentido, cremos que nossa pesquisa se insere naquelas em que estão produzindo risco mínimo, haja visto que o objeto de análise encontra-se no dia-a-dia dos colaboradores.

No entanto, é necessário observar neste item que os participantes estão numa faixa populacional mais desprivilegiada, e que é necessário considerar o parágrafo 2º do artigo 3º, que ressalta a necessidade de um profissional que conheça a realidade dos participantes e tenham experiência em pesquisa e trabalhos com estes grupos. Conto com a maestria da orientadora deste trabalho, que entende aos critérios regulamentados pela legislação para cumprir esta normativa.

Finalmente, resta considerar um último item que guarda importância capital na qualidade ética da pesquisa. Trata-se do uso das informações e do seu conseqüente armazenamento.

As informações obtidas por meio dos instrumentos de coleta de informação foram sigilosamente tratados, não revelando nomes, ou qualquer outra característica que os identifique, e os produtos de tais instrumentos (entrevistas gravadas, protocolos, etc.) serão guardados em arquivo pessoal. Os resultados obtidos através do tratamento das respostas para os objetivos da pesquisa farão parte apenas do material de divulgação da pesquisa em meio científico, respeitado o princípio do sigilo, e deverão ser comunicados aos participantes, em época oportuna e de forma acessível.

Discussão e Análise de Resultados

A partir deste momento, convido o leitor a pensar comigo as questões que procurei levantar no meu questionário sobre a temática desta tese. Essa é uma fase necessária para que possamos posteriormente aclarar e discutir à luz de Lukács e de Marx uma posição bem marcada neste terreno acerca da constituição do sujeito histórico e do sujeito psicológico. Por isso, nossa trajetória segue eixos tão diversos como os que procuramos delimitar aqui, que são os eixos trabalho, consciência, sujeito/subjetividade e, finalmente, o eixo risco e proteção.

Sendo assim, apresentamos neste capítulo uma interpretação dos discursos em que as participantes se posicionam diante de nossas questões para ajudar-nos a constituir um cenário teórico relevante à psicologia sobre os processos psicológicos de identidade que tocam nos processos históricos, colocando-os como fatores de risco ou de proteção ao desenvolvimento humano.

1.0. O eixo trabalho

1.1. Significado

Para saber qual o conceito de trabalho e o seu impacto na vida cotidiana das nossas participantes, perguntamos o que é o trabalho para cada uma delas.

Assim a Participante 1 (P1), por exemplo, vê no trabalho uma possibilidade de reconhecimento familiar, de não ser humilhada pelo marido ao ser considerada de “corpo mole” - ainda que ela tenha a responsabilidade de cuidar dos afazeres domésticos. Também vê no trabalho uma via de acesso a uma vida mais confortável.

P1: Eu acho que a pessoa trabalhando ela se sente útil, é valorizada, pq a mãe que não trabalha fora não tem valor dentro de casa não. O marido também você acha que é meio corpo mole. Eu acho que trabalhar é muito importante, principalmente financeiramente, né? Porque a gente é de uma classe pobre, precisa de ter uma ajuda financeira e você ficar vivendo só daquele salário não dá...

As participantes 2, 3, 4,5, e 7 (P2, P3, P4, P5 e P7, respectivamente) concordam que o trabalho é via de sustento. No entanto, para a P2 essa via de sustento é via de existência tanto pessoal quanto social. Afinal, para ela, “o trabalho é tudo”.

P2: Olha o trabalho pra mim é tudo. [e o que significa pra senhora esse tudo, dona j?/] Tudo porque a gente tem o dinheiro, a gente pode comprar as coisas que nos que, (INAUDIVEL) não pode deixar faltar as coisas. Quando não tem o trabalho falta o arroz, feijão, mistura, falta tudo. Não é professor? Né não, M?

P3: é independência não é... pra gente ter independência pra não precisar de ninguém

P4: Trabalho é o sustento né?

P5: Trabalho é ter que trabalhá pra sustentá os meus filhos.

P7: É bom ter trabalho, né... pra ter as coisas pros nossos filhos, pra gente pode viver...

A participante 6 indica que o trabalho tem um sentido psicológico, pessoal, ligado a sua auto-imagem. Neste caso, o trabalho também aparece como uma credencial à vida em sociedade. Trabalhar dá a ela um sentido de pertencimento e de valor diante do outro.

P6: É uma coisa muito boa, porque agora eu estou desempregada há muito tempo, eu tenho depressão. Eu me tranco em casa, eu sempre trabalhei, eu sempre fui lutadora, né... e minha vida mudou muito porque eu to desempregada. E mudou pra pior, né?

Esta dimensão da categoria trabalho é reafirmada pela dimensão de sentido, conforme veremos a seguir.

1.2. Sentido

No item “sentido”, procuramos investigar como o trabalho impacta a vida dessas mulheres, ou seja, como o trabalho ajuda essas mulheres a serem o que são. E para esta dimensão, encontramos o sentido de existência social e pessoal. A participante 1 expressa este sentido do trabalho como uma fonte de “energia”, como autoimagem dinâmica e valorosa. É necessário observar, no entanto, que este “valor” é dado pela relação de produção dentro do modelo capitalista. Sua capacidade de trabalho demonstra o quanto que ela “vale” para o mercado de trabalho; e sendo valorizada desta forma, também o será pelos seus pares.

P1: Eu no momento infelizmente eu to uma morta viva mas eu já fui de levantar de madrugada pra ir trabalhar... ter força de vontade.. hoje não, eu to paradona.

A participante 3 apresenta o sentido do trabalho numa direção bem próxima à P1. O trabalho visto como libertação para ela implica numa relação de consumo e poder aquisitivo. Só, então, dentro de uma lógica de consumo e produção é que a existência pode se fazer valer.

P3: o trabalho é vida, é libertação pra gente não é mesmo? Pode ajudar a gente a pagar uma dívida pagar um calçado comprar um perfume. é vida

As participantes 4 e 5 têm no trabalho três possibilidades: autoconhecimento, convivência social e subsistência. Elas sugerem que as dificuldades encontradas no trabalho lhes servem de avaliação de suas próprias capacidades. Também é lugar de encontro e prática social. Mas é também lugar de venda de força de trabalho.

P4: Ele é bom pra te ajudar profissionalmente, né... pra você cresce, a gente cresce...você conhece novas pessoas né... você vai precisar das coisas, né... é para o seu sustento também...

P5: Eu concordo com ela...

A participante 6 também sente esta tendência, mas com uma sutileza. Ela percebe o trabalho como valorização que a outras pessoas tem por ela, quando com poder aquisitivo.

P6: Ajuda muito, né... ajuda assim até na autoestima da pessoa né...porque eu tiro por mim. Eu quando trabalhava eu pesava 68 quilos e hoje eu peso 120 kilos. Eu engordei. E me ajuda muito, até na autoestima, assim. Me ajuda muito dentro de casa, assim... parte de alimentação , né? Na parte de filhos, né, porque pelo menos hoje os filhos pedem alguma coisa pra gente e a gente não tem condições de dá... porque a gente só pode dar alguma coisa pros filhos se a gente tem trabalho. Como vc pode dar alguma coisa pros filhos se a gente não tem trabalho, desempregada, não tem como...

O elemento comum neste quesito é o fato de que o trabalho representa para todas, uma posição social diante dos seus pares. O trabalho, deste modo, estabelece relações sociais, não pelo trabalho em si, mas pela venda da força de trabalho que, transformada em poder aquisitivo, faz existir o sujeito como consumidor. Claro está no seu depoimento o quanto que o trabalho dá sentido e orienta a sua vida. Também, por estas declarações, se deduz a força psicológica do trabalho na maneira como elas se relacionam com os filhos, como o trabalho ou a falta dele interfere na relação de cuidado e maternagem.

1.3. História

A dimensão 3 procura investigar a vida profissional concreta através de perguntas diretas. Nelas estão pormenorizadas a trajetória profissional, mas não só. As perguntas sobre o primeiro trabalho e o que se fazia nele dizem respeito ao modo como elas foram conduzidas ao jogo do sistema. Neste quesito se revela uma vida precária, dificuldades como relações patriarcais, relações de trabalho que se confundem com o próprio papel social hegemonicamente constituído. Normalmente os empregos eram domésticos e em condições de vínculo informal. Igualmente, eram não especializados, o que coloca a atividade em condição reivindicatória desprivilegiada, posto que é funcionário facilmente substituível. Todavia, o depoimento das participantes mostram uma outra face que também desprivilegia a condição reivindicatória: a de clima familiar. Sendo a empregada quase da “família” nada há que se exigir posto que a proteção familiar se constitui em um benefício, tal qual a cesta básica ou o vale transporte. É o novo benefício: o vale-afeto. Ele complementa o valor pago à exploração da força de trabalho, dando ao empregado a sensação de acolhida e promovendo um certo sentimento de culpa ao lutar contra injustiças produzidas no interior do processo de trabalho.

Os empregos eram conseguidos, por sua vez, por indicação de parentes e amigos, o que constitui em nova armadilha para a trabalhadora; a exploração da força de trabalho está sob a tutela da indicação de alguém que é referência afetiva tanto para quem contrata quanto para quem é contratado.

Um outro item desta dimensão sobre a trajetória profissional dizia respeito ao trabalho significativo, ou seja, aquele trabalho dentre todos que tivesse tido importância capital na vida da trabalhadora. A intenção desta pergunta era explorar um pouco o processo de identificação com a atividade e saber aquilo que faz o trabalhador aderir ao trabalho como se fosse dele todo o processo de trabalho, como se fosse trabalho não

alienado. E o que encontrei nos depoimentos foram justamente relações sociais como elemento de adesão, seja porque gera poder aquisitivo, status ou reconhecimento, seja porque gera novas amizades.

Começamos nosso inquérito sobre a história profissional perguntando sobre o primeiro emprego. A condição educacional e social leva essas mulheres ao mercado de trabalho informal e doméstico, geralmente com baixos salários e com pouco grau de decisão sobre o processo de trabalho. Segundo dados do Dieese, através da pesquisa de emprego e desemprego de março de 2008, do total de trabalhadores da região metropolitana de São Paulo a predominância de mulheres concentra-se nos setores de serviços com 52,0 % e no setor de empregos domésticos com 17,2%. Dessas ocupações, o setor de serviços é relativamente bem distribuído entre homens e mulheres, com 54.5% de homens contra 45,5% de mulheres ocupando os postos de trabalho desta atividade. Todavia no setor doméstico, a presença feminina é maciça, com 96,55 % das mulheres ocupando postos de trabalho dentro das casas (PED/DIEESE, 2008). O relato das participantes também é contundente:

P2: Olha professor eu trabalhei em tudo, trabalhei de doméstica, trabalhei de monitora trabalhei numa pá de coisa(...). O primeiro foi doméstica, o segundo foi monitora [e o de doméstica o que a senhora fazia?] Era cozinhar, lavar e passar, tudo.

P3: O meu primeiro trabalho foi de babá. Eu tomava conta de três criancinhas e tinha 13 anos. Depois eu casei e fui trabalhar em 92 de garçõnete

P4: A minha foi na casa da minha vó trabalhando de limpeza. E passei roupa também...(..) Eu era doméstica, né... Limpava, lavava roupa... Depois fazia o almoço.

P5: o meu foi com um amigo do meu pai cuidando de um bebê... Eu cuidava da criança e levava pra escola. [e fazia serviço de casa também?]/ Não...

P6: Eu era faxineira... Fazia faxina na loja.

P7: Doméstica (...) .Eu limpava...

O trabalho em serviço doméstico dominado por força feminina tem a sua razão de ser. Historicamente, a divisão do trabalho social conduziu a mulher ao seio da família, enquanto que aos homens o espaço da rua, de fora do lar. Toledo (2005), ao discutir as origens das questões de gênero afirma:

“A mulher nasce e é educada para ser oprimida, para saber ‘o seu lugar’ no mundo, que é sempre, e em qualquer âmbito, um lugar subalterno. É configurada para aceitar essa condição como se fosse algo natural e, ainda por cima, com um sorriso nos lábios; contido, claro. Essa idéia, que a imensa maioria das mulheres introjeta sem qualquer tipo de questionamento, assenta-se na função maternal da mulher para justificar uma desigualdade entre os sexos e uma posição degradantes que elas vêm suportando, com maior ou menor intensidade, desde o surgimento de formas mais ou menos estruturais de exploração entre os seres humanos”. (Toledo, 2005, p. 23)

Ao curso de seu texto, Toledo (2005) vai mostrando como a divisão social do trabalho foi reservando o lugar doméstico à mulher, à medida que o ser humano foi se fixando à terra e se apropriando dela e disso adveio a origem da propriedade privada. No seio do capitalismo, essa configuração atinge uma nova característica que é a dupla

jornada de trabalho, em que a mulher necessita se inserir para conseguir manter as condições mínimas de subsistência. Ao mesmo tempo, é levada a isso como parte da estratégia capitalista de produzir mais valia. Conforme discute Toledo (2005), o problema do trabalho doméstico não é uma questão de gênero, mas uma questão de classe. Esta autora, baseada em princípios marxistas, demonstra que o trabalho doméstico faz parte da parcela de trabalho não pago que o capitalista procura auferir do processo de trabalho necessário.

“Do salário pago pelo capitalista para que a força de trabalho se reproduza, desconta-se o trabalho doméstico, aquele realizado no seio da própria família, em especial pela mulher, e pelo qual o capitalista não desembolsa nada(...) Se o salário é o necessário para a sobrevivência do trabalhador, ou seja, para a reprodução da força de trabalho, o trabalho doméstico deveria fazer parte deste cálculo, e no entanto, não o faz” (Toledo, 2005,. P. 51)

Quando, então, a mulher precisa sair para o campo de trabalho, encontra na necessidade de outras mulheres, que também precisam deixar sua casa para trabalhar, um nicho de mercado. E afinal, sendo secularmente educada para cuidar do espaço doméstico, que mulher confiaria sua casa para que um homem (que não seu marido - quando muito) cuidasse dela? E, por outro lado, que homem faria o serviço, se não fora secularmente ensinado a cuidar da preservação de um lar?

Um outro dado é que a forma de conseguir trabalho era sempre por meio das relações interpessoais, de tal forma que o emprego era um reconhecimento da sua capacidade e utilidade no sistema produtivo.

[Como você conseguiu este trabalho?]

P1: Eu foi passeando no shopping, logo que eu cheguei, eu vi a plaquinha lá, conversei com a proprietária e ela me contratou

P2: As minhas colegas indicou, eu fui atrás e consegui

P3: Através de vizinho. Me avisar que estavam precisando, fui lá e arrumei, fiquei um ano e seis meses

P4: Ela falou que tava precisando e perguntou se eu não queria, né...

P5: Inaudível.

P6: Foi através de uma amiga minha. Ela saiu e eu entrei no lugar dela.

P7: Através de uma pessoa que trabalhava já. [foi aqui em campinas?] foi... [algum outro trabalho?] não porque o meu marido não deixava... eu trabalhei quando solteira.

Quando perguntadas sobre trabalhos significativos, elas se remetaram a três características do trabalho: remuneração, reconhecimento e relações interpessoais. Essas são as características que fazem um trabalho memorável.

P1: Eu acho que foi o meu penúltimo emprego porque eu trabalhei na Casa Regência e lá eu cresci, lá de vendedora eu virei encarregada, subi de posto e ganhava muito bem, pude ajudar meu pai, minha irmã, eu acho que foi o penúltimo.

P3: o que mais marcou pra mim foi o de garçomete. [o que tinha de importante nesse trabalho] esse trabalho foi muito bom, patrão bom, a amizades muito boa. Tudo de bom.

P4: [este trabalho teve importância pra senhora?] teve... eu ganhava muita coisa da minha patroa. Porque quando ela comprava alguma coisa pro filho dela, ela comprava pro meu também, quando (inaudível) pro meu também... O da lanchonete... Porque na lanchonete você conhece

peças... você aprende, né... a conviver com outras pessoas. Agora na casa da minha vó você só limpava, limpava...

P5: [você já teve outros trabalhos, certo?] já... trabalhei numa lanchonete..

P7: Foi nessa loja aí, que eu gostei muito. [comia os chocolates ou não (risos):?] bastante (risos)... porque tinha direito, né... mas não por causa de comer chocolate, mas porque era um emprego assim, tranquilo né... era uma loja assim, que não era uma loja brasileira, né... eu tinha ticket alimentação, tinha conta no banco... eu tinha uma vida! Apesar de não ser uma loja brasileira mas EU tinha uma vida!!!

Apesar de serem trabalhos marcantes, nenhuma delas tinha poder de decisão sobre o processo de trabalho. Todas naturalizam a relação entre patrão e empregado, quando perguntadas sobre quem decide o que tem que ser feito. Concluí isso baseado nas respostas que se remetem ao processo de trabalho, basicamente sobre quem decidia o que deveria ser feito, com ser feito e em que ordem deveria ser feito.

P1: A não sempre fui subordinada, tinha gerente subgerente, diretores, a gente era uma classe mais baixa naquele local de trabalho. Mas o meu penúltimo emprego foi muito bom na minha vida

P2: Era eu e a patroa. Eu perguntava pra ela: o que a senhora quer almoçar hoje? e ela respondia: o que você fizer está bom.

P3: Meu patrão. Meu patrão que falava o que tinha que fazer, limpar mesa, essas coisas.. É que eu fazia também uns trabalhos gerais, eu tinha que cozinhar, eu tinha que servir, fazer pagamento no banco, tinha que fazer pagamento nos compradores era serviço geral e ficava tudo na minha mão.

P4: Era a patroa, né, mas eu tinha opção...

P5: Não porque assim... Ela tava grávida, então ela mais ficava sentada... Só falando o que tinha que fazer assim, mas depois que ela ganhou neném e tudo aí ela ajudava. Ela!... Porque ela era dona também...

P6: Era o pai das criança... Ele decidia tudo. O que era pra fazer o que não era...

P7: Ah, tinha uma gerente, mas eu ficava à vontade. Eu sabia o que eu tinha que fazer, sabia da minha obrigação. Pra ser sincera, elas nunca chegaram assim pra dizer o que fazer. Só no primeiro dia que ela chegou e falou, você tem que fazer isso, aquilo e aquilo. Depois eu fui em frente. Depois disso eu nunca recebi uma reclamação. Só quando chegava alguma coisa, assim, alguma novidade que algum coordenador da loja ia lá passava, que era pra ser feito, ela falava pra mim, porque sobre assim, orientação sobre a loja eu recebi nos primeiros dias, quando eu cheguei lá. Depois eu fui fazendo do meu jeito mesmo e eles foram gostando porque eu nunca recebi reclamação.

Quanto ao ambiente de trabalho, este é familiar, sobretudo porque é uma reprodução do ambiente doméstico. A casa do patrão, quando referido especificamente ao trabalho doméstico, é uma extensão da casa ou como se refere a participante 1 é a casa ideal, a casa como ela gostaria que fosse. Quando o trabalho era realizado fora de um espaço doméstico, a valorização das relações interpessoais e o reconhecimento das capacidades eram aspectos relevantes a serem lembrados pelas entrevistadas.

P1: A era ótimo, né... ambiente de primeiro mundo, nos é que vivemos esse ambiente aqui e dentro de casa; é briga dentro de casa é briga aqui na rua; mas não, o pessoal do shopping, o dono da loja é tudo muito

gente fina, assim, muito unido, dava muito valor a gente, a gente era muito bem tratado, faziam questão que a gente tivesse convenio medico e foi um lugar muito bom de a gente ter trabalhado

P2: Olha professor, os meus primeiro patrão foi muito bom, trabalhaei em casa de família vinte anos e tudo foi bom, meus primeiro patrão foi tudo pra mim

P3: Meu primeiro trabalho foi bom, eu tinha traze anos (inaudível). A minha primeira patroa era médica e era o mesmo que uma filha pra eles.

Assim, o sentido do trabalho é dado basicamente por três elementos: a sua capacidade de inserir o sujeito na relação de consumo, a sua capacidade de inscrever o sujeito na relação de produção colocando-o como mercadoria a ser vendida – ou seja, de atender ao papel social de bom trabalhador, e a sua capacidade de refletir ao mundo as potencialidades de cada uma das entrevistadas

1.4. Conjuntura

Neste item, nossa preocupação era com o entendimento da sua situação sócio-econômica, e da sua capacidade de reação diante de um sistema injusto. Quando as participantes foram questionadas sobre a estrutura do desemprego, todas elas afirmaram sofrer as conseqüências de desemprego. Inclusive, atualmente todas são desempregadas, exceto a participante 4, que disse ser dona de casa agora. Os sentimentos das participantes quanto a ficar desempregada são os mesmos. Tristeza, depressão, problemas familiares, dificuldades financeira. Mas o que parece chamar atenção é o caráter subjetivo do desemprego. Novamente aqui se confirma a correlação entre

constituição do sujeito e atividade laboral. Veja o que diz a participante 1 ao ser questionada como se sente diante do desemprego:

P1: Estou desempregada agora. 99% de quem eu conheço tá. [Me sinto] Péssima, eu acho que faz mal até pra mente. Eu tenho depressão. Eu acho que emprego é uma ocupação pro bem. Ele levanta o seu astral, levanta o seu ego, eu acho que o trabalho engrandece a pessoa.

A participante 5 também confirma esta posição.

P5: Estamos desempregadas. (...) Eu me sinto mal, né... Porque às vezes eu tenho que comprar alguma coisa... tenho que dar alguma coisa pro meu filho mas eu não tenho... mas eu corro atrás. Levo currículo tudo... faço entrevista...

A explicação para o desemprego é bem diversa. Algumas compreendem o desemprego como consequência de uma cadeia de produção excludente, embora não consigam ver outra forma de funcionamento das relações de trabalho. Para essas, é só uma questão de ajuste das desigualdades. Outras se culpabilizam pela situação. Outras ainda simplesmente crêem que vivemos uma situação de carência generalizada e a falta de recurso de um implica na falta de recursos do outro.

O primeiro caso, de relação de produção, é o relato da participante 1. Para ela, a condição social em que se encontra é o motivo do seu desemprego, posto que ao ser pobre ela já sai perdendo na corrida pelo emprego. Para ela, é uma questão de ajuste: quem tem muito que ganhe um pouco menos, e quem tem pouco que receba um pouco

mais. É bom lembrar que a participante 1 tem uma formação cultural um pouco melhor que as demais, tendo em vista conseguiu se formar em magistério. Também por isso, ela conseguiu empregos melhores, embora hoje esteja numa situação difícil.

P1: São falta de oportunidades, é a classe social, uns tem emprego que ganha milhões outros tem emprego que ganha cem reais, eu acho que é desigualdade social. Porque se a gente tivesse num patamar aí que a gente pudesse mais ou menos um piso salarial, vamos supor pra gente aqui do nosso bairro, se a gente tivesse tendo chances, com certeza, todo mundo ia estar conseguindo fazer alguma coisa pra melhora a sua renda.

As participantes 3, 4, 5 e 6 tem em comum a idéia de que o desemprego é responsabilidade do desempregado. Para P3 é falta de preparo cultural; para P4 é falta de honestidade e empenho do trabalhador; para P5 e P6, falta de experiência ou de idade adequada:

P3: Falta de estudo também.

P4: Por causa da confiança, né... Hoje em dia todo mundo tem medo, por causa da confiança do patrão com o empregado.

P5: Assim... No meu caso... Como tem muita gente... Como eu não tenho muito experiência tem gente que não pega sem você ter experiência naquilo, sabe?... Tipo... Eu vou num lugar... Se você não tem experiência naquilo... Se eu não tenho experiência na área então... Sabe você tem que dar oportunidade, que ta faltando oportunidade... Eles pegam pessoas mais velhas por que... Porque são mais velhos, tudo, e não dá oportunidades pra eles também...

P6: [e você o que acha?] a mesma coisa dela...

A explicação da participante 2 é baseada na escassez. As pessoas estão tendo menos dinheiro, portanto, contratam menos...

P2: Por que muitas pessoas não conseguem funcionário. Porque não tem dinheiro pra pagar.

A participante 7 acha que é um problema do governo, mas isso não significa que ela ache que isso é exatamente um problema político. Sua opinião se encaminha na direção de um problema operacional, é uma questão de planejar melhor as vagas. A questão da distribuição de renda fica obnubilada por uma relação assistencialista com o governo.

*P7: Eu acho que faz parte, assim, do nosso governo, eles tinham que mandar mais emprego, né? [o problema é no governo...] é, porque, de primeiro, as coisas era mais fácil. Você saía de um emprego aqui e arrumava outro ali, pelo menos já aconteceu isso comigo. De primeiro o patrão que ia atrás de mim, não eu que ia atrás dele, entendeu? Eu lembro que quando eu fui faxineira no shopping, as pessoas via o meu trabalho, aqueles lojista lá, a gerente, eu sai do shopping, pra ir do piso pra ir trabalhar na loja de faxineira. Eles me convidavam. Eu pedia a conta nium, pedia acordo nium e ia pro outro. Aí o outro via eu limpando a loja, aí convidava eu pra loja dele. Eu ia dois dias numa loja, aí eu tinha que dividir, eu tinha que ser um monte, porque aí o outro porque o outro gostava, me convidava pra loja dele. Então já trabalhei em várias lojas no shopping, trabalhei na Cibelle, de faxineira, passadeira, na Coral Gate, já trabalhei lá de faxineira, na Pakalolo, numa loja que teve lá que era “**Boriforchure**”, já trabalhei de faxineira. Então era, eu tinha que ser um monte porque eles gostavam do meu trabalho. Então um*

gerente passa pro outr... 'Eu to precisando de uma faxineira'. 'Ah... "Tem a minha lá, vai uma vez por semana, é muito boa". Eu era bem encaminhada. Aí, a gerente já gostava, já pedia que eu fosse trabalhar na casa dela, aí foi encaminhando.

Deste modo, podemos dizer que a participante 1 é a que tem uma melhor visão do quadro conjuntural e que a condição de vida favorece a que elas percebam a sua situação de desempregadas desta forma.

Quanto à concentração de renda, novamente prevalecem as mesmas posturas. A participante 1 percebe um recorte de classe e, ainda que haja em sua resposta um componente imaterial, ou seja, sorte, ela percebe que a condição social mantém o sujeito dentro de determinada classe.

P1: Nasceu virado pra lua. São pessoas assim que com certeza tem uma faculdade, tem um estudo, são pessoas esforçadas, são pessoas que lutaram pra ter aquilo ou perseverança, mas assim, eu acho que é desigualdade social, pouco com muito e muitos com pouco.

As participantes 2, 3 e 7 acreditam que a riqueza é gerada por esforço individual, por mérito. Todavia, uma particularidade da participante 3 é que a condição de gênero, numa sociedade patriarcal, impede até mesmo o mérito. Assim, além do esforço pessoal, ela precisa de ter tido a sorte de ter nascido homem. Observe o relato:

P2: São pessoas que desde o começo da vida vem guardando. [É a pessoa que economiza?] é lógico!!!

P3: Eu acho que são pessoas que começaram cedo, que sabe guardar, que sabe administrar o que tem. [Mas vocês começaram cedo...] É, mas a gente casou e o marido fala: ou o trabalho ou eu. E se tiver filho, pior.

A gente vai fazer o quê? A gente vai escolhê a casa, né... Mesmo sabendo que isso vai custar a nossa liberdade, a nossa independência. Aí, a gente cuida dos filhos, cuida do marido, cuida da casa, e a gente não tem nenhum tipo de consideração. Nem pelo filho, nem pelo marido, e é isso que acontece. A gente quer estar trabalhando, quer dar o melhor da gente, vem o marido e puxa o tapete.

P7: Ó, tem uns que conseguem através do trabalho. Eu sei que não é fácil, assim... As pessoas têm muito dinheiro, assim, mas eu tiro por mim, porque eu já trabalhei em casa de família, gente muito rica, mas eles eram lutador, batalhador, eles fizeram uma formatura, né... Eram médicos, e eu acho que através do trabalho deles, eles conseguiram tudo na vida. Tem muito que sobe se vê hoje em dia muito fraude aí, né. Sobe na vida porque é, né... Pega de um, pega de outro, mas pelo menos eu já trabalhei em casa de família assim, muito rica, que eu mesma assim, não tinha porque explicar. Porque que eles é assim e eu não sou. Porque era através do trabalho deles que era um trabalho bom que ganhava bem. É que nem o médico. Porque que o médico tem um carro bom, uma casa boa? Por quê? Porque ele presta muito serviço. Cobra o trabalho particular. Então ele vai, né... Então através do serviço ele vai subindo. E o pobre, como não tem uma, hoje em dia o pobre não tem uma faculdade, é muito difícil né. É muito difícil chegar até uma faculdade, um pobre, hoje em dia. Então é.... né... porque o rico, ele tem, né, o pai as vezes tem uma condição boa, paga uma faculdade pra ele. E o pobre já não tem essa prioridade.

A participante 5 acha que a riqueza de uns é dada pela desonestidade de outros. É também uma explicação através do indivíduo, uma questão de mérito, posto que quem é “esperto”, se dá “bem”.

P5: Muita gente porque roubam,né?...você vê... esse irmão do presidente, porque que tem muito dinheiro porque eles roubam da gente...

Assim, da leitura mais atenta dos depoimentos, podemos extrair as seguintes observações:

a) O trabalho como elemento de reprodução da vida tem outros elementos que o tornam importante para essas mulheres: a autoimagem, a posição e o reconhecimento social e a subsistência.

Assim, o trabalho apresenta dois elementos que merecem destaque: um aspecto prático que garante a subsistência e um aspecto “simbólico”, que poderia ser classificado como moral³, na medida em que eleva o sujeito à condição de pertencente ao mundo social. A condição de desemprego tem impacto direto, portanto, nesses dois elementos e as mulheres, portanto, se sentem tanto carentes de sentido subjetivo quanto de condições materiais.

b) O trabalho objetiva as relações possíveis das entrevistadas, na medida em que, assumindo papéis sociais no contexto do trabalho, isso as qualifica como pessoas dignas de afeto.

c) Ainda assim, o trabalho condiciona a relação de gênero subordinando a mulher às necessidades domésticas e colocando-as numa posição secundária de desenvolvimento pessoal.

d) A posição de desemprego não ajuda as mulheres a explicarem a realidade em que vivem em função da estrutura necessariamente desigual do sistema capitalista.

³ A moral é sempre um termo bastante controverso. Para uma orientação neste item, usamos a moral como conjunto de normas e preceitos da conduta humana relativos a determinado grupo social que os estabelece e defende (in: [BLACKBURN, SIMON](#) (1997). Dicionário de Oxford de Filosofia.RJ: Jorge Zahar.) No entanto, é necessária uma discussão mais profunda a este respeito e para tanto sugiro a leitura de Lessa, Sergio A. (2002) MARXISMO E ÉTICA. Crítica marxista, nº14, 109-115.

Elas explicam o seu desemprego pela carência: tanto pela falta de estudo e dificuldade de qualificação, quanto pela falta de recursos financeiros daqueles que podem empregá-las.

2.0. O Eixo Consciência

O eixo que procura verificar o grau de consciência dos entrevistados tem apenas uma dimensão: indicadores e elementos de consciência. Conforme afirmamos nos fundamentos, a consciência é um processo e um estado. O grau, portanto, que nos referimos é o momento predominante deste processo de consciência em relação à estrutura do Estado e das relações sociais, o que resulta também numa posição afetiva e psicológica de consciência. E este grau pode ser interpretado justamente por posições político-ideológicas dentro desta estrutura e tem como parâmetro de interpretação uma consciência que vai de si, ou seja, o reconhecimento da própria existência dos entrevistados na estrutura e sua posição, até uma consciência para si, quando as pessoas deixam de ser objetos da estrutura e fazem da estrutura objeto de construção de sua própria humanidade.

Para verificar este grau, foram utilizadas perguntas confrontativas que procuravam expor a contradição de sua posição dentro do sistema capitalista.

Assim, na primeira questão, a relação de ganho entre trabalhador e empregador foi apresentada como uma questão moral. A condição do que é justo ou injusto se sobressai não como o que é legal ou não, posto que esta é uma condição legal, mas com uma reflexão pessoal, sentida e percebida pela pessoa como justo ou injusto, e foi isso que nos interessou. Neste sentido, P1, P2, P3 e P percebem esta relação como injusta. Mas a justificativa de P1 aponta para a relação de classes, embora não a supere. As demais entendem a relação de patrões e empregados de modo naturalizado, porém desigual.

P1: Eu acho que não, porque a empresa não anda sozinha sem o funcionário. Eu acho que o que deveria acontecer era ter a participação de lucro pros funcionários, porque está todo mundo dando o sangue ali, o patrão ganhando milhões e o funcionário ganhando o salário mínimo. E sem o funcionário a empresa dele não anda.

P2: Não. Eu acho que tem que pagar mais um pouquinho mais pro empregado, né? Pro empregado ficar contente, né?

P3: Eu também não acho justo não.

P5: Muitas vezes não, né... porque tem muito patrão que é muito folgado, né?... e a gente que ta lá trabalhando pra ele, a gente rala pra caramba e ele não reconhece o nosso esforço...

P7: Ah... é o que eu acabei de falar pra você. Porque o patrão sempre ganha um pouquinho mais. E o salarinho do empregado é bem poquinho, né? Porque, vamos supor, quando a gente entra numa casa pra trabalhar de doméstica o patrão, ele paga o que, um salário mínimo pra um empregado. Tem casas que eu acho pouco, porque assim, às vezes você chega assim, aquela puta casona, dois andar, três andar, o patrão paga trezentos reais. Um salário mínimo pra empregada, né? Eu acho pouco, eu acho uma exploração. Ele poderia, ele tem um emprego bom, ele tinha que oferecer ao empregado um salário melhor, concorda comigo?

A participante 4, além de naturalizar a relação de classes, ainda acredita que ela é justa.

P4: Ah patrão é patrão e empregado é empregado... [então a senhora acha uma relação justa?] é lógico... o patrão sempre me pagou direitinho, nunca me deixou em falta. E tem mais eu sempre ganhei... do patrão da patroa com que eu trabalhei.

Quando confrontadas na inversão dos papéis de classe, ou seja, quando questionadas se elas queriam ser patroas, a cultura do individualismo burguês se coloca em cheque em alguns depoimentos. Como no caso da participante 1, para o qual a relação de opressão é naturalizada, mas vista como algo estranho, alheio à ela. P1, em certo sentido, acredita que a estrutura de opressão advém do sujeito e não consegue, neste momento, compreender a situação de opressão como resultado de um processo histórico e consequência de uma sociedade de classes.

[Você gostaria de ser patroa? Por quê?]

P1: Acho que não. Porque tem as pessoas que nasceram pra poder mandar e outras pra ser mandadas e eu acho que eu não me incluo no pra mandar não. Não gostaria não. A menos que fosse pra vc, eu acho que eu sou meio exagerada em querer ajudar então eu acho que se eu tivesse um negocio próprio meio eu acho que eu ia falir muito rápido porque eu penso muito em ajudar o próximo, eu penso demais.

As participantes 2, 3 e 7 também oferecem respostas nesta direção:

P2: Eu acho que não. Eu divido o que é meu. O arroz eu dou, o feijão eu do, se tiver um graozinho eu divido.

P3: Não, não... eu gosto mesmo é de dividir. Eu não gostaria de ser patroa não.

P7: Ah, eu acho que eu não nasci pra isso. Acho que mesmo hoje, se eu conseguisse subir na vida, eu acho que eu não conseguiria mandar em alguém. Porque eu não sou aquela pessoa que gosta de mandar, eu sou aquela pessoa que gosta de arregaçar as manga e ir à luta.

A participante 4 assumiu para si a divisão social do trabalho de tal maneira que o exercício do trabalho doméstico representa um lugar social relevante. Sendo assim, diz:

P4: Eu sou dona de casa, então eu sou patroa.

A participante 5 naturalizou a relação de classe de tal maneira que reproduz tal relação em sua resposta

P5: Oh... se eu tivesse dinheiro! Porque eu poderia falar “tem que fazer isso, tem que fazer aquilo... e ficar sem fazer nada”.

No entanto, P5 reconhece que a relação de classe gera uma relação desigual tanto de estrutura de poder, quanto de percepção de ganhos.

P5: Eu seria uma boa patroa... Eu seria bem compreensiva... [O que é ser bem compreensiva?] Entender o lado deles também, falar sei lá não sei o que lá...

Assim, o que podemos extrair deste eixo é que a desumanização da relação de trabalho impede a percepção da estrutura do processo produtivo social. Por isso, podemos afirmar que:

a) a percepção de injustiça na relação de ganhos entre patrões e empregados sugere algum grau de percepção, e por tanto consciência, da relação de exploração. Todavia, dado o grau de desumanização engendrado pelo sistema ao longo da formação cultural dessas mulheres, fica difícil que elas percebam muito além da diferença entre elas e seus patrões. Ainda que achem uma relação injusta, elas naturalizam a existência de uma relação desta forma.

b) quando confrontadas com a inversão de papéis, a identificação com uma essência egoísta dos patrões as coloca num outro dilema moral: ser patroa é ser egoísta e autoritária e isto não é socialmente aprovável. Todavia, elas gostariam de poder ganhar mais, de ampliar o seu poder aquisitivo. Por este discurso, novamente elas naturalizam a

essência egoísta do ser humano, sobretudo daqueles que se curvam às demandas do mundo financeiro para fazer fortuna.

c) por fim, a relação de trabalho novamente é percebida neste eixo com dupla função: constituição do sujeito e participação na relação de produção.

3.0. O Eixo Risco e Proteção

Aqui as perguntas procuravam salientar os elementos do cotidiano do trabalho que implicavam em riscos diversos. Risco implica aqui em enfraquecimento em diversos níveis. Risco de saúde implicando em enfraquecimento das condições de saúde e vida, riscos relacionais implicando em enfraquecimento dos laços afetivos na família e no cotidiano fraterno, riscos psicológicos resultando em uma auto imagem empobrecida. A proteção, por outro lado, implica em fortalecimento. As condições de risco e proteção aqui investigadas se dão no cotidiano do trabalho, e mais, no cotidiano da relação capital-trabalho e portanto no corriqueiro cenário capitalista. Procuramos explorar as seguintes dimensões deste eixo: elementos que sacrificam o trabalhador, as conseqüências nas relações familiares cotidianas, os projetos de vida, os limites e as possibilidades materiais e as relações com as políticas sociais.

3.1. Elementos de Sacrifício.

No primeiro elemento, perguntei sobre os sentimentos decorrentes da posição social que assumem, com uma pergunta direta: Você se sente triste com a sua condição social? Com o quê exatamente?

De maneira geral, as mulheres sofrem, mas não conseguem identificar a raiz estrutural do sofrimento dentro do cenário conjuntural. O motivo do sofrimento é pontual e declarado, mas as causas deste motivo não são compreendidas.

Quando questionadas sobre a condição de pobreza, elas se identificam com os seus pares, numa ação solidária, mas não reivindicatória. Assim, P1, que não tem uma situação tão difícil quanto as demais, reconhece tristeza na vivência do sofrimento alheio.

P1: Não, não... Eu fico triste e incomodada quando eu sei assim que, meu deus, eu vou jogar aquilo fora, tanta gente está precisando, está faltando pra tanta gente. Mas eu graças a deus, não, não cheguei neste ponto não.

As participantes 2, 3, 4, 5, 6 e 7 sentem concretamente as dificuldades do desemprego. Mas sua tristeza não se refere à relação de classe propriamente, mas à falta de lugar no mercado de consumo, à falta de poder aquisitivo. Somente P7 relaciona o seu estado psicológico com a execução de tarefas.

P2: Eu já professor. Às vezes eu não tenho dinheiro pra comprar um pão!

P3: As vezes... [com o que?] vamos supor que chegue alguém na minha casa. Eu quero oferecer alguma coisa e não tenho pra dar. Eu fico triste.

P4: Ah um pouco... ah assim... não tem explicação.

P5: Já por causa do meu filho né... porque se ele precisa de uma coisa e eu não posso dar, então eu fico triste por isso

P6: Eu também fico triste com uma coisa que eu não posso dar e eu também não tenho dinheiro...

P7: Já... eu me sinto até hoje. Eu olho pra minha vida, eu não me conformo, porque eu não posso comprar uma roupa. A roupa que eu uso é ganhada, meu filho, ó. Eu tenho um filho de oito anos, que o chinelo dele quebrou, olha eu estou falando porque vc está perguntando... o chinelo dele quebrou o mês passado, e eu não comprei outro até agora. Porque eu não

tenho condições. Porque de primeiro o que acontecia? Através do meu trabalho eu comprava uma roupa, agora hoje eu não compro mais. Eu uso roupa dos outro, é chato isso daí... as vezes eu começo a pensar na minha vida como era antes, e começo a comparar aí eu, as vezes, eu fumo, as vezes eu entro em depressão, eu não sou fumante, mas através do cigarro eu consigo... as vezes quando eu não fumo eu como. Sabe, então é por isso que hoje eu to assim... acabada, assim, sabe?

Apesar disso, as participantes não relatam maiores problemas no tocante aos desconfortos causados pelo exercício do trabalho. A execução da tarefa em si é bem vista e motivo de bem estar. O seu trabalho te serve para ganhar o salário. Mas o seu trabalho te atrapalha?

P5: [O trabalho] atrapalha quando o meu filho fica doente e eu não posso ir aí fica complicado, né... é por causa do meu filho... [Aí é uma condição doméstica que atrapalha o seu trabalho, mas o seu trabalho atrapalha alguma coisa na sua vida?] Nããooo...

P6: [O trabalho] não atrapalha nada...

P7: Não, não me atrapalhava porque o meu trabalho eu ia feliz, vc vai feliz, acorda feliz. É como eu falei pra vc, no meu trabalho eu tive umas condições boas.

É no aspecto afetivo que aparecem alguns dados sobre a posição do trabalho no cotidiano dessas mulheres. Sendo a prestação de serviço doméstico uma extensão da vida cotidiana, o trabalho muitas vezes se revela sob a face de extensão da família. É o caso de P1 cujo trabalho se estendia até a sua casa.

P1: Quando eu fui trabalhar de doméstica, quando eu comecei era em campinas era um ônibus só, depois ela mudou pra Paulínia, eram seis ônibus. E eu só continuei pelo amor ao nenezinho, porque assim, muito, eu gostava de mais do nenezinho.

P1: Nossa... Não vai ficar com a gente, vai trazer o Guilherme de novo? E ele vinha, ele dormia na minha cama era no meio meu e do meu marido.

No caso da participante 2 essa relação era com a patroa:

P2: Não professor, minha patroa era uma mãe pra mim.

A participante 3 encontra no trabalho uma possibilidade de descanso dos problemas internos da família. Para ela, o trabalho é refúgio.

P3: Ah, estressada a gente vive todos os dias, mas no trabalho não, a gente leva numa boa.

As participantes 5 e 7 apresentam queixas referentes à condição de trabalho. Em comum, as queixas são referentes ao demérito que suas patroas lhes creditam, tocando, assim, em sua autoestima.

P5: Ah, sempre tem, né? Isso aí sempre tem... [por causa do trabalho ou por causa das coisas que aconteceram no trabalho?...] por causa do trabalho [o que causa este desconforto?] tipo assim... chegava alguém na lanchonete, que não é a dona e fica falando, faz assim, faz assado...

P7: Já... eu trabalhei numa casa que... só tem uma casa que eu trabalhei que eu não gostei, sabe... todos da casa era muito legal, menos a dona. Ela era repetitiva, qualquer coisinha ela estava falando as coisas...(..) Além de eu trabalhar o dia inteiro, ela queria que eu trabalhasse à noite no Buffet dela. E eu achava isso, assim, uma exploração.

3.2. Relações com a família

No que se remete à influência do trabalho na criação dos filhos o que se percebe é que a relação de maternagem se torna enfraquecida diante da necessidade de sair para trabalhar. Por outro lado, a relação de maternagem se torna uma prisão ao desenvolvimento feminino, como parte do “adestramento” ao espaço doméstico, haja visto que a participação masculina na educação dos filhos é nula. Nenhuma das participantes relatou divisão de tarefas com homens na relação com os filhos ou com o trabalho doméstico. Elas próprias dividem com mães, irmãs ou filhas mais velhas as atividades domésticas, particularmente a da criação dos filhos. Nogueira (2006), no entanto, encontro dados próximos, mas apontando mudanças na relação familiar. Segundo a autora...

“... a participação dos homens no trabalho doméstico se encontra limitada a uma ajuda pontual, ou até mesmo a uma atuação eventual. Já os homens, por sua vez, dedicam mais o seu tempo no espaço reprodutivo quando nos referimos aos cuidados com os filhos e também com as compras nos supermercados.” (Nogueira, 2006, p.113).

É o que se verifica na resposta de P1:

P1: Não... Quando eu paro lá em casa, quando eu caio, tudo pára. Quando eu fico em cima de uma cama mesmo, se o meu marido não estiver bebendo, ele faz tudo em casa. Se ele estiver, fica a louça do almoço, fica a louça da janta, fica a louça do café da manhã.

Além disso, conforme já assinalamos, a prestação de serviço doméstico se confunde com o espaço doméstico privado:

P1: Ah sim... Isso tudo citando no de doméstica. Porque você acaba se doando muito, então tinha uma festa pra você ir; às vezes até dá confusão em casa porque aí lá vem o Guilherme junto de novo. Minhas filhas começaram a ter ciúmes, meu marido também, porque você acaba se entrega.

P5: (...) Quando eu estou trabalhando eu tenho que deixar ele... [qual que é a idade dele?] dois anos...

P7: [O trabalho te “rouba” da sua família?] Roubava, porque eu não tinha tempo pros meus filhos. Porque pros meus filhos mais velhos praticamente quem foi a mãe deles foi a minha mãe.

Normalmente as mulheres entrevistadas se sentem as principais responsáveis pela criação dos filhos e o fazem do modo diretivo.

P7: Acho necessária [a presença da mãe]... Porque eu acho que a mãe tem que estar presente 24 horas. (...) Ah, eu não estava presente no momento em que eles precisavam de mim, né...

P5: Nossa! Super necessária... [a presença da mãe] porque ele precisa de mim porque já não tem um pai né... Porque se eu deixar meu filho ele vai ter o quê? Minha mãe e meu pai?... eu não quero isso, quero que ele cresça com a mãe dele, que eu tô lá pro que der e vier, né...na vida dele.

P6: Acho [necessária a presença da mãe] porque eles não têm pai, né... Então quem dá carinho quem dá atenção sou eu...

No que diz respeito ao modo de educar os filhos:

P2: Com muito amor, né não?

P3: Acho que eles têm que respeitar a gente e tem que ser responsáveis.

P4: A educação, né... Educação e honestamente dizer a verdade, ou é ou não é ... Todos os meus filhos são trabalhador, estudam.

O que podemos apreender da relação entre trabalho e relação familiar é que as entrevistadas reproduzem no ambiente de trabalho uma relação familiar. Assim sendo, a participação masculina se torna secundária, posto que historicamente o espaço doméstico é de domínio feminino.

3.3. Relação com projetos de vida

A relação com os projetos de vida refere-se aos modelos que o ato de trabalho fomenta no seio da família. As respondentes não souberam se posicionar mais definitivamente sobre isso. A influência do ato de trabalho é o resultado mesmo do trabalho, da venda da força de trabalho, que é o poder aquisitivo. É por meio do poder aquisitivo, por uma atividade eminentemente valorativa que o ato de trabalhar pode, segundo as respondentes, chegar a influenciar a vida dos filhos. De certa forma, o ato de trabalho reproduz no interior da família a forma necessária ao funcionamento do capitalismo, ou, nos termos de P1, “serve de exemplo para os filhos”.

P1: Acho que com exemplo. Quando eles vêem a gente trabalhando e conseguindo comprar as coisas, a gente ganha o respeito dos filhos e serve de exemplo.

P2: A gente pode comprar as coisas que eles precisam

P4: A vontade de possuir alguma coisa diferente... [bens materiais, você fala?] É, ter alguma coisa diferente.

P5: Não... porque assim... eu não vou ter tempo pra ficar com ele, vou ficar cansada. Isso atrapalha né... porque eu muitas vezes vou chegar cansada, né... e vou querer ficar com ele

P7: Eles ficam contente, porque aí eles pedem coisas...

3.4. Limites e possibilidade materiais

Os limites e as possibilidades materiais referem-se às dimensões práticas do trabalho e à relação de produção. Neste momento, procurei verificar novamente o grau de compreensão da situação de trabalho por parte das entrevistadas. Neste sentido, o que verificamos foi que as mulheres apresentam uma visão resignada da sua condição de trabalhadoras. Ao participarem do jogo capitalista em tal grau, conforme Marx já assinalava nos Manuscritos Economico-filosóficos, ao dar sentido ao objeto dentro de uma relação de produção, tanto mais elas perdem o sentido de suas vidas. E assim, a característica do pleno desenvolvimento de habilidades é reduzida a manutenção da vida na esfera do consumo, e mesmo assim, as necessidades são medidas pelo poder aquisitivo, não o contrário. Assim, quando perguntadas sobre o atendimento de necessidades, as entrevistadas responderam:

P1: Na época em que eu trabalhava sim, hoje não.

P2: Um pouquinho aqui outro acolá professor. Conseguia assim...

P3: Possibilita. Dentro do possível, a gente compra o que precisa.

P5: Sim... tem sim... tudo, tudo não, mas uma boa parte sim [O que ele (o salário) não consegue atender?] Eu compro leite, a fralda, o remédio...agora assim, uma roupa, um brinquedo, isso aí eu não vou poder... O resto eu posso ver... Se eu ganhar um pouco mais, eu posso comprar tudo, né...

Quando confrontadas à desigualdade da relação de classe, elas não percebem a perversão intrínseca ali implicada. Isto porque, como dissemos, elas adéquam

necessidades com poder aquisitivo, e naturalizam a relação de classe. Quando muito, elas reivindicam apenas um rearranjo na produção do lucro, não na esfera de uma nova forma de sociabilidade.

P1: Minha necessidade é tão pouco hoje. Eu só queria paz e tranquilidade. Sinceramente, eu não sei te responder essa pergunta.

P2: Mas eu tenho as coisas que preciso... Muita gente ajuda.

P3: Ganhando um pouco mais, acho que é isso.

P5: Ganhando um pouco mais

P7: Ganhando mais eu poderia ajudar a minha família...

Os limites e possibilidades materiais estão inscritos na própria dinâmica de um trabalho alienado, nos termos de Marx, trabalho estranho ao trabalhador, não pertencente a ele. E dentro desta forma de funcionar os limites são calcados nas necessidades de reprodução do capital, e as possibilidades circunscritas à manutenção da vida.

3.5. Relação com as políticas sociais

As políticas sociais não expressam menos do que a vontade do capital globalizado em se reproduzir, e para tanto, elas servem de sustentação ao modus operandi desta forma de sociabilidade, que é o capitalismo, em sua vertente mais insidiosa que é o neoliberalismo. Deste modo, as políticas sociais de assistencialismo ajudam a criar uma atmosfera de clientelismo da população em relação ao seu governante e a conservar os ânimos diante de tanta desigualdade. Sendo assim, conforme analisa Paulani (2006), enquanto o governo Lula acena com a política de cuidar dos mais pobres, ao mesmo tempo, fortalece uma política econômica que favorece banqueiros e empresários e arrocha trabalhadores (Paulani, 2006, p.9). Apesar disso, procuramos obter das participantes a posição delas frente ao mínimo disponível pelos governos em

suas esferas federal, estadual e municipal afim de minimizar os problemas financeiros que estas experimentam. As participantes mais velhas não tiveram acesso a nenhum tipo de programa de profissionalização, nem mesmo de alfabetização.

P1: Não... mas eu fiz o magistério

P2: Não... eu sou analfabeta, professor. Não sei nem assinar o meu nome

P3: Não.

As mais jovens tentaram mais também não conseguiram:

P5: Eu estava tentando mais pela idade eu já não consigo mais... eu tava tentando o curso de computação que é até 18 anos, um negócio assim.

P6: Eu também... [E o que aconteceu?] Não consegui vaga...

A participante 4 conseguiu fazer um curso, mas não conseguiu terminá-lo e este não era do governo.

P4: Ah... o estudo... [o estudo formal, você fala/] não nunca me formei. [eu estou falando do estudo desses de escola, de 1º ano, 2º ano...] é estudo do governo... [mas a senhora nunca teve um curso que ensinasse uma profissão ou um trabalho?] a costura... eu fiz corte e costura [e como foi o curso?] foi bom mas eu não fui pra frente, eu não consegui tirar o meu diploma de costureira.[por que?] por causa da máquina... eu não tinha condições de comprar a máquina nem de pagar o curso. [onde era?] no glicério, onde é hoje uma lanchonete era onde era o curso, no terceiro andar..

Todas já usaram algum tipo de programa assistencial dos governos, incluso obviamente o Vivaleite, que deu origem a este trabalho. Mas nem todas estão satisfeitas

ou conformadas com o tipo de ajuda que recebem. Aqui encontra-se uma diversidade nas respostas. A participante 1 critica o próprio projeto assistencial, que considera quase uma esmola.

P1: Eu acho uma vergonha... o que eles dão não dão pra nada

As participantes 3 e 5 criticam o processo de implementação em si (neste caso, do vivaleite) e acham que o problema está nas pessoas que se servem do projeto.

P3: Acho que as pessoas brigam muito, precisava haver mais harmonia.

P5: Eu acho assim, que eles dão pra quem eles querem... Tipo assim, se eu tô precisando e vem outra pessoa, se eles conhecem ela, dão praquela pessoa... Eu penso desse jeito.

As participantes 2 e 4 não acham nada de errado.

P2: Acho nada errado, acho muito bom!!!

P4: Eu não acho nada de errado, é tudo direitinho, né..

E a participante 7 se preocupa com o emprego.

P7: Está tudo errado. Porque antigamente não tinha nada disso e tinha emprego. Hoje em dia tem tudo isso e esqueceu de gerar emprego.

Quanto à posição que as respondentes assumem diante do governo, novamente diversos graus de crítica ou de adesão. As participantes 1, 5 e 7 se sentem desamparadas pelo poder público, mas não conseguem explicar como elas podem modificar essa situação.

A participante 5, inclusive, acredita que não é possível fazer nada, porque é da cultura do brasileiro ficar “cada um na sua”.

P1: Me sinto, muitas vezes. [E como você pode mudar essa situação?] Não sei, acho que conversando com o pessoal do núcleo.

P5: Ah, lógico... [em que?] Ah, eles fazem mais pra uns do que pra outros, eu já falei...

P7: Eu acho que eles deveriam gerar emprego. Não tem nada certo, porque 95 reais? Você paga uma água e luz... E pra comer?

As participantes 2 e 4 não tem críticas ao governo, nem aos projetos.

P2: Não sinto, não senhor

P4: Não... porque (inaudível) a gente véve de renda.

Por isto, o grupo se dividiu entre aquelas que se sentem desamparadas pelo governo e aquelas que acham que o governo olha por elas

No entanto, nenhuma delas sabe como pode influir para a tomada de decisões governamentais.

No que se refere a este eixo podemos resumir que as condições de trabalho geram sofrimento para essas mulheres, mas também geram bem estar. Os elementos de bem estar estão todos relacionados direta e indiretamente às relações sociais estabelecidas pelo trabalho dentro e fora de casa. E aqui não nos referimos apenas ao produto monetário do trabalho, o salário, mas o trabalho em si, capaz de gerar nelas identidade em referencia ao seu grupo social (dentro e fora de casa). Assim, não podemos avaliar a consolidação desta identidade apenas por seu salário. O trabalho não resulta apenas em salário para o empregado, mas gera outros produtos tais como as relações sociais que dele decorrem e os desgastes pessoais que estão relacionados com a tarefa.

Por isso, fatores de proteção estão ligados aos processos de trabalho. Não é difícil portanto propor que uma mudança nas relações sociais de produção com vista a transferir equivalentemente a riqueza social produzida pelo trabalhador sejam

verdadeiramente fator de proteção ao desenvolvimento humano. Também não é difícil, por esta via, concluir que estamos promovendo saúde psicológica quando ajudamos essas pessoas a compreenderem a estrutura social em que estão inseridas. Ao ajudarmos essas pessoas a despertarem seu poder reivindicatório, a lutarem por uma nova forma de sociabilidade, estamos também ajudando a consolidar uma nova forma de sujeito.

4.0. Eixo sujeito e subjetividade

Este eixo investiga finalmente o grau de identidade do trabalho com a formação integral da pessoa em dois momentos distintos; o atual que marca a autoimagem dessas mulheres através da sua história de vida pessoa e profissional, e o futuro, através das perspectivas de construção desta identidade pela escolha de carreira e planejamento profissional.

4.1. Identidade

No item identidade, as perguntas levam as entrevistadas a pensar no trabalho no seu momento presente, no que, através do trabalho, elas possam expressar algo genuinamente delas. A imagem que mais apareceu foi a da pessoa competente. Esse achado sugere que a idéia de competência está relacionada com a força de trabalho atraente ao mercado, e portanto, capaz de gerar renda suficiente para o conforto de todos da família.

P1: Acho que como uma pessoa responsável, caprichosa...

P2: Eu sou uma pessoa muito boa

P3: Uma pessoa cumpridora dos seus deveres.

P7: Eu sou boa...

Mas essa imagem de competência não é suficiente para fazer gerar projetos, planificações, sonhos... A vida cotidiana banaliza o desenvolvimento humano de tal modo que ele se vê apenas como peça, engrenagem da máquina de produção em escala. A participante 1 tem formação de magistério e, em certo sentido, procurou uma formação específica que pode ajudá-la a inserir-se no mercado de trabalho.

P1: Hoje nada não... mas eu quis ser professora(...) Em um ambiente legal, sem briga, sem confusão... até a escola hoje é um lugar ruim.

P2: Nada não professor

P3: nada

P4 Uma professora!!! Mas eu fiz só o primário também né... A disciplina educação... tudo por ordem, o hino nacional que é importante

P5: [você já falou, administradora, né?] é.. Numa empresa, né... chegar bem chique, numa empresa assim, bem assim... [grande?] grande... Eu gostaria de poder ajudar as pessoas. Seria nos hospitais, né... no postinho não, nos hospitais (...) Bom agora eu vou terminar meus estudos né... e a hora que eu terminar os meus estudos eu vou arrumar um serviço.

P6: [e você?] num gostaria de ser nada, não... Eu também... vou terminar os estudos e arrumar um trabalho... [e o que você estava fazendo pra terminar os estudos, concretamente?] eu estou estudando, estou fazendo o segundo grau. [ta em escola, matriculada? É supletivo?] Não... é

P7: Se eu tivesse estudo e fosse mais nova eu gostaria de ser enfermeira (...) Não, só isso... eu não posso falar muito que eu não estudei. E eu não tenho paciência pra voltar a estudar. Estou procurando trabalho de doméstica, faxineira.

Não verificamos neste item que elas tenham um planejamento de carreira. Portanto o trabalho vai construindo uma identidade pessoal à revelia dos desejos das mulheres que aqui conversamos. Quando perguntamos sobre o que gostariam de ser, elas respondem como se isso fosse uma realidade distante de seu cotidiano, e realmente o é. E embora algumas ainda manifestem o desejo de uma carreira profissional nenhuma, nem mesmo as mais novas, tem um projeto profissional exequível. Todos os seus projetos são voltados para a necessidade imediata de conseguir um emprego e nele ficar.

E neste eixo se revela a desumanização presente na forma de sociabilidade burguesa. Essas mulheres já não conseguem imaginar-se fora deste esquema de vida na qual elas não têm qualquer chance de ascensão. Portanto, não há sonhos, não há esperança não há lugar para elas no mundo.

Então, resta- nos agora, fazer uma síntese geral sobre os achados e relacioná-los com os objetivos deste trabalho.

Para uma síntese...

Dos dados colhidos em entrevista, podemos resumir da seguinte forma:

Trabalho

O *significado* do trabalho está circunscrito ao sustento que ele garante às mulheres participantes desta pesquisa. Ele se traduz em uma via de existência social e psicológica, na medida em que inscreve o sujeito em uma dinâmica social que, para essas mulheres, é pouco questionável. O trabalho neste sentido ajuda-as a construir uma auto imagem e a dar-lhes uma sensação de pertencimento.

O *sentido* do trabalho é, conforme dissemos, a força motivadora que coloca o sujeito em permanente autoconstrução. Gera nas mulheres uma sensação de liberdade, ainda que esta liberdade se limite a ser liberdade de consumo. Assim, uma existência psicológica, por assim dizer, está implicada numa existência social, certificada pelo exercício do consumo. O sentido do trabalho também é dado pela direção e avaliação de

suas próprias capacidades, subsidiando intuitivamente um autoconhecimento. O trabalho também tem sentido quando coloca as mulheres em relação e pela capacidade de produção. Elas se sentem mais valorizadas quando conseguem ser produtivas e quando o seu trabalho lhes garante algum grau de poder aquisitivo. Em todas as entrevistas, o elemento comum foi o fato de que o trabalho posiciona as mulheres socialmente, ao garantir-lhes um papel social valorizado.

A *história* de vida profissional indica que o trabalho doméstico é herança da “domesticação” histórica do gênero feminino. Os fatores que são levados em conta para que o trabalho seja considerado memorável são a remuneração, as relações interpessoais, o reconhecimento e algum grau de familiaridade, recolocando a mulher de volta no espaço doméstico. O grau de decisão do processo de trabalho não é importante, porque a naturalização de classe é intrínseca.

Conjuntura

A análise da *conjuntura* revela pouco conhecimento sobre a estrutura do sistema sócio-político, que é naturalizado. A depressão experimentada por algumas participantes (duas, para ser exato – P1 e P7) de ser desempregada é conseqüência direta da situação de não-existência social, já que existir socialmente é consumir. As explicações que dão para o desemprego variam da culpabilização de si mesmas, da falta de alguma habilidade, à reivindicação de um reajustamento das relações de classe, de tal modo que o patrão não ganhe tanto e que pague um pouco mais ao trabalhador.

Consciência

No item consciência, as entrevistadas elas percebem que precisam de uma vida digna e que essa vida digna ainda não existe. Algumas percebem que existe um recorte de classe, uma diferença social injusta.

Nas investigações de possíveis sacrifícios, o sofrimento é percebido, mas não é identificável.

Quanto às relações familiares, elas são eivadas por conflitos. A relação opressiva de gênero é insidiosa, silenciosa e naturalizada

Diante de um quadro assim, os projetos de vida são empobrecidos porque são limitados às necessidades humanas mais imediatas. São empobrecidos pela reificação da condição de gênero. Em função disso também, as possibilidades são limitadas por questões psicológica e de classe.

Como a compreensão da estrutura social é restrita, as relações das entrevistadas com as políticas sociais são verticais e assumidas como naturais.

Sujeito e subjetividade

No item que investiga aspectos da subjetividade e da caracterização do sujeito temos que a *identidade* com o trabalho é o modo de revelar valores, de se fazer existir, dentro de um processo social. A existência dessas mulheres, no entanto, é uma existência para o outro, não uma existência para si mesma.

A conclusão a que chegamos, com base nos objetivos que tracejamos e os movimentos observados nas categorias de análise, é que:

- a) A vivência do trabalho cria vínculos com o sujeito, não pelo resultado de seu trabalho, o produto, mas pelo resultado da venda da força de trabalho, o salário. Como nossas entrevistadas não compreendem a distância que se interpõe entre elas e a riqueza gerada pelo seu trabalho, elas vivem numa relação alienada que não as retira da condição indigna de vida em que se encontram. Assim, o movimento que citamos ao trabalho, entre a alienação e a não alienação, aproxima as muito do trabalho alienado, posto que elas não resistem ao sistema da forma como ele é estruturado.
- b) A consciência que faz seu movimento do em si ao para si pode ser considerada do seguinte modo: verifica-se uma consciência em si quando

elas guardam sentimentos em relação a sua condição social. Reconhecem que precisam de uma vida digna, mas essa vida digna ainda não se fez. Assim, ela evolui para uma consciência de si, ou seja, de que pertencem a uma classe, de que essa classe é explorada, de que a desigualdade social as aviltam, de que a condição de mulher lhes cria um encilhamento. Mas não conseguem usar essa consciência para si, de tal modo que reivindicuem um lugar mais justo, mais equânime dentro da estrutura social. Elas ainda não conquistaram uma consciência para o uso delas mesmas, para o exercício pelo de suas capacidades, o que explica dificuldade que elas têm de sonhar, de planejar, de não abnegar tempo a cuidarem de si mesmas.

- c) Nas relações de gênero, a naturalização do lugar de cuidadoras, de verticalização dentro do espaço familiar ainda confirmam uma relação opressiva e desigual, seja pela prisão do casamento monogâmico, seja pela sina da maternidade.
- d) E no que se refere ao desenvolvimento humano, como consequência de toda a cadeia de relações no interior do capitalismo, a dificuldade de se educar, de refinar impõe os limites que criam o círculo vicioso de opressão e desigualdade, particularmente nas relações de gênero, mas de modo geral nas relações de classe - posto também que uma é consequência direta da outra.

Desta feita, o que temos a dizer é que uma relação emancipada de gênero é aquela que reconhece a estrutura social, tal qual ela é; que faça avançar a consciência no sentido de fazer emergir um sujeito não sujeitado às amarradas do sistema, um sujeito não tutelado. Do que nós podemos perceber, as questões psicológicas postas na mesa, a partir dos relatos dessas mulheres, se desdobram também em questões políticas, em

escancarar as questões de classe implicadas nas diferenças de gênero. E há dois movimentos necessários para isso. Um que coloca o sujeito em cena, ou seja, que faça revelar um ser humano dotado de desejos, de afeto, de sexualidade, de criatividade, enfim, de potencialidade humana, não a serviço do social, mas a serviço de si mesmo. Portanto é necessário cuidar de um sujeito psicológico. O outro movimento é o social, na mesma medida de importância que o primeiro. É o reconhecimento de que o ser humano é um ser de relações, de que essas relações são fundamentais para a sua existência, inclusive como sujeito psicológico. De que, em função dessa relação social necessária, as conseqüências do sujeito psicológico são sujeitos históricos, sujeitos constituídos na ordem da história e na ordem do social - e uma clara manifestação disso é a ordem social capitalista vigente. Assim, a questão da superação das questões de gênero que se colocam hoje estão na tentativa de fazer emergir um sujeito psicológico (sujeito em sua plena potencialidade humana) amplamente integrado com um sujeito histórico (sujeito de uma relação social necessária).

Oxalá, nossa tarefa (de psicólogos, educadores, e militantes) é árdua e demorada...

Referências

- Arantes, P. E. (1999). Hegel, Vida e Obra in: *Hegel* (Coleção "Os Pensadores"). São Paulo: Nova Cultural,
- Bendassolli, P. F. (2002). A psicologia revisita da pela pragmática: Subjetividade, Conhecimento e Método. **Psicologia: reflexão e crítica**, 15(2), pp. 309-319.
- Beckman, M. V. R. (2007). *Crianças pré-escolares e prisão paterna: percepção de familiares*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Blackburn, S. (1997). *Dicionário de Oxford de Filosofia*. RJ: Jorge Zahar
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. SP: artmed
- Carvalho, M.M. M. J. (1995). *Orientação Profissional em Grupo*. SP: Editorial Psy II.
- CFP (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. DF: Conselho federal de psicologia.
- Conselho Nacional de Saúde (2006). Resolução 196/96. Pesquisa com seres humanos.
- Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. Dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos.
- Costa, A. (2005). *Psicólogo na escola: avaliação do projeto "Vôo da Águia"*. Dissertação de Mestrado. Campinas: PUCCamp.
- Cowan, P. A., Cowan, C. P. & Schulz, M. S. (1996). Thinking about risk and a resilience in families. In E. M. Hetherington & E. A. Blechman (Eds.), *Stress, coping and a resiliency in children and families* (pp. 1-38). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Cowen, E. L. (1997). On the semantics and operations of primary prevention and wellness enhancement. *American Journal of Community Psychology*, 25(2), 245-255.
- Cyrułnik, B. (2002). *Los patitos feos, la resiliência: Una infancia infeliz no determina la vida*. Barcelona: Gedisa.
- Dejours, C. (1988). *A loucura do trabalho : estudo de psicopatologia do trabalho*. trad. de Ana Isabel Paraguay e Lucia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (1998) Entering the field of qualitative research in: Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (ed.), *Strategies of qualitative inquiry* (pp. 1-34). London: SAGE.

- Dias, C. S. (2008). *Educação Não-Formal e Emancipação Humana sob o olhar da Psicologia*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
- DIEESE/SEADE. (2008) Pesquisa de Emprego e Desemprego. Março de 2008. SP: DIEESE/SEADE.
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. RJ: Jorga Zahar editores
- Engels, F.(2004/1876). O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Antunes, R. (org.) *A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular.
- Engels, F. e Marx, K. (1993). *A ideologia alemã*. SP: Hucitec.
- Engle, P. L., Castle, S. & Menon, P. (1996). Child development: Vulnerability and resilience. *Social Science Medicine*, 43(5), 621-635.
- Estramiana, J. L. A. (1998) *Desempleo y Bienestar psicologico*. Mexico:Siglo Vinteuno.
- Euzébios Filho, A. (2007). Consciência, Ideologia e Pobreza: sociabilidade humana e desigualdade social. Dissertação de Mestrado. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Faria, L.R.P. (2003). *Em tempo de globalização: a Representação Social de Emprego, Trabalho e Profissão em Adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Puccamp
- Farr, R. (1998). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Feitosa, R. S. (2004).. *Educação popular e emancipação humana: matrizes históricas e conceituais na busca pelo reino da liberdade - UFPB - UFAM, REUNIÃO ANPED, GT EDUCACAO POPULAR*, mimeo.
- Figueiredo, L. C. M. (1991). *Matrizes do Pensamento Psicológico*. Petrópolis: Vozes.
- Finelli, R. (2006) *As contradições da subjetividade: Americanismo e fordismo em Antônio Gramsci*, in: <http://textos-gramsci> e o brasil. Acesso em abril de 2006.
- Fleck, A. C. & Wagner, A. (2003).A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, num. esp., p. 31-38.
- Furtado, O. e Gonzalez Rey, F. (orgs.) (2002). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- GARCIA, N. M. ; YUNES, M. A. M. . Resiliência Familiar: Baixa Renda e Monoparentalidade. In: Debora Dalbosco Dell'Aglio; Sílvia Helena Koller; Maria Angela Mattar Yunes. (Org.). *Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco à Proteção*. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2006, v. 1, p. 118-140.
- Goldston, S. E. (1980). Defining primary prevention. Em G. W. Albee & J. M. Joffe (Orgs.), *The issues: an overview of primary prevention* (pp. 18-23). Hanover: University Press.
- Gonzalez-Rey, F. (1997). La categoría "personalidad": su significación para la psicología social. *Psicologia Revista* São Paulo, (4) maio, pp. 37-53.
- Gonzalez Rey, F. (2002), La subjetividad: su significación para la ciência psicológica in: Furtado, O. e Gonzalez Rey. *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria socio-histórica e a teoria das representações sociais*. SP: Casa do psicólogo.
- Gonzalez-Rey, F. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson
- Gonzalez Rey, F. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social*. Petrópolis: vozes.
- Gonzalez Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson.
- Guatarri, F. e Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Guimarães, N. A(2001) Laboriosas mas reduntantes; gênero e mobilidade no trabalho no Brasil do 90. In: *Estudos Feministas*., 2001, vol.9, no.1, p.82-102
- _____ (2004) Gênero e Trabalho. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto
- Guzzo,R (2006) *Relato Sucinto dos períodos anteriores*, mimeo.
- Habermas, J. (1987). *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro : Guanabara.
- IBGE (2000).Censo demográfico. Acesso em 20/05/2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?350950&r=1>
- Kahale, E. M. S. P. (org)(2002) *A diversidade da psicologia*. São Paulo: Cortez.
- Kilimnik. Z. M. (1998) Trabalhar em Tempos de "fim dos empregos": mudanças na trajetória de carreira de profissionais de recursos humanos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 18(2), 34-45.

- Koch, S. (1992) The nature and limits of psychological knowledge: lessons of a century of a "science". In: KOCH, S; LEARY, d. *A Century of Psychology as a Science*. Washington D.C.: American Psychological Association.
- Koller, S. H. & Polleto, M (2006). Resiliência; uma perspectiva conceitual. In: Dell'Áglio, Koller, S. H. e Yunes, M. A. M. *Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco à Proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Koller, S. H. & Poletto, M. (2006). Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica. p. 19-44 In: Debora Dalbosco Dell'Áglio; Sílvia Helena Koller; Maria Angela Mattar Yunes. (Org.). *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco a proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora.
- Lacerda Jr. F. e Guzzo, R.S.L. (2005). Prevenção Primária: análise do movimento e possibilidades para o Brasil. In: *Interação em Psicologia*, 2005, 9(2). p. 239-249.
- Lessa, S. A. (2002) Marxismo, ética e política revolucionária. In: *Crítica Marxista*, nº 14, 109-115.
- Lessa, S.A. (2007). *Para compreender a ontologia de Lukács*. Ijuí: Editora Unijuí
- Lane, S. T. M. e Codo, W. (orgs.). (1992). *Psicologia Social : O Homem em Movimento*. São Paulo : Brasiliense,
- Lukács, G. (1979). *A ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. SP: Livraria Editora Ciências Humanas.
- Mance, A. E. (1998). *O Capitalismo Atual e a Produção da Subjetividade* in: www.milênio.com.br/mance/subjetividade.htm. Acesso em Abril de 2006.
- Marx, K. (1984) *O Capital*, Livro 1, Vol.1. Coleção Os Economistas. SP: Abril Cultural
- ____ (1984) *O Capital*, Livro 1, Vol.1. Tomo 2. Coleção Os Economistas. SP: Abril Cultural
- ____ (1987) *O Capital*. Livro 4, Vol.1 (Teorias da Mais-Valia). Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- ____ (2005) *Manuscritos econômicos filosóficos*. SP Martin Claret
- Mello, S. L. (1994). Pensando o Cotidiano em Ciências Sociais: Identidade e Trabalho. In: Cadernos CERU nro 05 série 2.
- Morais, N. A. & Koller, S. H. (2004). Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: Ênfase na saúde. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil* (pp. 91-107). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moraes, M. C. L & Rabinovich, E. P (1996). Resiliência: Uma Discussão introdutória. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. 6(1/2). 70-75.
- Moura, P. C. (1998). *A Crise do Emprego: Uma Visão de Economia*. São Paulo: Mauad.

- Nogueira, C. M (2006). *O Trabalho Duplicado: A Divisão Sexual no Trabalho e na Reprodução: Um Estudo das Trabalhadoras do Telemarketing*. SP : Expressão Popular.
- Paulani, L. M (2006). Quando a esperança vence o medo. In: *Critica Marxista*, Campinas. nº19, 11-26
- Paulilo, M. I. S. (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril
- PESCE, Renata P., ASSIS, Simone G, SANTOS, Nilton et al. Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2004, vol. 20, no. 2 [citado 2006-11-04], pp. 135-143. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000200006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-3772. doi: 10.1590/S0102-37722004000200006
- Prefeitura Municipal de Campinas (2004). *Mapa de inclusão/ exclusão social da cidade de Campinas*, Prefeitura de Campinas: Secretaria de Assistência Social.
- Rutter, , m. (1987). Psychosocial resilience and protetive mechanisms. *American journal of Orthopsychiatry*, (57), 316-331
- Sant'Ana, I. M. (2008). *Projeto Politico-Pedagógico, Trabalho Docente e Emancipação: a relação psicólogo-professor em processo de construção*. Tese de Doutorado. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Scott.Joan.(1990). "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v, 16, n. 2, p. 5-22, 1990.
- Semenaro, G. (1999). Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. *Educação e Sociedade*, ano xx, abril/99, nº 66.
- Séve, L. (1980). *Marxismo e a teoria da personalidade*. Volume 1. Lisboa: Horizonte
- Séve, L. (1980). *Marxismo e a teoria da personalidade*. Volume 2. Lisboa: Horizonte
- Séve, L. (1980). *Marxismo e a teoria da personalidade*. Volume 3. Lisboa: Horizonte.
- Tittoni, J. (1994). *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre: Ortiz.
- Toledo, C. (2005). *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2ª. Edição. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann.
- Tonet, I. (2005). *Educação, cidadania e emancipação humana*. RS: UNIJUI.
- Triviños, A. N. S. (1987). Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: A. N. S. Triviños (Ed.). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação* (pp.30-79). São Paulo: Atlas.

- Trombeta, L. H. A. P. & Guzzo, R. S. L. (2002). *Enfrentando o cotidiano adverso: estudos sobre resiliência em adolescentes*. Campinas: Alínea.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- YUNES, Maria Angela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicol. estud.* [online]. 2003, vol. 8, no. spe [citado 2006-11-04], pp. 75-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-7372. doi: 10.1590/S1413-73722003000300010.
- Weber, Mara Aparecida Lissarassa (2005). *Violência doméstica e rede de proteção: Dificuldades, responsabilidades e compromissos*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Puccamp.

Anexo I - Termo de consentimento para os Participantes

Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, RG n° _____, por meio deste termo declaro que aceito participar voluntariamente da pesquisa "*Subjetividade e Trabalho: fator de risco ou proteção?*", empreendida pelo psicólogo Ms. Luiz Roberto Paiva de Faria e sua orientadora, Prof.a. Dr.a. Raquel Sousa Lobo Guzzo, com o objetivo de avaliar o impacto do trabalho no desenvolvimento da trabalhadora e o de sua família. Também por este termo, estou consentindo o uso de todas as informações por mim fornecidas para a análise dos dados, bem como sua divulgação, sob a garantia de que os dados que tratam sobre a minha vida privada serão mantidos em segredo, e que os demais dados poderão ser divulgados em meio científico.

Estou ciente de que a minha participação é livre e sem ônus, podendo ser rompida a qualquer tempo, sem qualquer prejuízo para mim.

Declaro que recebi as instruções necessárias do pesquisador, inclusive a do uso estrito para fins acadêmicos e científicos, e que a pesquisa não me causou constrangimento.

E por tudo que foi declarado, em nome da verdade, assino abaixo o termo, que segue em duas vias de igual teor:

Campinas, _____ de _____ de 2007.

Contato com a equipe de pesquisadores:

Luiz Roberto Paiva de Faria - Pesquisador Responsável
PUCCamp - (19) 3729-6892 Fax (19) 3729-6891

Raquel Souza Lobo Guzzo
PUCCamp - (19) 3729-6892 Fax (19) 3729-6891

Comitê de Ética em Pesquisas da PUCCamp
PUCCamp - (19) 3729-8303

Anexo II - Perguntas orientadoras do método. Definições dos eixos e dimensões ao final da tabela.

Eixo		Perguntas
	<i>Dimensões</i>	
Trabalho		
	Significado	O que é trabalho pra você?
	Sentido	Como ele te ajuda a ser o que você é?
	História	Qual foi o seu primeiro trabalho?
		O que você fazia nele?
		Como você conseguiu este trabalho?
		Que outros trabalhos você já realizou?
		Quais os trabalhos tiveram importância pra você? Por que?
		Como eram os ambientes de trabalho?
		Como era a relação com os colegas? Por que?
		Como eram feitos os trabalhos? Quem decidia como eles deveriam ser feitos?
		Como você achava que o trabalho deveria ser feito?
		Você já achou que o trabalho poderia ser diferente? Como seria
	Conjuntura	Você já ficou desempregada?
		Você conhece alguém desempregado?
		O que você sentiu ao não ter trabalho?
		Porque existe desemprego?
		Porque existe gente que tem muito dinheiro?
		De onde vem tanto dinheiro?
Sujeito/subjetividade		
	Identidade	Como você se apresentaria a partir do trabalho que realiza? Ou seja, quem é você a partir do que você faz?
		O que você gostaria de ser?
		E em que condições você gostaria de realizar este trabalho?
		O que você acha que este trabalho desejado mudaria nas suas relações pessoais?
		E o trabalho atual? Como você acha que o trabalho atual influencia as suas relações mais queridas?
	Perspectiva	Você tem projetos profissionais? Sonhos, etc.?
		Quais são?
		O que tem feito para realizá-los?
		O que acha que pode mudar na sua vida ao alcançar estes objetivos?

Consciência/conscientização		
	Indicadores e elementos	A relação entre o seu ganho e o de seus patrões é uma relação justa? Por que?
		Você gostaria de ser patrão? Por quê?
		Como você seria, sendo patrão?
		Quem se beneficia do seu trabalho?
Fatores de Risco		
	Elementos de "sacrifício"	Você já sentiu-se triste com sua condição social? Com quem exatamente?
		Você já sentiu-se injustiçada, ou excluída socialmente por causa da condição de empregada? Como foi?
		O seu trabalho te serve para ganhar salário. Mas o seu trabalho te atrapalha?
		O seu trabalho te causa algum desconforto físico? Qual e por quê?
		O seu trabalho te causa algum mal estar afetivo (tensão, chateação, tristeza)? Qual e por quê?
		O seu trabalho te causa algum sacrifício? Qual é?
	Relação com a família	O seu trabalho te "rouba" da família?
		Quais são as queixas (se elas existirem) sobre o fato de você se ausentar para trabalhar?
		Você tem quem te "substitua" nas necessidades dos filhos? Como você se sente em relação a isso?
		Você acha a sua presença necessária?
		Sua relação com os filhos muda em função da ausência para o trabalho?
		Como você acha que os filhos devem ser criados?
	Relação com projeto de vida	Como o trabalho influencia a vida dos seus filhos?
	Limites e possibilidades materiais	O seu trabalho possibilita você a atender todas as suas necessidades materiais?
		O seu trabalho possibilita ao seu patrão atender a todas as necessidades materiais dele?
		Como você poderia, com o seu trabalho, atender a todas as suas necessidades Materiais?

Definições dos eixos e dimensões;

A) Trabalho – procura se definir os conceitos e os impactos do trabalho através das seguintes dimensões:

- 1 – Significado – qual o conceito de trabalho para o respondente a partir de sua experiência concreta.
- 2- Sentido – qual o impacto do trabalho na vida do respondente
- 3 – História – qual o desenvolvimento da formação deste conceito na vida do respondente.

B) Sujeito/ subjetividade – Qual o grau de impacto do trabalho no seu autoconceito através das seguintes dimensões:

- 1- Identidade – Como ele se vê e o quanto é elemento vital o trabalho para o respondente. Ou seja, o quanto que o trabalho contribui para ele ser aquilo que ele é.
- 2 – Perspectiva – O quanto que o trabalho contribui para ele ser aquilo que ele deseja ser.

C) Consciência/ Conscientização – Grau de conhecimento da estrutura social do trabalho e sua posição dentro dela, através da seguinte dimensão:

- 1- indicadores/elementos – Reconhecimento dos elementos da estrutura social do trabalho através da posição no processo de trabalho, da relação de classes e da mais-valia.

D) Fatores de Risco/Proteção – Elementos de desenvolvimento em relação ao trabalho, em dois sentidos; pessoal e social. Identificados pelas seguintes dimensões:

- 1- Elementos de Sacrifício: indicando o reconhecimento de uma relação desigual na estrutura social do trabalho.
- 2- Relação com a família: indicando os fatores que impactam o desenvolvimento dos filhos, através de valores sociais, afetivos e materiais.
- 3- Relação com projetos de vida: indicando o impacto que o trabalho tem na formação da identidade ocupacional dos filhos
- 4- Limites e possibilidades materiais – Indicando a relação entre o trabalho e os seus objetivos (obtenção de realização pessoal e material).

Anexo III - Entrevistas feitas

Fase II

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 1 - significado	Pergunta 1 - o que é trabalho pra você?
Participante 1		Eu acho que a pessoa trabalhando ela se sente útil, é valorizada, pq a mãe que não trabalha fora não tem valor dentro de casa não. O marido também você acha que é meio corpo mole. Eu acho que trabalhar é muito importante, principalmente financeiramente, né? Pq a gente é de uma classe pobre, precisa de ter uma ajuda financeira evc ficar vivendo so daquele salário não dá...
Participante 2		Olha o trabalho pra mim é tudo. [e o que significa pra senhora esse tudo, dona j?] tudo porque a gente tem o dinheiro, a gente pode comprar as coisas que nos que, (INAUDIVEL) não pode deixar faltar as coisas. Quando não tem o trabalho falta o arroz feijão mistura, falta tudo. Não é professor? Né não M?
Participante 3		é independência não é... pra gente ter independência pra não precisar de ninguém
Participante 4		Trabalho é o sustento né?
Participante 5		Trabalho é ter que trabalhá pra sustentá os meus filhos.
Participante 6		É uma coisa muito boa, porque agora eu estou desempregada há muito tempo, eu tenho depressão. Eu me tranco em casa, eu sempre trabalhei, eu sempre fui lutadora, né... e minha vida mudou muito porque eu to desempregada. E mudou pra pior, né?
Participante 7		É bom ter trabalho, né... pra ter as coisas pros nossos filhos, pra gente pode viver...

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 2 - sentido	Como ele te ajuda a ser o que você é?
Participante 1		Eu no momento infelizmente eu to uma morta viva mas eu já fui de levantar de madrugada pra ir trabalhar... ter força de vontade.. hoje não, eu to parado.
Participante 2		inaudível
Participante 3		o trabalho é vida, é libertação pra gente não é mesmo? Pode ajudar a gente a pagar uma dívida, pagar um calçado comprar um perfume. é vida
Participante 4		Ele é bom pra te ajudar profissionalmente, né... pra vocẽ e cresce, a gente cresce...você conhece novas pessoas né... você vai precisar das coisas, né... é para o seu sustento também...
Participante 5		Eu concordo com ela...
Participante 6		Ajuda muito, né... ajuda assim até na autoestima da pessoa né...porque eu tiro por mim. Eu quando trabalhava eu pesava 68 quilos e hoje eu peso 120 kilos. Eu engordei. E me ajuda muito, até na autoestima, assim. Me ajuda muito dentro de casa, assim... parte de alimentação , né? Na parte de filhos, né, porque pelo menos hoje os filhos pedem alguma coisa pra gente e a gente não tem condições de dá... porque a gente só pode dar alguma coisa pros filhos se a gente tem trabalho. Como vc pode dar alguma coisa pros filhos se a gente não tem trabalho, desempregada, não tem como...
Participante 7		É importante por que... É uma dona de casa, eu sou. Uma dona de casa, dona de lar, eu sempre fui, né?

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 3 - História	Qual foi o seu primeiro trabalho?
Participante 1		Meu primeiro trabalho foi em 81 em uma loja chamada borboleta. Trabalhei de balconista.
Participante 2		Olha professor eu trabalhei em tudo, trabalhei de domestica, trabalhei de monitora trabalhei numa pá de coisa
Participante 3		O meu primeiro trabalho foi de babá. Eu tomava conta de três criancinhas e tinha 13 anos. Depois eu casei e fui trabalhar em 92 de garçõnete
Participante 4		A minha foi na casa da minha vó trabalhando de limpeza. E passei roupa também...
Participante 5		o meu foi com um amigo do meu pai cuidando de um bebê...
Participante 6		Ah... foi muito bom, viu? O meu primeiro trabalho foi muito bom viu, foi numa loja de chocolate e eu gostei muito.
Participante 7		Doméstica

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 3 - História	O que fazia nele?
Participante 1		Era vendedora. Comecei a trabalhar nova porque a minha mãe faleceu eu tinha 13 anos e acabei vindo embora pra campinas e entrei no ramo
Participante 2		O primeiro foi domestica, o segundo foi monitora [e o de domestica o que a senhora fazia?] Era cozinhar, lavar e passar, tudo.
Participante 3		Não respondeu
Participante 4		Eu era domestica, né... limpava, lavava roupa... depois fazia o almoço.
Participante 5		Eu cuidava da criança e levava pra escola. [e fazia serviço de casa também?] Não...
Participante 6		Eu era faxineira... fazia faxina na loja.
Participante 7		Eu limpava...

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 3 - História	Como você conseguiu este trabalho?
Participante 1		Eu fui passeando no shopping, logo que eu cheguei, eu vi a plaquinha lá, conversei com a proprietária e ela me contratou
Participante 2		As minhas colegas indicou, eu fui atrás e consegui
Participante 3		Através de vizinho. Me avisar que estavam precisando, fui la e arrumei, fiquei um ano e seis meses
Participante 4		Ela falou que tava precisando e perguntou se eu não queria, né...
Participante 5		Inaudível.
Participante 6		Foi através de uma amiga minha. Ela saiu e eu entrei no lugar dela.
Participante 7		Através de uma pessoa que trabalhava já. [foi aqui em campinas?] foi... [algum outro trabalho?] não porque o meu marido não deixava... eu trabalhei quando solteira.

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 3 - História	Quais os trabalhos que tiveram importância pra você? Por que?
Participante 1		Eu acho que foi o meu penúltimo emprego porque eu trabalhei na casa regência e lá eu cresci, lá de vendedora eu virei encarregada, subi de posto e ganhava muito bem, pude ajudar meu pai, minha irmã, eu acho que foi o penultimo
Participante 2		Esse de quinze anos, trabalhei registrada, pra mim foi o que marcou a minha vida até hoje
Participante 3		o que mais marcou pra mim foi o de garçone. [o que tinha de importante nesse trabalho] esse trabalho foi muito bom, patrão bom, a amizade muito boa. Tudo de bom.
Participante 4		[este trabalho teve importância pra senhora?] teve... eu ganhava muita coisa da minha patroa. Porque quando ela comprava alguma coisa pro filho dela, ela comprava pro meu também, quando (inaudível) pro meu também...
Participante 5		[você já teve outros trabalhos, certo?] já... trabalhei numa lanchonete... O da lanchonete... porque na lanchonete você conhece pessoas... você aprende, né... a conviver com outras pessoas. Agora na casa da minha vó você só limpava, limpava...
Participante 6		Não teve outro trabalho
Participante 7		Foi nessa loja aí, que eu gostei muito. [comia os chocolates ou não (risos)?] bastante (risos)... porque tinha direito, né... mas não por causa de comer chocolate, mas porque era um emprego assim, tranquilo né... era uma loja assim, que não era uma loja brasileira, né... eu tinha ticket alimentação, tinha conta no banco... eu tinha uma vida! Apesar de não ser uma loja brasileira mas EU tinha uma vida!!!

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 3 - história	Como eram os ambientes de trabalho?
Participante 1		A era ótimo, né... ambiente de primeiro mundo, nos é que vivemos esse ambiente aqui e dentro de casa; é briga dentro de casa é briga aqui na rua; mas não, o pessoal do shopping, o dono da loja é tudo muito gente fina, assim, muito unido, dava muito valor a gente, a gente era muito bem tratado, faziam questão que a gente tivesse convenio medico e foi um lugar muito bom de a gente ter trabalhado
Participante 2		Olha professor, os meus primeiro patrão foi muito bom, trabalhaei em casa de família vinte anos e tudo foi bom, meus primeiro patrão foi tudo pra mim
Participante 3		Meu primeiro trabalho foi bom, eu tinha traze anos (inaudível). A minha primeira patroa era médica e era o mesmo que uma filha pra eles. Até arrumar um marido. Botarm a policia atrás de mim pra pegar o meu marido porque ele era mais velho que eu; ele tinha dezenove e eu tinha treze anos. Pegaram e eu casei, e morei com ele dezesseis anos.
Participante 4		era legal trabalhar nessa casa?] era apartamento... depois eu trabalhei numa casa era no cambuí, não era... era sim... era uma casa muito enorme, era uma mansão até. Só que eu não agüentei o tranco e pedi a conta.
Participante 5		<i>Não perguntei</i>
Participante 6		<i>Não perguntei</i>
Participante 7		<i>Não perguntei</i>

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 3 -	Como eram feitos os trabalhos? Quem decidia como eles deveriam ser feitos?
Participante 1		A não sempre fui subordinada, tinha gerente subgerente, diretores, a gente era uma classe mais baixa naquele local de trabalho. Mas o meu penultimo emprego foi muito bom na minha vida
Participante 2		Era eu e a patroa. Eu perguntava pra ela: o que a sonhora quer almoçar hoje?" e ela respondia: o que vc fizer está bom.
Participante 3		Meu patrão. Meu patrão que falava o que tinha que fazer, limpar mesa, essas coisas.. é que eu fazia também uns trabalhos gerais, eu tinha que cozinhar, eu tinha que servir, fazer pagamento no banco, tinha que fazer pagamento nos compradores era serviço geral e ficava tudo na minha mão.
Participante 4		Era a patroa, né, mas eu tinha opção...
Participante 5		Não porque assim.. ela tava grávida, então ela mais ficava sentada...só falando o que tinha que fazer assim, mas depois que ela ganhou neném e tudo aí ela ajudava. Ela!.. porque ela era dona também...
Participante 6		Era o pai das criança... ele decidia tudo. O que era pra fazer o que não era...
Participante 7		Ah, tinha uma gerente mas eu ficava à vontade. Eu sabia o que eu tinha que fazer, sabia da minha obrigação. Pra ser sincera elas nunca chegaram assim pra dizer o que fazer. Só no primeiro dia que ela chegou e falou, vc tem que fazer isso, aquilo e aquilo. Depois eu fui em frente. Depois disso eu nunca recebi uma reclamação. So quando chegava alguma coisa, assim, alguma novidade que algum coordenador da loja ia lá passava, que era pra ser feito, ela falava pra mim, porque sobre assim, orientação sobre a loja eu recebi nos primeiros dias, quando eu cheguei lá. Depois eu fui fazendo do meu jeito mesmo e eles foram gostando porque eu nunca recebi reclamação.

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 3 -	Como você achava que eles deveriam ser feitos?
Participante 1		<i>Não perguntei</i>
Participante 2		<i>Não perguntei</i>
Participante 3		<i>Não perguntei</i>
Participante 4		Achava... era a vontade, né, porque eram pessoas simples
Participante 5		[você tinha algum nível de decisão sobre o que tinha que ser feito?] quando ela não estava lá, né... aí eu fazia
Participante 6		<i>Não perguntei</i>
Participante 7		Ah, tinha uma gerente mas eu ficava à vontade. Eu sabia o que eu tinha que fazer, sabia da minha obrigação. Pra ser sincera elas nunca chegaram assim pra dizer o que fazer. Só no primeiro dia que ela chegou e falou, vc tem que fazer isso, aquilo e aquilo. Depois eu fui em frente. Depois disso eu nunca recebi uma reclamação. So quando chegava alguma coisa, assim, alguma novidade que algum coordenador da loja ia lá passava, que era pra ser feito, ela falava pra mim, porque sobre assim, orientação sobre a loja eu recebi nos primeiros dias, quando eu cheguei lá. Depois eu fui fazendo do meu jeito mesmo e eles foram gostando porque eu nunca recebi reclamação.

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 3 -	Você já achou que poderia ser diferente? Como ele seria então?
Participante 1		A gente sempre pensa em fazer melhor em melhorar mas na medida do possível, eu sou meia perfeccionista e sempre acha que tem que melhorar, tem que ser mais bem feito. Quem faz as coisas pra mim não consegue me agradar muito porque eu acho que pode fazer melhor { e vc chegou já a bater de frente com um patrão pq vc achava que podia fazer de um jeito e ele de outro?] não com patrão não. Eu estou me referindo assim na minha vida pessoal, de casa. Com patrão não, vc fica seguindo ordens mas vc consegue colocar, né, eu acho que poderia fazer vitrine também, eu acho que poderia fazer assim assado.
Participante 2		Era a mesma coisa também. A gente se importava em fazer direitinho. Pra agradar mais o patrão, né?
Participante 3		Eu fazia o que estava estipulado por ele, eu dava de tudo pra fazer direitinho pra fazer certinho pra não ter reclamação.
Participante 4		Não. Era de acordo
Participante 5		Não... pra mim estava bom...
Participante 6		Pra mim também...
Participante 7		Ah... poderia. Acho que poderia. Ah... assim, por exemplo... naquela época, assim, eu não tinha muita oportunidade de estudar. E o estudo vale tudo na vida da pessoa. Meu pai, naquela época, a gente não tinha condições, as condições que tem hoje, naquela época não tinha. A gente não tinha um lápis, a gente não tinha um caderno. E eu sai muito cedo da escola pra trabalhar. Ao invés de eu ter sido uma faxineira eu poderia ter sido uma vendedora, mas eu não tive essas condições.

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 4 - conjuntura	Você já ficou desempregada?
Participante 1		Estou desempregada agora
Participante 2		Não perguntei
Participante 3		Não perguntei
Participante 4		Já fiquei também... depois que eu casei não precisei trabalhar mas agora eu estou viúva né?...
Participante 5		Estamos desempregadas..
Participante 6		é... estamos
Participante 7		Estou desempregada há cinco anos.

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 4 - conjuntura	Você conhece alguém desempregado?
Participante 1		99% de quem eu conheço ta.
Participante 2		Meu deus, o bairro inteiro, professor.
Participante 3		Eu também, muita gente desempregada
Participante 4		Vizinhos meus lá em casa. Um filho meu também...
Participante 5		<i>Deu uma afastada e deixou a outra responder..</i>
Participante 6		eu tenho as minhas irmãs...
Participante 7		Ah... conheço, viu. Minhas vizinhas, amigas... eu converso muito no ponto do ônibus, minhas amigas, assim... eu sempre pergunto, eu nunca vou desistir de procurar emprego. Bater na porta, assim, eu não vou mais porque eu já levei currículo e eu espero que eles liguem pra mim. Mas no ponto do ônibus, assim, com as minhas amigas, a gente conversa, eu nunca parei de procurar. Que hoje em dia assim, é através das amigas que vc consegue um trabalho so que está difícil.

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 4 - conjuntura	O que você(s) sente(m) ao não ter trabalho?
Participante 1		Péssima, eu acho que faz mal até pra mente. Eu tenho depressão. Eu acho que emprego é uma ocupação pro bem. Ele elvanta o seu astral, levanta o seu ego, eu acho que o trabalho engrandece a pesssoa
Participante 2		Oh professor, eu acho que o trabalho faz falta na nossa cabeça né? tira muita coisa da mente o trabalho é tudo na vida da gente.
Participante 3		O trabalho é tudo, é vida, a gente se sente mais independente, não é mesmo?
Participante 4		Eu me senti bem, porque os meus pais trabalhavam e eu não precisei trabalhar... mas é chato quando vc não ganha nada...
Participante 5		Eu me sinto mal, né... porque as vezes eu tenho que comprar alguma coisa... tenho que dar alguma coisa pro meu filho mas eu não tenho... mas eu corro atrás. Levo currículo tudo... faço entrevista...
Participante 6		Não perguntei
Participante 7		Não perguntei

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 4 - conjuntura	Por que existe desemprego?
Participante 1		São falta de oportunidades, é a classe social, uns tem emprego que ganha milhões outros tem emprego que ganha cem reais, eu acho que é desigualdade social. Pq se a gente tivesse num patamar aí que a gente pudesse mais ou menos um piso salarial, vamos supor pra gente aqui do nosso bairro, se a gente tivesse tendo chances, com certeza, todo mundo ia estar conseguindo fazer alguma coisa pra melhora a sua renda.
Participante 2		Por que muitas pessoas não conseguem funcionário. Porque não tem dinheiro pra pagar.
Participante 3		Falta de estudo também.
Participante 4		Por causa da confiança, né... hoje em dia todo mundo tem medo, por causa da confiança do patrão com o empregado.
Participante 5		Assim... no meu caso... como tem muita gente... como eu não tenho muito experiência tem gente que não pega sem você ter experiência naquilo, sabe?... tipo... eu vou num lugar... se você não tem experiência naquilo...se eu não tenho experiência na área então... sabe você tem que dar oportunidade, que ta faltando oportunidade..Eles pegam pessoas mais velhas porque... porque são mais velhos, tudo, e não dá oportunidades pra eles também...
Participante 6		[e você o que acha?] a mesma coisa dela...
Participante 7		Eu acho que faz parte, assim, do nosso governo, eles tinham que mandar mais emprego, né? [o problema é no governo...] é, porque, de primeiro, as coisas era mais fácil. Você saia de um emprego aqui e arrumava outro ali, pelo menos já aconteceu isso comigo. De primeiro o patrão que ia atrás de mim, não eu que ia atrás dele, entendeu? Eu lembro que quando eu fui faxineira no shopping, as pessoas via o meu trabalho, aqueles lojista lá, a gerente, eu sai do shopping, pra ir do piso pra ir trabalhar na loja de faxineira. Eles me convidavam. Eu pedia a conta nium, pedia acordo nium e ia pro outro. Aí o outro via eu limpando a loja, aí convidava eu pra loja dele. Eu ia dois dias numa loja, ai eu tinha que dividir, eu tinha que ser um monte, porque ai o outro porque o outro gostava, me convidava pra loja dele. Então já trabalhei em várias lojas no shopping, trabalhei na cibelle, de faxineira, passadeira, na coral gate, já trabalhei lá de faxineira, na pakalolo, numa loja que teve lá que era boriforchure, já trabalhei de faxineira. Então era, eu tinha que ser um monte porque eles gostavam do meu trabalho. Então um gerente passa pro outro. ‘eu to precisando de uma faxineira. Ah tem a minha lá, vai uma vez por semana, é muito boa’. Eu era bem encaminhada. Aí a gerente já gostava, já pedia que eu ia trabalhar na casa dela, aí foi encaminhando.

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 4 - conjuntura	Por que existe gente que tem muito dinheiro?
Participante 1		Nasceu virado pra lua. São pessoas assim que com certeza tem uma faculdade, tem um estudo, são pessoas esforçadas, são pessoas que lutaram pra ter aquilo ou perseverança, mas assim, eu acho que é desigualdade social, pouco com muito e muitos com pouco.
Participante 2		São pessoas que desde o começo da vida vem guardando. [pessoa que economiza?] é lógico!!!
Participante 3		Eu acho que são pessoas que começaram cedo, que sabe guardar, que sabe administrar o que tem. [mas vcs começaram cedo...] é mas a gente casou e o marido fala: ou o trabalho ou eu. E se tiver filho, pior. A gente vai fazer o que? A gente vai escolhê a casa, né... mesmo sabendo que isso vai custar a nossa liberdade, a nossa independencia. Ai a gente cuida dos filhos, cuida do marido, cuida da casa, e a gente não tem nenhum tipo de consideração. Nem pelo filho nem pelo marido, e é isso que acontece. A gente quer estar trabalhando, quer dar o melhor da gente, vem o marido e puxa o tapete.
Participante 4		Por causa da confiança, né... hoje em dia todo mundo tem medo, por causa da confiança do patrão com o empregado.
Participante 5		Muita gente porque roubam, né?...você vê... esse irmão do presidente, porque que tem muito dinheiro porque eles roubam da gente...
Participante 6		
Participante 7		Ó, tem uns que conseguem através do trabalho. Eu sei que não é fácil, assim... as pessoas tem muito dinheiro, assim, mas eu tiro por mim, porque eu já trabalhei em casa de família, gente muito rica, mas eles eram lutador, batalhador, eles fizeram uma formatura, né... era médicos, e eu acho que através do trabalho deles, eles conseguiram tudo na vida. Tem muito que sobe, se vê hoje em dia muito fraude aí, né... sobe na vida porque é, né... pega de um pega de outro, mas pelo menos eu já trabalhei em casa de família assim, muito rica, que eu mesma assim, não tinha porque explicar. Porque que eles é assim e eu não sou. Porque era através do trabalho deles que era um trabalho bom que ganhava bem. é que nem o medico. Porque que o medico tem um carro bom, uma casa boa? Por que? Porque ele presta mutio serviço. Cobra o tabalho particular. Então ele vai, né... entao através do serviço ele vai subindo. E o pobre, como não tem uma, hoje em dia o pobre não tem uma faculdade, é muito difícil né. É muito difícil chegar até uma faculdade, um pobre, hoje em dia. Então é.... né... porque o rico, ele tem, né, o pai as vezes tem uma condição boa, paga uma faculdade pra ele. E o pobre já não tem essa prioridade.

Eixo 1 - trabalho	Dimensão 4 - conjuntura	De onde vem tanto dinheiro?
Participante 1		Eu não sei a colocação certa da pergunta mas se for pro lado do bem, mas se for isso vem das multinacionais né? Que investem dinheiro no brasil, tem famílias riquíssimas famílias enormes que tem peso e do lado do mal o trafico no pais.
Participante 2		Eu não perguntei.
Participante 3		Eu não perguntei.
Participante 4		Por que trabalha né... muitos tem fazenda, tem sítio, tem chácara... muitos ganham em jogo.
Participante 5		Eu não perguntei.
Participante 6		Eu não perguntei.
Participante 7		Eu não perguntei.

Eixo 2 - consciência/conscientização	Dimensão 1 - indicadores e elementos	A relação entre o seu ganho e o de seus patrões é uma relação justa? Por quê?
Participante 1		Eu acho que não porque a empresa não anda sozinha sem o funcionário. Eu acho que o que deveria acontecer era ter a participação de lucro pros funcionários, porque esta todo mundo dando o sangue ali, o patrão ganhando milhões e o funcionário ganhando o salário mínimo. E sem o funcionário a empresa dele não anda
Participante 2		Não. Eu acho que tem que pagar mais um pouquinho mais pro empregado, né/ pro empregado ficar contente, ne
Participante 3		Eu também não acho justo não.
Participante 4		Ah patrão e empregado é empregado... [então a senhora acha uma relação justa?] é lógico... o patrão sempre me pagou direitinho, nunca me deixou em falta. E tem mais eu sempre ganhei... do patrão da patroa com que eu trabalhei.
Participante 5		Muitas vezes não, né... porque tem muito patrão que é muito folgado, né?... e a gente que ta lá trabalhando pra ele, a gente rala pra caramba e ele não reconhece o nosso esforço...
Participante 6		Não perguntei
Participante 7		Ah... é o que eu acabei de falar pra você. Porque o patrão sempre ganha um pouquinho mais. E o salarinho do empregado é bem poquinho, né. Porque, vamos supor, quando a gente entra numa casa pra trabalhar de domestica o patrão, ele paga o que, um salário mínimo pra um empregado. Tem casas que eu acho pouco, porque assim, as vezes você chega assim, aquela puta casona, dois andar, três andar, o patrão paga trezentos reais. Um salário mínimo pra empregada, né? Eu acho pouco, eu acho uma exploração. Ele poderia, ele tem um emprego bom, ele tinha que oferecer ao empregado um salário melhor, concorda comigo?

Eixo 2 - consciência/conscientização	Dimensão 1 - indicadores e elementos	Você gostaria de ser patroa? Por quê?
Participante 1		Acho que não. Porque tem as pessoas que nasceram pra poder mandar e outras pra ser mandadas e eu acho que eu não me incluo no pra mandar não. Não gostaria não. A menos que fosse pra vc, eu acho que eu sou meio exagerada em querer ajudar então eu acho que se eu tivesse um negocio próprio meio eu acho que eu ia falar muito rápido porque eu penso muito em ajudar o próximo, eu penso demais.
Participante 2		Eu acho que não. Eu divido o que é meu. O arroz eu dou, o feijão eu do, se tiver um graozinho eu divido.
Participante 3		Não, não... eu gosto mesmo é de dividir. Eu não gostaria de ser patroa não.
Participante 4		Eu sou dona de casa, então eu sou patroa.
Participante 5		Oh... se eu tivesse dinheiro! Porque eu poderia falar "tem que fazer isso, tem que fazer aquilo..." e ficar sem fazer nada.
Participante 6		<i>Não perguntei</i>
Participante 7		Ah, eu acho que eu não nasci pra isso. Acho que mesmo hoje, se eu conseguisse subir na vida, eu acho que eu não conseguiria mandar em alguém. Porque eu não sou aquela pessoa que gosta de mandar, eu sou aquela pessoa que gosta de arregaçar as manga e ir à luta.

Eixo 2 - consciência/conscientização	Dimensão 1 - indicadores e elementos	Como você seria, sendo patroa?
Participante 1		Eu não perguntei.
Participante 2		Eu não perguntei.
Participante 3		Eu não perguntei.
Participante 4		Eu não perguntei.
Participante 5		Eu seria uma boa patroa... eu seria bem compreensiva [o que é ser bem compreensiva/] entender o lado deles também, falar sei lá não sei o que lá...
Participante 6		Eu não perguntei.
Participante 7		Eu não perguntei.

Eixo 2 - consciência/conscientização	Dimensão 1 - indicadores e elementos	Quem se beneficia do seu trabalho?
Participante 1		Eu não perguntei.
Participante 2		Eu não perguntei.
Participante 3		Eu não perguntei.
Participante 4		Os meus filhos menores. E o mais velho também que ele mora quase junto né/...
Participante 5		Ah, o meu patrão...
Participante 6		Eu não perguntei.
Participante 7		Com o meu trabalho? Minha família. Meus filhos, né.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 1 - Sacrifícios	Você já se sentiu triste com a sua condição social? Com quem exatamente?
Participante 1		Não não... eu fico triste e incomodada quando eu sei assim que, meu deus, eu vou jogar aquilo fora, tanta gente está precisando, está faltando pra tanta gente. Mas eu graças a deus, não, não cheguei neste ponto não.
Participante 2		Eu já professor. As vezes eu não tenho dinheiro pra comprar um pão!
Participante 3		As vezes... [com o que?] vamos supor que chegue alguém na minha casa. Eu quero oferecer alguma coisa e não tenho pra dar. Eu fico triste.
Participante 4		Ah um pouco... ah assim... não tem explicação.
Participante 5		Já por causa do meu filho né... porque se ele precisa de uma coisa e eu não posso dar, então eu fico triste por isso
Participante 6		Eu também fico triste com uma coisa que eu não posso dar e eu também não tenho dinheiro...
Participante 7		Já... eu me sinto até hoje. Eu olho pra minha vida, eu não me conformo, porque eu não posso comprar uma roupa. A roupa que eu uso é ganhada, meu filho, ó. Eu tenho um filho de oito anos, que o chinelo dele quebrou, olha eu estou falando porque vc está perguntando... o chinelo dele quebrou o mês passado, e eu não comprei outro até agora. Porque eu não tenho condições. Porque de primeiro o que acontecia? Através do meu trabalho eu comprava uma roupa, agora hoje eu não compro mais. Eu uso roupa dos outros, é chato isso daí... as vezes eu começo a pensar na minha vida como era antes, e começo a comparar aí eu, as vezes, eu fumo, as vezes eu entro em depressão, eu não sou fumante, mas através do cigarro eu consigo... as vezes quando eu não fumo eu como. Sabe, então é por isso que hoje eu to assim... acabada, assim, sabe?

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 1 - Sacrifícios	Você já sentiu-se injustiçada ou excluída socialmente por causa da sua condição de empregada? Como foi?
Participante 1		Eu não sei se vc esta falando no sentido de preconceito, mas no ano de 98 eu fui trabalhar de domestica. Eu senti que existe preconceito. Olha eu sou formada, eu fiz magistério, e assim, nunca trabalhei nesse ramo, e eu fui trabalhar de domestica, vc vê que o preconceito existe
Participante 2		Ih, como e senti. Ate hoje...
Participante 3		Não, não senti não...
Participante 4		Não, não, não... não.
Participante 5		inaudível
Participante 6		inaudível
Participante 7		Ah, já, viu?... ah, é muito ruim porque vc ser uma pessoa discriminada, né... ah eu fico triste, né? [mas você não reagiu, né...] não eu não reagi.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 1 - Sacrifícios	O seu trabalho te serve para ganhar o salário. Mas o seu trabalho te atrapalha?
Participante 1		Ah varias vezes. Você queria fazer uma viagem e não podia por que tinha que trabalhar.
Participante 2		Eu sou a mesma coisa
Participante 3		Ah eu trocava os dias. Quando eu queria fazer alguma coisa eu trocava com elas
Participante 4		Não também
Participante 5		Atrapalha quando o meu filho fica doente e eu não posso ir aí fica complicado, né... é por causa do meu filho... [ai é uma condição doméstica que atrapalha o seu trabalho, mas o seu trabalho atrapalha alguma coisa na sua vida?] Nãoooo....
Participante 6		Não atrapalha nada...
Participante 7		Não, não me atrapalhava porque o meu trabalho eu ia feliz, vc vai feliz, acorda feliz. É como eu falei pra vc, no meu trabalho eu tive umas condições boas.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 1 - Sacrifícios	O seu trabalho te causa algum desconforto físico? Qual e por quê?
Participante 1		<i>Eu não perguntei.</i>
Participante 2		<i>Eu não perguntei.</i>
Participante 3		<i>Eu não perguntei.</i>
Participante 4		Não não também...
Participante 5		Não... nada não...
Participante 6		Também não...
Participante 7		Já... já causou vários problemas de saúde, por causa dos produtos de limpeza, hoje eu tenho bronquite, eu tenho alergia.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 1 - Sacrifícios	O seu trabalho te causa algum estar afetivo (tensão, chateação, tristeza...)? qual e por que?
Participante 1		Não nunca
Participante 2		Não professor, minha patroa era uma mãe pra mim.
Participante 3		Ah, estressada a gente vive todos os dias, mas no trabalho não, a gente leva numa boa.
Participante 4		Não também... por que eu gostava do meu serviço, né...
Participante 5		Ah, sempre tem, né? Isso aí sempre tem... [por causa do trabalho ou por causa das coisas que aconteceram no trabalho?...] por causa do trabalho [o que causa este desconforto?] tipo assim... chegava alguém na lanchonete, que não é a dona e fica falando, faz assim, faz assado...
Participante 6		<i>Eu não perguntei.</i>
Participante 7		Já... eu trabalhei numa casa que... só tem uma casa que eu trabalhei que eu não gostei, sabe... todos da casa era muito legal, menos a dona. Ela era repetina, qualquer coisinha ela estava falando as coisas...

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 1 - Sacrifícios	O seu trabalho te causa algum sacrifício? Qual é?
Participante 1		Quando eu fui trabalhar de domestica, quando eu comecei era em campinas era um ônibus só, depois ela mudou pra Paulínia, eram seis ônibus. E eu só continuei pelo amor ao nenezinho, porque assim, muito, eu gostava de mais do nenezinho.
Participante 2		Não, professor, eu trabalhava pertinho de casa! Eu ia de pé, não tinha problema.
Participante 3		Eu também trabalhava a pé ia a duas quadras da minha casa.
Participante 4		Não...
Participante 5		Não...
Participante 6		Também não...
Participante 7		Já sim... além de eu trabalhar o dia inteiro, ela queria que eu trabalhasse a noite no buffet dela. E eu achava isso, assim, uma exploração.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 2 - Relações familiares	O seu trabalho te "rouba" da família?
Participante 1		Ah sim... isso tudo citando no de domestica. Porque vc acaba se doando muito, então tinha uma festa pra vc ir, as vezes até da confusão em casa porque ai la vem o guilherme junto de novo. Minhas filhas começaram a ter ciúmes, meu marido também, pq vc acaba se entrega
Participante 2		<i>Eu não perguntei.</i>
Participante 3		<i>Eu não perguntei.</i>
Participante 4		Também não...
Participante 5		Do meu filho... do meu filho... quando eu estou trabalhando eu tenho que deixar ele... [qual que é a idade dele?] dois anos...
Participante 6		[e o seu?] um de quanto e um de cinco meses...
Participante 7		Roubava, porque eu não tinha tempo pros meus filhos. Porque pros meus filhos mais velhos praticamente quem foi a mãe deles foi a minha mãe.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 2 - Relações familiares	Quais são as queixas (se elas existirem) sobre o fato de você se ausentar para trabalhar?
Participante 1		Nossa, não vai ficar com a gente, vai trazer o guilherme de novo? E ele vinha ele dormia na minha cama era no meio meu e do meu marido.
Participante 2		<i>Eu não perguntei.</i>
Participante 3		<i>Eu não perguntei.</i>
Participante 4		Não...
Participante 5		Ah... meu filho chora...
Participante 6		O meu filho não reclama muito não... mas minha mãe reclama... ela fala que eu to largando meu filho...
Participante 7		Ah eu não estava presente no momento em que eles precisavam de mim, né...

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 2 - Relações familiares	Você tem quem te “substitua” nas necessidades dos filhos? Como você se sente em relação a isso?
Participante 1		Não... quando eu paro la em casa, quando eu caio, tudo para. Quando eu fico em cima de uma cama mesmo, se o meu marido não estiver bebendo, ele faz tudo em casa. Se ele estiver, fica a louça do almoço fica a louça da janta, fica a louça do café da manha.
Participante 2		Tenho... o núcleo... [e alguém quem vai o seu serviço - disse outra mãe] aí não... eu vou fazendo aos poquinho, quando eu to doente...
Participante 3		A minha filha solteira... ela me ajuda
Participante 4		Substitua... família que tem os meus filhos mais velhos...
Participante 5		Me ajuda?... tem o meu pai... meu pai, minha mãe... e tem o pai do meu filho agora, né?... [e como os seus filhos se sentem em relação à isso?] não ele não reclama não...
Participante 6		A minha mãe e meu pai... não eles não reclamam não. Eles chamam a minha mãe de mãe... [e o que você acha disso] eu falo pode chamar aí... eu falo' vai com a sua mãe, vai..... [mas ele sabe que você é mãe dela?] sabe... [e chama você de mãe também?] chama...
Participante 7		Não, não tenho. Não tenho mesmo.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 2 - Relações familiares	Você acha a sua presença necessária?
Participante 1		<i>Eu não perguntei.</i>
Participante 2		Nossa, demais professor. Demais.
Participante 3		Sim...
Participante 4		Me sinto bem... tenho que cuidar da minha saúde, que eu sou pobremática né...
Participante 5		Nossa! Super necessária... porque ele precisa de mim porque já não tem um pai né... porque se eu deixar meu filho ele vai ter o quê? Minha mãe e meu pai?... eu não quero isso, quero que ele cresça com a mãe dele, que eu tô lá pro que der e vier, né...na vida dele.
Participante 6		Acho por que eles não tem pai, né... então quem dá carinho quem dá atenção sou eu...
Participante 7		Acho necessária... porque eu acho que a mãe tem que estar presente 24 horas.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 2 - Relações familiares	Sua relação com os filhos muda em função da sua ausência para o trabalho?
Participante 1		Eu acho que a gente fica mais dada, sabe. Porque vc fica longe dos filhos e fica querendo compensar.
Participante 2		Muda não professor. Os filhos são os mesmos
Participante 3		Acho que eles gostam de ficar um pouco longe da gente, que eles podem fazer o que eles querem
Participante 4		Não não muda não...
Participante 5		Eu acho que eles tem que ficar dentro de casa, não tem que ir pra rua.. eu tento criar do meu jeito sabe? Mas meu pai, minha mãe, por eu morar na casa da minha mãe, minha mãe e meu pai criam ele de outro jeito. O meu pai deixa ele fazer tudo que ele quer, e eu já não deixo... aí é uma briguaiada, porque eu não deixo mas eles qué então... a gente não tem o que falar [eles dão um pitaco diferente...] é... [e seu filho? {tem que ser criado com repressão}] o meu filho?... o meu filho eu sou assim com ele... eu falo não faz isso, aí ele pega e faz. Aí eu vou e xingo ele..Aí o meu pai entra na frente e diz “não vai xingar o menino não, deixa ele”... eu tento por limite nele, só que o meu pai não põe limite nele.
Participante 6		Ah... eu educo de um jeito a minha mãe educa de outro, a gente tem que fazer o que ela quer... [qual que é o seu jeito?...] eu falo que ela não vai pra rua, e a minha mãe dá liberdade pra minha filha... vai fazer o quê? Não vou fazer nada. Eu fico olhando... [você acha que o seu filho tem que ser criado com repressão?] acho...
Participante 7		Muda... muda bastante. Que aí eles faz coisa que não faz na minha presença

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 2 - Relações familiares	Como você acha que os filhos devem ser criados?
Participante 1		Não sei porque eu tive uma decepção muito grande com a minha filha e eu acho que não foi falta de conversa não. Então eu não sei, mas a gente faz o que acha que é certo
Participante 2		Com muito amor, né não.
Participante 3		Acho que eles tem que respeitar a gente e tem que ser responsáveis.
Participante 4		A educação, né... educação e honestamente dizer a verdade, ou é ou não é ... todos os meus filhos são trabalhador, estudam
Participante 5		Respondida acima
Participante 6		Respondida acima
Participante 7		Ah eu acho assim... é o que eu acabei de falar aí, a mãe tem que estar presente.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 2 - projeto de vida	Como o trabalho influencia a vida dos seus filhos?
Participante 1		Acho que com exemplo. Quando eles vêem a gente trabalhando e conseguindo comprar as coisas, a gente ganha o respeito dos filhos e serve de exemplo
Participante 2		A gente pode comprar as coisas que eles precisam
Participante 3		INAUDIVEL
Participante 4		A vontade de possuir alguma coisa diferente... [bens materiais, vc fala/] é, ter alguma coisa diferente.
Participante 5		Não... porque assim... eu não vou ter tempo pra ficar com ele, vou ficar cansada. Isso atrapalha né... porque eu muitas vezes vou chegar cansada, né... e vou querer ficar com ele
Participante 6		INAUDIVEL
Participante 7		Eles ficam contente, porque aí eles pedem coisas...

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 3 - Limites e possibilidades materiais.	O seu trabalho possibilita você a atender todas as suas necessidades materiais?
Participante 1		Na época em que eu trabalhava sim, hoje não.
Participante 2		Um pouquinho aqui outro acolá professor. Conseguia assim...
Participante 3		Possibilita. Dentro do possível, a gente compra o que precisa
Participante 4		Possibilita.
Participante 5		Sim... tem sim... tudo, tudo não, mas uma boa parte sim [o que ele não consegue atender?] eu compro leite, a fralda, o remédio...agora assim, uma roupa, um brinquedo, isso aí eu não vou poder... o resto eu posso ver... se eu ganhar um pouco mais, eu posso comprar tudo, né...
Participante 6		Dá pra cobrir tudo...
Participante 7		Atende... quase todas... quando não dá a gente joga pro mês seguinte.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 3 - Limites e possibilidades materiais.	O seu trabalho possibilita ao seu patrão atender a todas as necessidades materiais dele?
Participante 1		Acho que sim, muito embora patrão sempre queira mais
Participante 2		Sim... meu patrão ganhava bem.
Participante 3		Acho que sim porque é patrão.
Participante 4		Nossa... sim, sim.
Participante 5		[o trabalho consegue atender também as necessidades materiais de vocês?] eu penso primeiro no meu filho...
Participante 6		
Participante 7		Ah... eu acho que sim. Porque ele tem uma vida boa.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 3 - Limites e possibilidades materiais.	Como você poderia, com o seu trabalho, atender a todas as suas necessidades materiais?
Participante 1		Minha necessidade é tão pouco hoje. Eu so queria paz e tranquilidade. Sinceramente, eu não sei te responder essa pergunta.
Participante 2		Mais eu tenho as coisas que preciso... muita gente ajuda
Participante 3		Ganhando um pouco mais, acho que é isso.
Participante 4		
Participante 5		Ganhando um pouco mais
Participante 6		
Participante 7		Ganhando mais eu poderia ajudar a minha família...

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 4 - Relação com as políticas sociais	Você já usou algum programa de qualificação profissional do governo? Como foi?
Participante 1		Não... mas eu fiz o magisterio
Participante 2		Não... eu sou analfabeta, professor. Não sei nem assinar o meu nome
Participante 3		Não.
Participante 4		Ah... o estudo... [o estudo formal, você fala/] não nunca me formei. [eu estou falando do estudo desses de escola, de 1º ano, 2º ano...] é estudo do governo... [mas a senhora nunca teve um curso que ensinasse uma profissão ou um trabalho?] a costura... eu fiz corte e costura [e como foi o curso?] foi bom mas eu não fui pra frente, eu não consegui tirar o meu diploma de costureira.[por que?] por causa da máquina... eu não tinha condições de comprar a máquina nem de pagar o curso. [onde era?] no glicério, onde é hoje uma lanchonete era onde era o curso, no terceiro andar..
Participante 5		Eu estava tentando mais pela idade eu já não consigo mais... eu tava tentando o kjkj computação que é até 18 anos, um negócio assim
Participante 6		Eu também... [e o que aconteceu?] não consegui vaga...
Participante 7		Não...

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 4 - Relação com as políticas sociais	E outros serviços de assistência? Qual usou?
Participante 1		Não.
Participante 2		Já tive o bolsa família. Minha filha teve.
Participante 3		Não.
Participante 4		Não... só domestica [do governo??] não do governo, não...
Participante 5		Sim... programa ação jovem
Participante 6		Bolsa-familia e vivaleite. Renda mínima.
Participante 7		

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 4 - Relação com as políticas sociais	O que você acha errado nesses programas?
Participante 1		Eu acho uma vergonha... o que eles dão não dão pra nada
Participante 2		Acho nada errado, acho muito bom!!!
Participante 3		Acho que as pessoas brigam muito, precisava haver mais harmonia.
Participante 4		Eu não acho nada de errado, é tudo direitinho, né..
Participante 5		Eu acho assim, que eles dão pra quem eles querem... tipo assim, se eu to precisando e vem outra pessoa, se eles conhecem eles dão praquela pessoa... eu penso desse jeito
Participante 6		
Participante 7		Está tudo errado. Porque antigamente não tinha nada disso e tinha emprego. Hoje em dia tem tudo isso e esqueceu de gerar emprego.

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 4 - Relação com as políticas sociais	E o que você acha certo?
Participante 1		Eu acho que a gente tem direito, não é nenhum favor nao
Participante 2		Eu to muito satisfeita
Participante 3		O programa já ajuda um pouco.
Participante 4		É tudo certo
Participante 5		Eu acho bom que ajuda as pessoas
Participante 6		
Participante 7		Eu acho que eles deveriam gerar emprego. Não tem nada certo, porque 95 reais? Vc paga uma água e luz... e pra comer?

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 4 - Relação com as políticas sociais	Você se sente desamparada pelo governo? Por quê?
Participante 1		Me sinto, muitas vezes
Participante 2		Não sinto, não senhor
Participante 3		inaudível
Participante 4		Não... porque (inaudível) a gente véve de renda.
Participante 5		Ah, lógico... [em que?] ah eles fazem mais pra uns do que pra outros, eu já falei...
Participante 6		
Participante 7		Eu acho que eles deveriam gerar emprego. Não tem nada certo, porque 95 reais? Vc paga uma água e luz... e pra comer?

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 4 - Relação com as políticas sociais	Como você pode influir na qualidade do acesso do que o governo dispões para você?
Participante 1		Não sei, acho que conversando com o pessoal do nucleo
Participante 2		
Participante 3		
Participante 4		[fiz e expliquei a pergunta] geralmente todo mundo sabe, né... brasileiro todo mundo sabe, né... então cada um é cada um..
Participante 5		Ah, lógico... [em que?] ah eles fazem mais pra uns do que pra outros, eu já falei...
Participante 6		
Participante 7		

Eixo 3 - Fatores de risco e proteção	Dimensão 4 - Relação com as políticas sociais	Você já fez alguma coisa neste sentido? (se sim, o quê?) (sim e não) Por quê?
Participante 1		Não porque não precisou. A nilza e a ângela são muito atenciosas
Participante 2		
Participante 3		
Participante 4		
Participante 5		Ah, não sei...
Participante 6		
Participante 7		

Eixo 4 - Sujeito / subjetividade	Dimensão 1 - identidade	Como você se apresentaria a partir do trabalho que realiza? Ou seja, quem é você a partir do que você faz?
Participante 1		Não entendi a sua pergunta {refiz} acho que como uma pessoa responsável, caprichosa...
Participante 2		[refiz a pergunta] Eu sou uma pessoa muito boa
Participante 3		Uma pessoa cumpridora dos seus deveres.
Participante 4		Ah não tem como, porque faz muito tempo... eu cuido do meu filho, lavo passo guardo enxugo. Como eu tenho problema de saúde os meus filhos me ajudam...
Participante 5		Eu falo... ter vergonha pra quê?...
Participante 6		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 7		Eu sou boa...

Eixo 4 - Sujeito / subjetividade	Dimensão 1 - identidade	O que você gostaria de ser?
Participante 1		Hoje nada não... mas eu quis ser professora
Participante 2		Nada não professor
Participante 3		nada
Participante 4		Uma professora!!! Mas eu fiz só o primário também né...
Participante 5		[você já falou, administradora, né?] é..
Participante 6		[e você?] num gostaria de ser nada, não...
Participante 7		Se eu tivesse estudo e fosse mais nova eu gostaria de ser enfermeira

Eixo 4 - Sujeito / subjetividade	Dimensão 1 - identidade	E em que condições você gostaria de realizar este trabalho?
Participante 1		Em um ambiente legal, sem briga, sem confusão... até a escola hoje é um lugar ruim
Participante 2		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 3		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 4		A disciplina educação... tudo por ordem, o hino nacional que é importante
Participante 5		Numa empresa, né... chegar bem chique, numa empresa assim, bem assim... [grande?] grande...
Participante 6		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 7		Eu gostaria de poder ajudar as pessoas. Seria nos hospitais, né... no postinho não, nos hospitais

Eixo 4 - Sujeito / subjetividade	Dimensão 1 - identidade	O que você acha que este trabalho atual influencia as suas relações mais queridas?
Participante 1		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 2		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 3		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 4		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 5		Influencia? Como assim?... [o fato de você ser uma coisa ou outra influencia as suas relações pessoais?] ah, não...
Participante 6		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 7		<i>Não fiz a pergunta.</i>

Eixo 4 - Sujeito / subjetividade	Dimensão 2 - Perspectivas	Você tem projetos profissionais? Sonhos, etc?
Participante 1		Não...
Participante 2		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 3		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 4		Ah como meu joguinho, compro telessena... [mas de trabalho, tem algum/] não
Participante 5		[você tem... quer fazer uma faculdade...]
Participante 6		e você?..] ah... eu quero trabalhar...
Participante 7		Não, só isso... eu não posso falar mutio que eu não estudei. E eu não tenho paciência pra voltar a estudar. Estou procurando trabalho de doméstica, faxineira.

Eixo 4 - Sujeito / subjetividade	Dimensão 2 - Perspectivas	Quais são?
Participante 1		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 2		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 3		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 4		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 5		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 6		[de quê?] qualquer coisa... Aparecendo eu pego. [mas uma formação profissional... você sonha em ser alguma coisa?] não.
Participante 7		<i>Não fiz a pergunta.</i>

Eixo 4 - Sujeito / subjetividade	Dimensão 2 - Perspectivas	O que tem feito para realizá-los?
Participante 1		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 2		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 3		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 4		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 5		Bom agora eu vou terminar meus estudo né... e a hora que eu terminar os meus estudos eu vou arrumar um serviço.
Participante 6		Eu também... vou terminar os estudos e arrumar um trabalho... [e o que você estava fazendo pra terminar os estudos, concretamente?] eu estou estudando, estou fazendo o segundo grau. [ta em escola, matriculada? É supletivo?] Não... é
Participante 7		Tenho distribuído currículos e conversado com as pessoas.

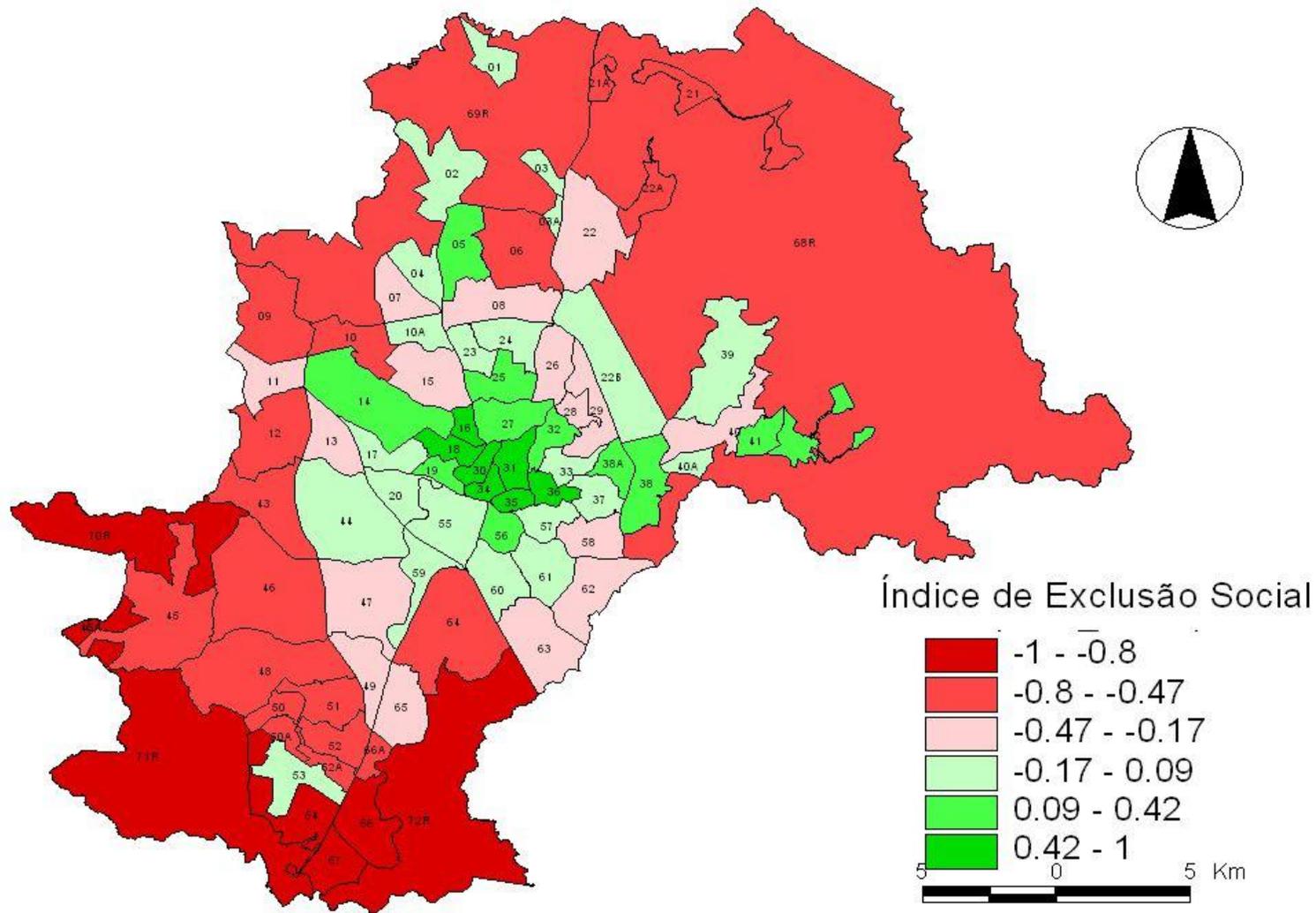
Eixo 4 - Sujeito / subjetividade	Dimensão 2 - Perspectivas	O que acha que pode mudar na sua vida ao alcançar estes objetivos
Participante 1		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 2		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 3		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 4		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 5		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 6		<i>Não fiz a pergunta.</i>
Participante 7		<i>Não fiz a pergunta.</i>

Anexo V

UTB	BAIRROS	populaç ão	% pop.
01	Vale das Garças	1.275	0,13
02	Guará	4.826	0,50
03	Bosque das Palmeiras	350	0,04
03A	Trecho Anhumas / BR 340	0	0,00
04	Centro / Barão	9.770	1,01
05	Cidade Universitária	9.340	0,96
06	CIATEC - (Chácaras)	235	0,02
07	Real Parque	5.334	0,55
08	PUCC, Pq. Das Universidades, Sta. Cândida	1.219	0,13
09	S. Martin	5.194	0,54
10	São Marcos, Amarais	18.809	1,94
10A	CEASA	0	0,00
11	Nova Aparecida, Pe. Anchieta	18.578	1,92
12	Fazendinha, Sta. Bárbara	22.669	2,34
13	Pq. Via Norte	10.497	1,08
14	Fazenda Chapadão	738	0,08
15	Fazenda Santa Eliza	800	0,08
16	Vila Nova	6.157	0,64
17	Chapadão	16.220	1,67
18	Castelo	9.436	0,97
19	Bonfim	8.755	0,90
20	Jd. Aurélia	22.828	2,35
21	C. Gomes, Monte Belo, Ch. Gargantilha	896	0,09
21A	Bananal	459	0,05
22	Jd. Míriam, Pq. Xangrila	3.861	0,40
22B	Parque Imperador	1.722	0,18
22A	Ch. Recanto dos Dourados	1.016	0,10
23	Vi. Costa e Silva, Vi. Miguel Vicente Cury	14.444	1,49
24	Mansões de Sto. Antônio, Sta. Cândida	6.492	0,67
25	Primavera, Pq. Taquaral	8.924	0,92
26	São Quirino	22.354	2,31
27	Jd. N. S. Auxiliadora, Taquaral	19.921	2,06
28	Pq. Brasília	10.786	1,11
29	Carrefour, Galeria, FEAC	5.067	0,52
30	Guanabara	9.976	1,03
31	Cambuí	24.895	2,57
32	Flamboyant	15.525	1,60
33	Vila Brandina	7.139	0,74
34	Centro	13.458	1,39
35	Bosque	14.569	1,50
36	Nova Campinas	5.341	0,55
37	Pq. Ecológico	0	0,00
38	Notre Dame, Alto da Nova Campinas, Gramado	3.503	0,36
38A	Bairro das Palmeiras	1.314	0,14
39	São Conrado	3.588	0,37

40	Centro / Sousas	10.104	1,04
40A	Fazenda Santana	0	0,00
41	Jd. Botânico	1.383	0,14
42	Joaquim Egídio	925	0,10
43	Jd. Monte Alto	293	0,03
44	Jd. Garcia, Campos Elíseos	54.885	5,66
45	Pq. Valença	39.713	4,10
45A	Residencial São Luiz	1.262	0,13
46	Campo Grande, Florence	34.451	3,55
47	Novo Campos Elíseos, Sta. Lúcia	67.854	7,00
48	Mauro Marcondes, Ouro Verde, Vista Alegre, Vida Nova	58.331	6,02
49	Maria Rosa	8.803	0,91
50	São Cristóvão	13.440	1,39
50A	Jd. Planalto	2.317	0,24
51	DICS COHAB	38.575	3,98
52	Distrito Industrial de Campinas e Mercedes	2.278	0,23
52A	Distrito Industrial de Campinas e Aeroporto	2.177	0,22
53	Aeroporto Viracopos	0	0,00
54	Jd. Atlântico, Jd. Columbia	419	0,04
55	Vila Teixeira, Pq. Itália, Pq. Industrial, São Bernardo	33.962	3,50
56	Ponte Preta	12.766	1,32
57	Proença	21.807	2,25
58	São Fernando, Vila Orozimbo Maia, Carlos Lourenço	22.661	2,34
59	Vila Pompéia, Jd. do Lago	18.977	1,96
60	Nova Europa, Pq. da Figueira	19.982	2,06
61	Jd. dos Oliveiras, Swift	31.885	3,29
62	Esmeraldina, São Pedro, São Vicente	21.854	2,25
63	Pq. Jambeiro, Remonta	5.232	0,54
64	Pq Oziel, Icarai, Jd. das Bandeiras, Jd. São José	33.134	3,42
65	Nova Mercedes	1.950	0,20
66	Jd. São Domingos, Jd. Campo Belo	11.075	1,14
66A	Jd. Nova América	3.588	0,37
67	Jd. Fernanda, Campituba, Jd. Itaguaçu	10.117	1,04
68R	Área Rural Leste - Sousas, Joaquim Egídio	4.028	0,42
69R	Área Rural Norte - Barão Geraldo	3.128	0,32
70R	Área Rural Noroeste - Campo Grande	3.252	0,34
71R	Área Rural Sudoeste - Ouro Verde	1.082	0,11
72R	Área Rural Sul - Pedra Branca, Reforma Agrária, Sa	3.416	0,35
	CAMPINAS	969.386	100,00

Unidades Territoriais Básicas (UTB) Município de Campinas



Anexo VI

Memorial

Um novo casamento: psicologia, uma paixão.

Sou carioca, 40 anos, e moro em São Paulo. Também sou psicólogo, e este é o percurso de como cheguei à psicologia escolar.

Tive no segundo grau, um contato muito próximo com teorias humanistas, e com sociologia. Por isso, construí minha identidade vocacional dentro destas bases e idealmente intencionava integrar Medicina, Filosofia e Psicologia. Tentei primeiro Medicina e depois Psicologia, ingressando nesta última. Na faculdade, descobri o movimento estudantil. Ao mesmo tempo, uma psicologia “técnica”, no termo exato ou “científica”, dizia os professores. O exercício da razão é o exercício de isolar a razão dos sentidos. É o sumo do cartesianismo. Num país de urgentes questões, na efervescência da primeira eleição direta, eu mergulhei de cabeça nas questões sociais.

Encontrei na psicologia uma possibilidade de estar perto das pessoas de um jeito muito especial, o da superação de sua existência triste, da comiseração de sua humanidade e do resgate de seus sentidos de existência. O que faz a psicologia tão especial para mim é a capacidade de demonstrar o quão iguais somos nós, e ao mesmo tempo, o quão especiais, únicos, criativos somos nós. Isso é bom. Apesar disso, sua missão consiste resgatar as diferenças, por meio dos desejos, quando a igualdade se constitui numa opressão, ou de resgatar a humanidade miserável de que somos immanentemente investidos, quando a diferença se constitui num falseamento forjado.

Segui o curso com muitas questões sociais na cabeça, sempre estrangeiro em minha faculdade, muitas vezes ouvindo dos meus professores: “isso não é questão de pesquisa; isso não é psicologia!”.

O que foi ficando da faculdade foi o quanto o trabalho pode agregar questões das diversas áreas da psicologia. Comecei com Dejours (Dejours, C. 1988), com a psicopatologia do trabalho; conheci o professor Wanderlei Codo, que trouxe novas questões às minhas interrogativas. Caiu na minha mão o livro “Psicologia Social: o homem em movimento” (Lane, S.T.M., & Codo, W., 1992).. Tudo isso foi fomentando minha direção em relação ao trabalho. Na psicologia escolar, o trabalho se apresenta como objetivo daquele que se instrui. Porque se estuda somente para isso, **arrumar trabalho** - uma deformação da formação.

O movimento estudantil também contribuiu na fase final da formação quando o contato com políticas públicas de educação e o trabalho de alguns “D.A’s” no sentido de produzir um conhecimento dentro das universidades voltado para a comunidade, especialmente através de empresas juniores, despertaram em mim a vontade de atuar junto a uma parcela da população excluída das condições dignas de vida pela organização social.

Minha “brecha” no mercado de trabalho foi a assessoria de recursos humanos para pequenos empresários do interior de Minas Gerais. Nele, pude trabalhar com os citados, a possibilidade de humanização do trabalho. Ao mesmo tempo, observei uma relação perversa com o trabalho, de tal modo que a necessidade se sobrepõe à prática expressiva do mesmo, e ainda assim não cumprindo nem a função provedora nem a função expressiva.

Conheci a psicologia escolar pela APAE de Patrocínio (Minas Gerais). Contratado para atuar como psicomotricista, desenvolveu outros trabalhos como o grupo de pais, o treinamento de professores e monitores, a coordenação de cursos

profissionalizantes para deficientes mentais. Da minha formação em psicologia do trabalho ao início de carreira na psicologia escolar, houve uma integração sempre presente da importância do trabalho como prática expressiva, como elemento de relação com o mundo. E via como as relações de opressão dentro da instituição produziam “patologias” escolares, por assim dizer, e mesmo doenças ocupacionais.

Posteriormente trabalhei no colégio Objetivo, me possibilitava uma ampla atuação frente aos problemas escolares que incluíam três frentes de intervenção: os alunos, os professores, e a instituição.

Com os alunos, o trabalho se desenvolveu da seguinte forma:

a) Grupos de Orientação Vocacional - utilizava uma estratégia clínica, embora não usasse uma abordagem clínica. Prefiri, ao invés disso, utilizar-me de uma abordagem sócio-histórica, de técnicas de dinâmica de grupo e de mini-palestras de esclarecimento.

b) Grupos de discussão sobre controle emocional em situação de prova - onde os alunos podiam discutir o significado de êxito, de sucesso, de situação de prova, e aprender adicionalmente um conjunto de técnicas de relaxamento.

c) Grupos de Orientação em álcool e drogas - com discussões sobre o assunto e temas correlatos como a relação familiar.

Com os professores:

a) Espaço de convivência e de discussão de práticas pedagógicas - onde os professores podiam elaborar suas dificuldades acerca da relação com os alunos e a contrapartida da instituição.

b) Mural de queixas e desabafos

E com a instituição, a discussão de projeto pedagógico comprometido com a formação cidadã.

Demitido diante de necessidades institucionais, e alimentado pela prática em OV, construí um projeto de mestrado em que a OV é analisada a partir de seus pressupostos e contrapostos às necessidades dos alunos.

O projeto de mestrado (Faria, 2003) foi sendo desenhado pela observação de que meus orientados ignoravam a idéia de vocação, ainda que isso tivesse algum sentido para eles. Sua preocupação recaía nas condições objetivas de emprego e mercado de trabalho, não se atendo ao fato de como esse trabalho deveria ser realizado, mas quais as oportunidades de transformar trabalho em dinheiro, a fim de criar, manter e/ou melhorar seu padrão de vida. Ao mesmo tempo, as teorias de orientação vocacional tomavam a idéia de vocação como um “a priori” em que determinadas habilidades já nascem com o indivíduo, previamente determinando que carreira possa ser pensada para este ou aquele profissional. Também não relacionavam as condições históricas do trabalho, nem de sua relação com o capital. E tampouco tocavam nas repercussões psicológicas desta relação capital/trabalho na vida de seus sujeitos – repercussões estas entendidas no âmbito da afetividade, da cognição e da ação. Por tudo isso, a minha dissertação voltou seus olhos para a escolha como processo, definindo o seu método como uma prática reflexiva da realidade total do sujeito. Para sistematizar esta reflexão, eu situei minha prática em dois grupos de adolescentes de classes sociais diferentes – portanto de realidade diferentes e diferentes posições na relação capital/trabalho. E percorri o mesmo caminho, em ambos os grupos. O resultado foi uma oportunidade de pensar o seu lugar na sociedade de classes, para os alunos. E para a Psicologia, o resultado deste trabalho revelou uma crítica à maneira de fazer orientação “vocacional”, bem como seu lugar na estrutura ideológica, mantenedora de determinado “status quo”.

O doutorado, como seguimento, foi sendo construído no seio do grupo de pesquisa do Laboratório de Avaliação e Medidas Psicológicas (LAMP), junto às reuniões científicas e grupos de estudo coordenados pela prof.a. Raquel Guzzo. Neste espaço pudemos discutir as questões de base que hoje estruturam este grupo e que procuram fazer uma crítica à psicologia hegemônica e positivista. Como contraponto, usamos o referencial marxista, procurando esmiuçar a interface entre o social, o histórico e o subjetivo. Por isso, o trabalho tem uma relevância fundamental. Pretendo investigar nesta tese como o trabalho se coloca como uma necessidade expressiva que não é satisfeita, mas que constitui parte importante da subjetividade.